

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**“OS CASTROS MARCUENSES”  
O Povoamento Proto-Histórico - Património da Paisagem Milenar**

**Armando Davide Teixeira da Silva**

**Mestrado na área de especialização de Estudos do Património**

**2016**







**UNIVERSIDADE ABERTA**



**“OS CASTROS MARCUENSES”  
O Povoamento Proto-Histórico - Património da Paisagem Milenar**

**Armando Davide Teixeira da Silva**

**Mestrado na área de especialização de Estudos do Património**

**Dissertação orientada pelo  
Professor Doutor JOÃO LUÍS CARDOSO**

**2016**



## RESUMO

A zona geográfica circunscrita que abrange este trabalho de investigação encontra-se exígua de pesquisa e trabalhos arqueológicos, sendo no entanto reconhecida como uma zona enxameada de vestígios. Um imenso património por descobrir.

Ambiciona-se, por isso clarificar a ocupação, no que respeita ao povoamento do território do actual concelho do Marco de Canaveses, no período cronológico da Proto-História, de forma a contribuir para uma actualização da investigação realizada e procurando novos pontos a desenvolver, alargando-a depois a uma vasta área territorial de serra que integra o imenso noroeste peninsular.

Orientada por um fio condutor sequencial de natureza cronológica, a investigação realizada conta com o contributo da toponímia, análise cartográfica, monografias e resenhas locais para o conhecimento de toda uma realidade patrimonial existente ao longo do território em estudo.

A correlação das temáticas de ordem social, como a circulação de pessoas e bens através da rede viária e, por outro lado, de ordem geográfica no que respeita a locais propícios à fixação da população pelas suas características culturais e naturais, permite uma análise geográfica a este nível e a resposta a questões como: “De que forma habitou?” e “Porque habitou?”.

Palavras-chave:

**Proto-História; Património; Paisagem; Toponímia; Povoamento.**



## **ABSTRACT**

The geographical area covered by this research work doesn't have enough archaeological work and research, being, however, recognized as a zone rich of archaeological remains. An immense heritage to discover.

It is our ambition to clarify the occupation, concerning the settlement of the territory of the current municipality of Marco de Canaveses in the chronological period of Protohistory, in order to contribute to an update of the research already carried out and look for new points to develop, extending them, afterwards, to a wider area of mountain range, which is part of the vast northwest of the peninsula.

Guided by a sequential thread of chronological nature, the investigation had the contribution of toponomy, cartographic analysis, monographs and local reviews in order to take notice of an entire economic reality throughout the territory under study.

The correlation between the themes of social order, such as the movement of people and goods through the road network and, on the other hand, the geographic order in respect of the sites propitious to the settlement of people for its natural and cultural features, which allows a geographical analysis to this level and the answer to questions such as "how did they live?" and "Why did they live?".

Keywords:

**Protohistory; Heritage; Landscape; Toponymy; Population.**



*“A montanha foi muito tempo o solar do homem primitivo, vagabundo relapso sem outra telha que o céu estrelado. Ali viveu séculos e séculos entre robles frondosos, castanheiros que lhe davam boa sombra e castanhas, esfomeado crónico, mas livre. Um dia empurraram-no para o vale, onde era menos perigoso e onde podia prestar serviços, extraindo a cassiterite das minas, e o castelo dos altos ficou desamparado. O penedal é a ruína palacega da montanha.”*

**Aquilino Ribeiro, “O Homem da Nave” - 1954**

*Em memória de meus pais  
À memória do João Belmiro*



### **Agradecimentos;**

Se este é um espaço de agradecimento a todos quantos deram o seu contributo para a concretização da mesma, em primeiro lugar começo por agradecer ao meu orientador – Reconhecido e de forma muito especial, ao **Professor Doutor João Luís Cardoso**, pela dedicação, disponibilidade, colaboração, motivação, com a certeza que os seus ensinamentos serão para sempre constantes na minha vida futura. Grato pelos contributos da sua orientação, pela utilidade das suas recomendações e a cordialidade com que sempre me recebeu.

No dia 26 de Outubro de 2012, prestes a iniciar um longo caminho, consciente de que muito teria que mudar na vida, precisamente na Rua da Escola Politécnica, em Lisboa, no momento exacto de dar o impulso necessário que me abria a porta da Universidade e iniciar a concretização de um ideal sonhado, o toque do telemóvel interrompeu o processo e a notícia dá conta da tua existência - a pré-anúnciação da chegada do **Martim David**... A ti, de uma forma muito especial, por tudo o que representaste com a tua chegada. Pela culpa, que quase me venceu e me fez desistir, pela motivação que me levaste a querer concretizá-lo.

Um enorme “obrigado” a todo o grupo de excelentes colegas, que comigo partilharam deste longo caminho, mas também a todos os professores do Mestrado em Estudos do Património.

Agradeço aos meus filhos, pelo tempo que lhes roubei

Agradeço a toda a família, e a todos aqueles que deram o seu contributo para que esta dissertação fosse realizada. Por isso, são tantos, que não cabem aqui e por isso genericamente a todos eles, ainda que anónimos, sabem bem quem são, e aqui deixo o meu agradecimento sincero, muito especialmente ao Eng.º Paulo Santos e à Dr.ª Susana Vieira.

Ao Dr. Manuel Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses.

E claro... Agradeço-te a ti - Maria José – Possuis o saber suficiente para avaliares o quão importante foste neste caminho, e, sim! Sem ti, a tua dedicação e colaboração, não seria possível. Obrigado!



## INDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I.....	5
1. A GEOMORFOLOGIA ENTRE TÂMEGA E O DOURO .....	5
2. EM TORNO DA TOPONÍMIA E DAS DÚVIDAS QUE SUSCITA. ....	8
3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	14
CAPÍTULO II .....	17
1. A CULTURA CASTREJA .....	17
2. OS CASTROS – POVOADOS PROTO-HISTÓRICOS.....	23
3. OS CASTROS MARCUENSES.....	30
4. Ficha de Sítio nº. 1 – CASTRO DE ARADOS.....	31
4.1. Ficha Cartográfica de Sítio_CASTRO DE ARADOS .....	32
4.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO DE ARADOS .....	33
4.3. O CASTRO DE ARADOS .....	35
5. Ficha de Sítio nº 2: CASTRO ALTO DO FACHO .....	45
5.1. Ficha Cartográfica de Sítio_CASTRO DO ALTO DO FACHO.....	46
5.2. Ficha Fotográfica de Sítio_CASTRO ALTO DO FACHO .....	47
5.3. CASTRO ALTO DO FACHO .....	48
6. Ficha de Sítio n.º 3_CASTRO BOI.....	50
6.1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO BOI.....	51
6.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO BOI .....	52
6.3. CASTRO BOI.....	53
7. Ficha de Sítio n.º 4_CASTRO DO CASTILHO/ESMORIZ .....	55
7.1. Ficha Cartográfica de Sítio- CASTRO DO CASTILHO/ESMORIZ .....	56
7.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO DO CASTILHO/ESMORIZ.....	57
7.3. O CASTRO DO CASTILHO / CASTRO DE ESMORIZ.....	57
8. Ficha de Sítio n. 5_ CASTRO DO FREIXO .....	60
8.1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO DO FREIXO .....	61
8.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO DO FREIXO .....	62
8.3. O CASTRO DO FREIXO / <i>TONGÓBRIGA</i> .....	62
9. Ficha de Sítio n.º 6_CASTRO LADOEIRO .....	67
9.1. Ficha Cartográfica de Sítio_CASTRO LADOEIRO .....	68
9.2. Ficha Fotográfica de Sítio_CASTRO LADOEIRO.....	69

9.3. O CASTRO LADOEIRO.....	70
10. Ficha de Sítio n.º 7_ CASTRO DE MEXIDE/ALTO DO FACHO.....	72
10.1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO MEXIDE/ALTO DO FACHO ...	73
10.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO MEXIDE/ALTO DO FACHO.....	74
10.3. CASTRO MEXIDE / ALTO DO FACHO .....	75
11. Ficha de Sítio n.º 8_ CASTRO DO ALTO DE PENEGOTAS .....	79
11.1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO DO ALTO DE PENEGOTAS...80	
11.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO DO ALTO DE PENEGOTAS ....81	
11.3. O CASTRO DE PENEGOTAS .....	83
12. Ficha de Sítio n.º 9_ CASTRO DO PINHEIRO .....	87
12.1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO DO PINHEIRO .....	88
12.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO DO PINHEIRO.....	89
12.3. O CASTRO DO PINHEIRO.....	89
13. Ficha de Sítio.º 10_ CASTRO DE QUIRES/S. DOMINGOS .....	92
13.1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO DE QUIRES/S. DOMINGOS ....93	
13.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO DE QUIRES/S. DOMINGOS.....94	
13.3. O CASTRO DE QUIRES / S. DOMINGOS .....	96
14. Ficha de Sítio n.º 11_ CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS .....	101
14. 1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS ..102	
14.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS .....	103
14.3. CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS.....	104
15. Ficha de Sítio n.º 12_ CASTRO SOALHÃO/SOLHÃO .....	109
15.1. Ficha Cartográfica de Sítio_ CASTRO SOALHÃO/SOLHÃO .....	110
15.2. Ficha Fotográfica de Sítio_ CASTRO SOALHÃO/SOLHÃO.....	111
15.3. CASTRO SOALHÃO.....	111
CAPÍTULO III.....	119
1. OS CASTROS LUGARES E OUTROS LOCAIS .....	119
1.1. “OS CRASTOS” - TABUADO .....	121
1.2. O ALTO DO MOIRINTE.....	123
1.3. O CASTRO DE ALVIM.....	124
1.4. CASTRO MOZENDE – SOALHÃES.....	125
1.5. ALTO DO LADÁRIO– PENHA LONGA .....	125
1.6. ALTO DO CASTELO – PENHA LONGA .....	126
1.7. CASTELINHO – AVESSADAS .....	127
1.8. ALTO DA POUPA - CONSTANCE.....	128

1.9. CRISTELO - FORNOS .....	129
1.10. CASTELINHO – ALTO DO GRILO – S. LOURENÇO DO DOURO	130
1.11. ALTO DA PENA – SOALHÃES .....	130
1.12. CASTELO DE COTOS – VÁRZEA DE OVELHA E ALVIADA ....	131
1.13 CASTELO DOS MOUROS – FOLHADA .....	132
1.14. CASINHAS – VILA BOA DO BISPO .....	133
1.15. CASINHAS - MANHUNCELOS.....	135
1.16. MONTE DOS CASTELOS – PAREDES DE VIADORES.....	136
2. CASTELOS ROQUEIROS.....	137
2.1. ALTO DO CASTELO .....	141
2.2. CASTELO DOS MOUROS .....	142
2.3. CASTELO DE COTOS .....	142
2.4. ALTO DA PENA.....	143
2.5. PENA CORDEIRA.....	143
2.6. O CASTELINHO DE AVESSADAS.....	144
2.7. GENESTAZO - GESTAÇÃO, SOALHÃES .....	144
2.8. ARADRUS - MONTE DE ARADRUS OU SANTIAGO .....	145
2.9. EIRAS - MONTEDEIRAS .....	145
2.10. CASTRO DE BOI - CASTRO BOI.....	145
2.11. MAURENTI (MOIRINTE, TORRÃO).....	145
2.12. CASTRO MALO - CASTRO MAU, MARCO DE CANAVESES .....	146
CONCLUSÃO .....	147
Bibliografia .....	151

**INDICE DE FIGURAS**

Fig. 1 - Mapa com localização dos Castros no concelho do Marco de Canaveses .....30

Fig. 2 Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 135 (escala modificada) .....32

Fig. 3 Vista sobre a acrópole e a segunda plataforma do castro de Arados .....33

Fig. 4 - Tramo de muralha do castro de Arados.....33

Fig. 5 - Esboço de desenho que resultou do estudo efectuado por José Leite de Vasconcelos -Um Trecho de muro do castro de Arados (Desenho de autoria de Vasconcelos JL, 1905, II: 80, adaptado de “As Religiões da Lusitânia”)......34

Fig. 6 - Outra perspectiva de um Trecho de outro muro de muralha do castro de Arados (Desenho de autoria de Vasconcelos JL, 1905, II: 80, adaptado de “As Religiões da Lusitânia”)......34

Fig. 7 - Na altura da escavação o autor encontrou esta “Cabeça” de estátua zoomórfica, que se encontra depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Desenho de autoria de Vasconcelos JL, 1905, II: 287, adaptado de “As Religiões da Lusitânia” .....35

Fig. 8 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada) .....46

Fig. 9 - Imagem da plataforma superior do Alto do Facho, identificado ao fundo o Marco Geodésico ali implantado e alinhamento de muralha à direita .....47

Fig. 10 - Superfície rochosa junto do Marco Geodésico onde “supostamente” terá sido lavrado o orifício de sustentação do facho .....47

Fig. 11 - Cruz gravada num bloco granítico no limite Sul do morro, junto da zona de derrube .....48

Fig. 12 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada) .....51

Fig. 13 - Vista sudoeste do Castro Boi.....52

Fig. 14 - Perspectiva vista do lado Este do Castro Boi .....52

Fig. 15 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada) .....56

Fig. 16 - Vista de sudoeste a partir da zona do fosso do Castro do Castilho .....57

Fig. 17 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada) .....61

Fig. 18 - Balneário Castrejo do “Tipo Pedra Formosa” descoberto no Freixo, que pode ajudar a confirmar a ocupação proto-histórica do local. ....62

Fig. 19 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 112 (escala modificada) .....68

Fig. 20 - Vista obtida de Sul do Castro Ladoeiro.....69

Fig. 21 - Vista de sudeste sobre o Castro do Ladoeiro, onde é fácil identificar a torre de vigia a incêndios florestais. ....69

Fig. 22 - Aspecto de pormenor de um tramo da primeira muralha do Castro do Ladoeiro .70

Fig. 23 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada) .....73

Fig. 24 - Perspectiva do Alto do facho obtida de Este. As diversas plataformas visíveis, poderão indiciar cinturas de muralhas .....74

Fig. 25 - Imagem do bloco granito com orifício central para sustentação do poste de um facho.....74

Fig. 26- Imagem do Marco de delimitação do antigo couto de Vila Boa do Bispo que se encontra firmado junto a um muro no topo do Alto do Facho .....	75
Fig. 27- Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 135 (Escala modificada) .....	80
Fig. 28 - Vista de Este do Alto de Penegotas.....	81
Fig. 29 - Imagem de um lagar fixado entre duas casas de planta circular .....	81
Fig. 30 - Intra-muralhas, identifica-se um Lacus, muito próximo do topo do morro .....	82
Fig. 31 - Vista panorâmica sobre o rio Douro e a foz do rio Paiva a partir do topo do Alto das Penegotas.....	82
Fig. 32 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 125 (escala modificada) .....	88
Fig. 33 - Vista panorâmica do Castro do Pinheiro.....	89
Fig. 34 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 112 (escala modificada) .....	93
Fig. 35 - Castro de Quires visto de Sul. As morfologias do terreno revelam o complexo sistema defensivo .....	94
Fig. 36 - Derrubes da segunda cintura de muralha do castro de Quires .....	94
Fig. 37 - Derrubes do sistema defensivo – parte de muralhas e taludes artificiais do castro de Quires, na vertente Sul .....	95
Fig. 38 -Vestígios ainda visíveis da antiga via romana/medieval que atravessava o castro de Quires pela vertente sudoeste .....	95
Fig. 39 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 125 (Escala modificada) .....	102
Fig. 40 - Escadaria de acesso ao topo do outeiro do Castro de Santiago/Bogalhos e à capela aí implantada.....	103
Fig. 41 - Pia escavada na rocha presente no cume do castro de Santiago .....	103
Fig. 42 - Capela de Santiago que dá o nome ao povoado, que se encontrava abandonado e que foi alvo de várias obras no final do Séc. XX .....	104
Fig. 43 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 125 (Escala modificada) .....	110
Fig. 44 - Panorâmica do Castro Soalhão.....	111

## Abreviaturas

a.C	Antes de Cristo
C.M.	Caminho Municipal
Coord.	Coordenação
Dir.	Direção
Ed.	Edição
E.N.	Estrada Nacional
Fasc.	Fascículo
N.º	Número
P.	Página
S/D	Sem data
Sep.	Separata
S.l.	Sem local de edição
S.n.	Sem nome de editor
Vol.	Volume

## Siglas

C.M.M.C.	Câmara Municipal do Marco de Canaveses
D.G.P.C.	Direcção-Geral do Património Cultural
E.P.A.	Escola Profissional de Arqueologia
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico Arqueológico
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
I.P.P.C.	Instituto Português do Património Cultural
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
M.N.A.	Museu Nacional de Arqueologia
P.D.M.	Plano Director Municipal

## **INTRODUÇÃO**

A região do Baixo Tâmega e Douro evidenciou ao longo do I milénio a.C. ser uma das áreas geográficas do noroeste peninsular com maior concentração de povoamento Proto- Histórico. Esta realidade deixou diversos testemunhos, entre eles os povoados e a sua cultura material, que conservou muitos dados do substrato indígena que se mantiveram após a romanização da península e ao longo dos séculos. As populações que habitaram a região onde, muito tempo depois, se formará o concelho do Marco de Canaveses, deixaram variados sinais materiais relativos aos sítios que ocuparam. Esses vestígios são ainda hoje evidentes e encontram-se espalhados por todo o concelho. Praticamente em todas as freguesias do concelho é possível identificar importantes vestígios proto-históricos, assim como outros ainda mais remotos.

Os povoados proto-históricos – os “castros”, surgem identificados, geralmente em pontos altos, em terrenos normalmente acima dos 400 metros, salvo raríssimas exceções, como são os casos do Freixo (Tongobriga) e Penegotas, em Várzea do Douro, muito perto do Rio Douro e apenas a uma altitude em torno dos 100 metros. Embora numerosos, alguns eventualmente muito importantes, aqueles vestígios são ainda insuficientes para podermos caracterizar com segurança as comunidades proto-históricas do concelho de Marco de Canaveses. Em alguns deles têm sucedido achados casuísticos e até inesperados, mas, a verdade é que só com a realização de escavações cientificamente conduzidas será possível fundamentar e construir um quadro substancial e globalmente coerente do povoamento proto-histórico marcuense.

O território que corresponde ao actual concelho do Marco de Canaveses apresenta-se pois, como uma paisagem milenar enxameada de riqueza patrimonial, como espaço de ocupação testemunhada por antigos povoadamentos, que nos permitem perceber a importância que a região teve e valorizar o carácter primordial dos eventuais transportes fluviais (nas bacias do Tâmega e Douro, considerando sempre o primeiro mais bravio, revoltoso e difícil de navegar), congregando com as necessidades de alimentação e da própria religiosidade dos povos pagãos.

Contudo, não podemos omitir, que ao escolher uma parcela de terreno – o concelho do Marco de Canaveses – criado administrativa e politicamente, há cerca de 163 anos – estamos a afastar-nos drasticamente de uma realidade, dessa cultura castreja que tem milhares de anos, razão pela qual será conveniente recordar aqui, antes de mais, que

não é pretensão desta Dissertação, perder de vista o contexto regional em que se integra o concelho marcuense, fortemente marcado pelas condicionantes geográficas, onde se destaca o relevo montanhoso, que alterna com vales férteis (e que se contrapõe a uma zona de serra árida ou floresta que encontra a nordeste – o Marão) e a presença de dois importantes cursos de água que são os rios Douro e Tâmega.

O estudo do Património, e sendo esta uma dissertação de um Mestrado em Estudos do Património, tem por pretensão abordar uma “herança”, que pode ajudar a explicar uma História que não se esgota num simples plano, que existe e que pode guardar entre as suas ruínas escondidas, algo bem mais fantástico, a que só a Arqueologia e o estudo científico pode responder.

Ora, a palavra património tem vários significados: O mais comum é “conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem”. Conduzido a um determinado território, o património passa a ser um “conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa”. Assim, património nacional, por exemplo, é o “conjunto de bens que pertencem a determinado país”. Independentemente do corte territorial, que implica a delimitação do património dentro de fronteiras geopolíticas, há outros cortes pelos quais o património pode ser analisado. O património pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura. Património natural – definido como as riquezas que estão no solo e no subsolo.

Resumindo, este trabalho tem a simples pretensão de responder a uma abordagem no espaço e no tempo de um território que emana da própria divisão administrativa prevalecente - o concelho do Marco de Canaveses. Em termos naturais, o concelho, sobretudo a sua zona sul, tem uma localização belíssima, podendo considerar-se, de facto, o concelho de “Entre-ambos-os-Rios”: Douro a sul, desenvolvendo-se para leste, e Tâmega a oeste, desenvolvendo-se de norte para sul... Dois rios internacionais e um destino patrimonial e turístico.

Através da convocação de todas as perspectivas inerentes, o objectivo passa por captar sentidos que ainda hoje se vislumbram na paisagem matizada do concelho marcuense, que se oferece ao público com uma imagem cultural e patrimonial riquíssima, pelo efeito de palimpsesto que as sucessivas gerações que por aqui passaram se encarregaram de sedimentar e dar a conhecer valores patrimoniais que permitam contribuir para uma carta concelhia, que seja um excelente contributo para o conhecimento da região.

O objectivo principal desta dissertação foi o de efectuar o registo dos castros existentes no espaço concelhio do Marco de Canaveses. Por essa razão, na II parte, elaboramos uma ficha de sítio de cada castro, acompanhada de uma imagem de localização na carta militar de Portugal, 1:25.000, com uma escala modificada para uma localização mais pormenorizada, através do recurso às cartas números 112,113, 124, 125, 135 e 136 e uma ficha fotográfica com imagens de cada um dos locais identificados. De igual modo identificamos, em devido local, os castros que podendo sê-lo, são também outros tipos de lugares.



## ***CAPÍTULO I***

### **1. A GEOMORFOLOGIA ENTRE TÂMEGA E O DOURO**

Ao estudar o concelho do Marco de Canaveses impõe-se necessariamente, abordar as condições geoestratégicas, tendo em consideração que as razões subjacentes às dinâmicas de determinadas regiões, se relacionam com a sua localização geográfica, nomeadamente com a fixação de pequenos núcleos populacionais, que explorando os recursos disponíveis contribuíram para o desenvolvimento territorial.

O Marco de Canaveses ocupa uma parte do espaço que se integra na bacia do rio Douro, a norte da meseta. Trata-se de um espaço do noroeste peninsular, de acordo com Estrabão, na sua Geografia III, geomorfologicamente, «...*agreste e montanhoso*». Rico na diversidade da paisagem e território, o Marco de Canaveses está integrado numa área periférica do conjunto montanhoso de orientação NE/SW, centrado pela serra do Marão. Para além disso, o território em estudo encaixa em cunha entre dois rios: Douro e Tâmega – o Douro a sul e o Tâmega a sudoeste, que atravessa o concelho mais a norte no sentido NE/SW, localizando-se a serra da Aboboreira a este/sudeste. Porém a abordagem e estudo à conformação milenar do território que compõe o espaço geográfico concelhio, enquadra-se e carece necessariamente da leitura de um contexto geomorfológico mais amplo e abrangente - O estudo da construção de uma paisagem cultural onde predomina o granito, orienta para um espaço marcado pelas serras do Marão, Montemuro, Alvão, Santa Justa, Aboboreira, e os já referenciados, rios Douro e Tâmega, delimitado pelos concelhos vizinhos; Penafiel, Amarante, Baião e Cinfães, que participam do mesmo encadeamento geográfico. Daqui se faz a ligação para as terras altas durienses e transmontanas, mais áridas e naturalmente sujeitas a mais isolamento.

Inserido na faixa de transição entre a fachada atlântica e as terras altas de Trás-os-Montes, o concelho de Marco de Canaveses apresenta traços orográficos fundamentais e que residem nos vales pronunciados dos seus principais rios, que o rasgam e nos principais conjuntos de elevações que lhes servem de interflúvios. Estes traços morfológicos derivam do posicionamento que Marco de Canaveses abrange relativamente às uniformidades morfológicas regionais da área em que se integra. Suzanne DAVEAU (1991:1143) afirma que “este é um espaço geofísico de colinas e serras de circulação difícil, que se integra facilmente na unidade de paisagem” definida como “montanhas do norte da Beira”

(RIBEIRO 1986;188), em pleno Maciço Ibérico, também designado Maciço Hespérico ou Maciço Antigo, que classifica o núcleo antigo, pré-Mesozóico, da Península Ibérica, que ocorre essencialmente no seu sector ocidental. O Maciço Ibérico ocupa 70% do território de Portugal continental, sendo o relevo dominado por superfícies de aplanamento mais ou menos dissecadas pela erosão fluvial ou deslocadas pela tectónica cenozoica (Ferreira & Ferreira, 2004), e que engloba as rochas dos ciclos pré-Mesozóico, principalmente varisco, com predomínio das séries sedimentares e vulcano-sedimentares do Paleozóico e granitóides variscos. As estruturas tectónicas de maior dimensão têm um rumo dominante NW-SE correspondente ao alinhamento da maioria das cristas de quartzitos, barras estreitas e alongadas que caracterizam a paisagem de áreas importantes do Maciço Ibérico, devido ao efeito diferencial da erosão (FERREIRA & FERREIRA, 2004).

Ao debruçarmo-nos sobre o espaço concelhio é possível definir a zona norte do município como uma região com um extenso plano de água correspondente à albufeira do Tâmega, com uma área de depressão e de vale de rios secundários (Ovelha, Galinhas, Bufa, Odres, Ribeiras de Manhuncelos, Lardosa e Juncal), que se elevam até a áreas de montanha nos limites ocidental e oriental do concelho. A região central desta extensa unidade correspondente a superfície de abatimento estende-se desde as freguesias da Paredes de Viadores, Rosém e Manhuncelos a Sul, até atingir Banho e Carvalhosa na extremidade norte, apresentando, pelas próprias características edáficas, uma maior aptidão agrícola. Trata-se, efetivamente, de uma região com fortes ligações culturais associadas ao trabalho agrícola e a um aproveitamento mais ou menos explícito dos recursos fluviais e ribeirinhos. Complementarmente, a região ocidental e oriental, corresponde a zonas de encosta em transição para a montanha e estruturam uma paisagem cuja ocupação maioritariamente agrícola transita gradualmente para uma ocupação florestal, culminando com áreas incultas nas regiões mais elevadas. Porém, estas duas regiões diferenciam-se pela presença de um conjunto importante de quintas e casas produtoras de vinho verde e de património cultural e religioso na região ocidental, enquanto a região oriental, é marcada essencialmente pela transição entre a zona de vale do Juncal e a área de montanha no limite ocidental do concelho, no epicentro da Serra da Aboboreira.

A zona sul corresponde, essencialmente, a uma área ladeada pelos dois principais cursos de água do concelho, os rios Tâmega e o Douro, integrando a principal linha de cumeada do município correspondente à divisão das bacias hidrográficas do Douro e do

Tâmega. Destaca-se a concentração nesta região de importantes cabeços graníticos, os quais potenciam a principal atividade económica da região. Em contrapartida, a paisagem zonal tem vindo a sofrer profundas alterações com a abertura de escombeiras e pedreiras para a exploração do granito, com a construção de novas vias de comunicação e, pela extensão urbana, em detrimento da cobertura florestal. Esta urbanização sem precedentes, que se assemelha a manchas de óleo que se vai espalhando sobre as áreas mais planas, com difícil distinção dos limites dos diferentes aglomerados, tem maior impacto ao longo da via da EN 210. Contudo, na região Sudeste a urbanização é pouco intensiva, privilegiando-se a concentração e a fusão de aglomerados dispersos ao longo da rede viária, em particular à margem da EN 108. Destaca-se, ainda, na extremidade Sul, correspondente à freguesia do Torrão, um excelente enquadramento paisagístico das áreas de exposição Sul, que culminam com a confluência dos Rios Douro e Tâmega.

É, talvez, possível definir que a posição geográfica, a geologia, o relevo e a própria paisagem contribuem para as características do concelho do Marco de Canaveses, que numa simples análise faz ressaltar a individualização de alguns conjuntos orográficos que se apresenta acompanhada da subida do relevo para Este, organizando-se esta subida numa espécie de escadaria arquitectónica que culmina num bloco elevado formado pela Serra da Aboboreira.

A localização contribui para as condições naturais influenciadas pelos alinhamentos montanhosos, porque se encontra incluído num vasto complexo geomorfológico, onde dominam as rochas graníticas e se salientam a existência de vertentes declivosas e vales encaixados que proporcionam uma exposição solar bastante satisfatória, mais no vale do Tâmega e diminuindo naturalmente de forma progressiva para o interior, capaz de influenciar as diferenças de temperaturas que se registam ao longo do ano – moderadas a frias no inverno e de nevoeiro muito denso - sobretudo devido à influência da albufeira do Tâmega, e bastante elevadas no verão.

Em termos gerais, dominam as altitudes compreendidas entre os 200 metros e os 600 metros, localizando-se as cotas mais elevadas nas serras da Aboboreira (ponto mais alto do concelho, cerca 900 metros) e Montedeiras, variável entre os 450 e os 650 metros.

Já nos principais vales destaca-se sobretudo o encaixe vigoroso do Tâmega e do Douro. Este entalhe aliado a um facto característico de relevos mais elevados para o interior são indicadores geomorfológicos que evidenciam e influenciaram ao longo dos

milénios, desde a pré-história, e seguindo obviamente diferentes padrões, até à actualidade, a ocupação humana, como resultado da diversidade de oferta das condições naturais e dos imensos recursos que disponibiliza.

## **2. EM TORNO DA TOPONÍMIA E DAS DÚVIDAS QUE SUSCITA.**

Com origem no grego, “Toponímia” resulta da conjugação de topos “lugar” e onoma “nome”. Assim, a toponímia estuda o nome dos lugares e designativos geográficos: física, humano, antrópico ou cultural. Uma das particularidades da toponímia poderá definir-se como a busca pela etimologia, o carácter semântico da palavra e suas transformações linguísticas, especialmente as fonético-fonológicas e as morfológicas. A toponímia como subárea da Onomástica, disciplina científica com regras, taxionomia e metalinguagem.

Cada topónimo, cada nome tem a sua razão de ser, tem na sua origem um fundamento, mesmo quando aparentemente sobrevém sem razão - Pode estabelecer-se uma relação estreita entre a toponímia e a História. Estudando e investigando a toponímia antiga pode permitir-nos identificar lugares e povos. Descobrir o significado concreto desses nomes, remontando a tempos pré-romanos.

Quando se fala de património histórico deve considerar-se que não estamos a tratar apenas de objectos pertencentes a um domínio material como os monumentos em pedra, palácios, estátuas, enfim... a cultura material. A toponímia de uma região pertence, quase sempre ao enquadramento cultural da mesma, mas pertence também ao domínio da percepção que o ser humano tem sobre o território que o rodeia. Assim, a toponímia corresponde à identificação das áreas, evidenciando a memória colectiva sobre um determinado espaço ou um acontecimento.

O estudo da Onomástica em torno de nomes próprios, pode contribuir para abordar o género, as origens, os processos de denominação, mesmo em diferentes línguas ou dialectos. A Onomástica está incluída nos estudos de linguística e possui forte vinculação com a História e Geografia. As pesquisas conhecidas nesse sentido são grandiosas, ramificam-se pela epigrafia e a paleografia. A primeira delas oferece os métodos para leitura de inscrições em pedras, madeira, marfim e barro. Já a segunda, revela escritos em

papiro ou pergaminhos. A combinação dos dois métodos permite identificar o nascimento, a evolução, a cronologia e até mesmo a morte de um nome.

No caso do estudo em concreto, a Onomástica dividida em duas vertentes: Toponímia e Antroponímia, possibilita que a Toponímia se encarregue de estudar nomes de lugares, acarretando uma reflexão sobre a sua origem e evolução, porque para além de abordar locais, vilas e cidades, também se debruça sobre os nomes dos rios e cursos d'água, nomes de montes e de relevos, de subdivisões administrativas e de estradas. O seu estudo permite ainda a compreensão dos valores e das tradições de um povo. A sua análise ajuda a compreender a organização socio-geográfica de determinados espaços, como por exemplo ruas que evidenciam ofícios – “Rua dos Ferreiros”, “Rua dos Funileiros”. Estas referências denunciam uma necessidade de organização geográfica.

Se a Antroponímia se dedica ao estudo do nome próprio de pessoas, considerando prenomes, sobrenomes ou apelidos de família, a Onomástica em toda a sua abrangência pode hoje ser considerada, uma ferramenta importante para pesquisas da História, Política, Social, Cultural, das Instituições e das Mentalidades. A existência de um léxico comum peculiar ao noroeste peninsular, diferenciado, segundo Piel (1989:55-59), “por portar elementos que reflectem o vocabulário de oralidade antiga”. Mas, também, um tesouro toponímico explicado, em parte, pela densidade populacional constante. (RIBEIRO 1970, p. 298)

Logo, os nomes de lugar, singularizam-se pelo carácter documental de línguas primitivas, por vezes únicos resquícios imbuídos de elementos peculiares como os morfológicos e semânticos (MENENDEZ PIDAL, 1952:5). Nesse sentido observa-se que ao refletirem a história portuguesa, apresentam traças subsistentes ao período pré-romano através de formatos latinizados.

Existe claramente uma enorme dificuldade de precisar dados, e são muitas as dúvidas com que nos deparamos, são aliás, dúvidas destacadas por trabalhos de linguistas e arqueólogos, que conduzem à necessidade de recorrer ao substrato pré-romano. Ainda assim é possível notar que o nome próprio de alguns lugares se distingue pelo carácter de preservação ao actuar como marcador histórico das mais remotas civilizações e manifestações, caracterizando o assinalamento de partículas de pretérita origem.

Relativamente a “crasto” ou “castro”, que são em número significativo no Marco de Canaveses, podemos observar que, segundo Vasconcelos (1931:20), “castro” é uma forma proveniente de *castrum*, “que no latim de decadência significava *oppidum*.”.

Embora a cartografia existente de aglomerados proto-históricos, não seja suficientemente elucidativa, compreende-se, conhecidos, referenciados e detectam-se a existência de alguns castros, uns maiores que outros nas colinas da área geográfica do concelho marcuense.

É pois, assaz e pertinente para a investigação realizada, testemunho indispensável para a pesquisa e efectivação deste trabalho, o estudo da toponímia, para tornar possível seguir um rasto coerente na prospeção e localização dos sítios estudados. Os nomes dos lugares e localidades, com origem e evolução ao longo dos tempos potenciam a relação que os sítios têm no meio e com o homem. A toponímia tem comprovadamente ligações concordes com a História, a Geografia, tantas ocasiões comprovadas pela Arqueologia, estabelecendo muitas vezes o propósito dos locais e a sua importância para as populações. Muitos dos locais e sítios analisados, cuja relação com as populações, ainda hoje, está ligada à utilização de outrora, facto que prova a importância que estes ainda surtem na identificação do território.

Assim a análise realizada à toponímia das cartas militares (1:25000 - Carta Militar de Portugal: IGEOE - Instituto Geográfico do Exercito) permitiu numa primeira abordagem, correlacionar muitos locais já reconhecidos como possuidores de evidências arqueológicas, cujo topónimo remete totalmente para a autenticidade arqueológica/histórica do lugar.

A utilização dos topónimos *Castro*, *Crasto*; *Castelo*, *Crestelo*; *Castelinho*... São comuns e mesmo muito populares na área do concelho do Marco de Canaveses. Aos povoados designados por “Castros”, cujo propósito do lugar está relacionado com fortificação, controlo e defesa, é atribuível esta designação de forma composta: Castro de Arados; Castro Boi; Castro Ladoeiro; Castro Pinheiro; Castro Soalhão; Castro de Santiago, Castro Alvim, para além do mito local os relacionar com outras lendas e fábulas.

Num estudo deste tipo, impõe-se consultar o *Dicionário de Toponímia da Língua Portuguesa* da Porto Editora, verificamos as seguintes definições;

Castelo: Do latim vulgar *castellum*, 'castelo'. Derivado – *Castelejo*

Castro: Do latim *castrum*, 'fortificação'.

Crestelo: Forma popular de *crastelo* , 'pequeno castro'. Derivado – Cristelos

Também o topónimo “cabeço”, “alto” ou “monte”, aparece por vezes, entre a memória colectiva, associado ao “castro” e mesmo duplicando o nome deste, como são exemplos; o *Monte de Arados*; *Monte de Santiago ou S. Tiago*; *Alto de Arados*; *Monte do Castelo*; *Alto das Penegotas*; *Alto do Castelo*; *Cabeço do Castro* – Referindo apenas alguns exemplos, mas evidenciando que o traço comum é o predomínio de implantação do povoado em altitude desenvolvido na cumeeira do monte e que evidenciam a duplicação de nomes por que são conhecidos, na memória colectiva.

Dado o caracter pouco pacifico em torno da questão da nomenclatura castreja, sobretudo, considerando o diversificado leque de designações que lhe são atribuídas, Santos Júnior (1957) publicou uma lista desses nomes. Mais tarde a lista foi republicada por Pinho Brandão (1973), numa separata sobre o “Alto” ou “Monte do Castelo” - Penha Longa, Marco de Canaveses, onde constavam as designações atribuídas em 1957, acrescentando mais algumas designações como podemos confirmar;

“Casal de Mouros; casalico, casarelhos; caselinhas; casicas; casildro; casinhas; castelares; castelejão; castelejo; castelo dos mouros; casteloso; castiêlho; castelejo; castilhão; catragosa; castralheira ou castralheiras; castralhouço; castrelim; castrelinhos; castrelos; castrelhão; castrilhão; castrilhouço; crestelo ou crestelos; castrobouço; cêrca; cêrca dos mouros; cidadêlha; cidadonha; ciranelha; cividade; couto dos mouros; coroa; crestim, cristêlo; escantralhouço; feira dos mouros; muradal; murada; muradelhas; muro; paredelhas”; e as já aqui designadas, “castro; crasto e castelinho”

(BRANDÃO, 1973:293)

Como é possível de verificar muitas destas designações são variantes às quais se podiam juntar ainda mais algumas, como por exemplo: citânia; castrueiro; pena; cabeço; cabeça; cabecinha; picoto; côto; outeiro dos mouros; cidade dos mouros; capela dos mouros; suidade; castroeiro, citando apenas alguns microtopónimos, mas que nos levam precisamente para a importância da toponímia, e às próprias dúvidas que suscitam, porque muitos destes locais, “também” ostentam nomes de santos, com o *S. Tiago* à cabeça, *S. Vicente*; *S. Romão*; *S. Domingos*; *S. Félix*; *S. Paio*; *S. Gens*; *St.<sup>a</sup> Eufémia*; *St.<sup>a</sup> Tecla*... Referindo apenas alguns exemplos e os mais comuns, resultado muito provavelmente da cristianização, durante a Idade Média, de locais anteriormente pagãos.

Ora no Marco de Canaveses existem hoje alguns aspectos curiosos, como acontece, em Folhada, junto à “Ponte do Arco”, existe um topo, designado por “Castelo dos

Mouros”, o local também é conhecido apenas por “Castelo”, mas o “mito”, na mais recente revisão toponímica deu lugar a uma; “Rua do Castelo”... Uma “rua” no meio de nada.

O mesmo se passa no Freixo, lembra-se o “pedaço de parede” que esteve na origem das escavações arqueológicas em Tongobriga (Castro do Freixo). “Capela dos Mouros” era a designação mais comum e conhecida entre a população e todos os mitos que a mesma encerrava.

Nomes toponímicos pré-romanos são conhecidos por toda a Península, mas na sua maior parte são tardiamente indicados pelos autores latinos do tempo do Império e pelos autores gregos (UNTERMANN, 1962:8).

Ao estudarmos a toponímia do caso em estudo, as dúvidas que suscita, surgem muitas vezes, confirmadas por evidências. Contudo, também, existem casos onde o topónimo acaba por não revelar uma evidência concreta relacionada, lançando dúvidas, que só a prospecção arqueológica pode confirmar, como por exemplo acontece com o lugar de “Craustos”, em Tabuado, onde aparentemente o topónimo não confirma a existência de um povoado castrejo, mas certamente algo ali existiu, faltando apenas confirmar o que terá sido.

De igual modo, no âmbito do estudo da “cultura castreja”, deparamo-nos frequentemente com a questão da própria terminologia castreja, que nos parece não estar de todo resolvida. De facto apesar de o termo “castro” ser mais conhecido e mesmo o mais divulgado, os diversos autores que abordam o tema utilizam indistintamente designações, como por exemplo “castelo”, “cidade”, “castroeiro”.

Reconhecidamente não é, pois, uma questão fácil. Mas apesar de todas as dificuldades, podemos notar que existem nomes próprios de lugares, que se distinguem pelo carácter de preservação e que actuam como um marcador histórico das mais remotas civilizações e manifestações, caracterizando e assinalando partículas da sua pretérita origem. Evidentemente que a questão da nomenclatura só pode ser confirmada através dos estudos científicos, nomeadamente com a confirmação dos vestígios arqueológicos, razão pela qual entendemos que a situação ideal, até para disseminar todas as dúvidas, que a grande maioria das estações deste tipo, castros, romanizados ou não e castelos, roqueiros ou condais (até porque alguns podem ter evoluído no seu espaço e estatuto) se encontrassem devidamente escavada e estudada, ou seja, seria muito mais fácil se estivesse devidamente elaborada a arqueografia.

De facto as dúvidas com que nos deparamos são muitas, quando estudamos locais com topónimos de “castro”, para além do já citado caso de Tabuado, Alvim (Santo Isidoro), “Cristêlo”; na freguesia de Fornos; Castelinho em Avedas, citando apenas alguns exemplos, que apesar de todas as tentativas, não ostentam vestígios de povoamento arcaico, restos de muralhas, entalhes, fragmentos de cerâmica ou outros, e que nos levam a questionar, se esta designação toponímica se popularizou, de tal forma, que se passaram a aplicar, a simples elevações topográficas, pelas características do formato cónico?

Mas também aqui pode dar-se um outro fenómeno e o lançamento da dúvida - o da destruição de todos os vestígios, de forma propositada, por proprietários mais ávidos, preocupados sobretudo com o advento romântico do século XIX e o gosto que se popularizou pelas buscas do passado.

Também a análise de topónimos como *Carreira*, *Bouça da Carreira*, *Carreira Velha* e *Portela* remetem frequentemente para a presença de uma via, zona de passagem ou porta. A localização deste tipo de locais é correlacionada muitas vezes com o traçado de itinerários antigos ou “portas” de passagem para o território, geralmente de carácter natural que trespassam a vertente da montanha abrupta.

Percorrer a história patrimonial do Marco de Canaveses, transforma-se pois, numa tarefa quase desafiadora, sobretudo numa base de tempo superior a mais de dois mil anos. A toponímia afigura-se como uma importante base de trabalho, como estudo da etimologia e explicação de determinados topónimos, especialmente para quem busca nas raízes do tempo - “Castro” e “Craсто” figuram à cabeça do estudo, mas não só, impõe-se pesquisar não apenas todos os sinónimos, mas também as respectivas derivações. Trata-se assim de uma vasta área geográfica profusa de referências toponímicas, que certificam a importância exercida pela região durante o período cronológico da Proto- História prosseguindo na Romanização. O estudo da toponímia, necessariamente pelas especificidades e desígnios de investigação dos locais escolhidos pelo Homem, para se fixar, configuram um excelente testemunho à atividade de investigação e análise do território, compreendendo a relação das dinâmicas humanas e sítios de fixação dos aglomerados populacionais que, “Procede esta humanização das paisagens da antiga e intensa ocupação do solo, cujas raízes se perdem na mais remota pré-história.” (RIBEIRO, 1970:298).

Para além da cultura material existe todo um leque de elementos patrimoniais que por vezes são muito difíceis de distinguir, mas que mesmo assim fazem parte, sem dúvida, do nosso dia-a-dia.

### **3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

São muitos os vestígios arqueológicos de um passado histórico e longínquo, conhecidos sobre o território de Marco de Canaveses. A região que agrega o concelho, tem desde a Pré-História vestígios de presença humana, como provam os diversos estudos aqui efectuados ao longo do tempo, mas sobretudo e com maior incidência na década de oitenta do século XX.

Trata-se de região integrada geograficamente no denominado Noroeste Peninsular que apresenta como parâmetros mais marcantes as condições do relevo, que provocam também uma grande miscelânea em termos climáticos, conjugando várias influências, como são os casos das atlânticas vindas de ocidente e as de leste que dão a certas zonas da região um carácter continental. Registamos também uma influência de sul tipicamente mediterrânica. (RIBEIRO, 1967: 107). Para além destes factores, deveremos ter em conta que o relevo condicionou o tipo de povoamento, basta analisar esta situação na Proto-História, onde predomina o estabelecimento de povoados em altitude (RIBEIRO 1967:108). Todo o Norte de Portugal é dominado por planaltos e grandes sistemas montanhosos, estando isolado e com pouca influência oceânica, devido à existência de horsts como acontece na Serra do Marão que ultrapassa os 1200 metros de altitude (BIROT, 1950:12), considerando a sua limitação relativamente ao concelho do Marco de Canaveses, como acontece também com a Serra de Montemuro.

Clima, relevo e vegetação são três factores, a que se junta, no caso particular do Marco de Canaveses, a profunda influência dos vales dos rios Douro e Tâmega, influência que se faz sentir no modo e no tipo de vida do Homem, cuja presença nas plataformas criadas por estes dois rios é testemunhada, ao longo do tempo, através de vestígios da sua ocupação. Mais numerosos em áreas de planalto e nas montanhas, muito embora isso se possa ficar a dever fundamentalmente a questões de conservação de vestígios, ignorados enquanto património, uma vez que a possível existência de sinais existentes nos vales foram destruídos pela criação de novos campos agrícolas e construções contemporâneas.

A abordagem e observação à configuração do espaço que actualmente compõe o concelho do Marco de Canaveses, na absorção dos antecedentes históricos, enquadram-se, numa área bem mais abrangente do que aquele, que compõe o actual contexto administrativo do concelho. O presente estudo tem impreterivelmente que se integrar num espaço mais abrangente, onde predominam os granitos, marcado pelas serras de Montemuro, Marão, Gralheira, Freita, Aboboreira, Montedeiras, Santa Justa no lado oposto, para além das referências já devidamente reconhecidas dos rios Douro, Tâmega, entre alguns outros.

Alguns autores antigos abordam este território: É o caso de Estrabão, natural da Capadócia (58 a.C/ 25 d.C.), no livro III da sua Geografia, é um dos que se debruça sobre esta região setentrional, afirma a determinada altura; “...todos estes montanhesees são frugais: bebem só água e dormem no chão...”, acrescentando ainda; “os montanhesees durante dois terços do ano alimentam-se de lande de carvalho. Secam-nas, trituram-nas moem-nas e fazem com elas pão, que pode guardar-se por muito tempo” (VELOSO e CARDOSO, 1965; 42 apud. ESTRABÃO III).

São inúmeros e comprovados os valores arqueológicos aqui existentes, que confirmam a ocupação milenar da região, evidências de um património milenar, com raízes na pré-história e que podiam ajudar a potenciar e promover o turismo cultural, reconhecendo-se no entanto que nos últimos anos o turismo se converteu num fenómeno complexo, alcançando uma dimensão sem precedentes e que, dependendo da forma como é gerido, pode abrir horizontes à cultura ou colocá-la em perigo. A UNESCO propõe-se a ajudar os estados membros para que formulem estratégias encaminhadas para a conservação a longo prazo do património cultural, melhorar a promoção e o conhecimento de cada património cultural entre os turistas, favorecer os intercâmbios culturais entre anfitriões e turistas e contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos. A preservação do património tem entre suas funções o papel de realizar “a continuidade cultural”, ser o elo entre o passado e o presente que nos permite conhecer a tradição, a cultura, e até mesmo quem somos, de onde viemos. Pode contribuir para despertar o próprio sentimento de identidade. Margarita Barreto (2002) defende a “recriação de espaços revitalizados”, como um dos factores que podem “desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura” (BARRETO, 2002: 44).

O turismo cultural é uma das prioridades da União Europeia (ex.: Plano de Acção de Apoio ao Turismo de 1993-1995), mas só desde o Tratado de Maastricht em 1991 (RICHARDS, 2001:5). Também a nível internacional esta preocupação tem sido muito importante desde há várias décadas. Assim, por exemplo, a Carta Internacional sobre o turismo cultural (ICOMOS: 1976) define que o património cultural e natural, no seu sentido mais genérico, “pertence a todos e temos o direito e a responsabilidade de o compreender, valorizar e conservar”. Promover o turismo cultural, conhecendo os antecedentes históricos da região, pode ser um meio para atingir esses objectivos, entendido como uma experiência de intercâmbio cultural na qual não só nos aproximamos do conhecimento do passado e de todas as mudanças operadas, mas também da vida actual de outros grupos humanos. O turismo cultural pode, assim, e deve estar ao serviço da conservação e valorização do património cultural, mas também pode acontecer o contrário, isto é, o património cultural cria-se em função dos interesses mercantis, e é com esse objectivo que é explorado. Aqui os riscos são o abuso, os impactos negativos e a própria perda do património cultural. Neste sentido as políticas deveriam ser orientadas desde uma perspectiva de equilíbrio entre o turismo cultural e o património cultural, para não apagar e respeitar as marcas do passado.

Ao identificarmos os castros marcuenses, povoados Proto-Históricos na paisagem património milenar, apontamos a sugestão da possível criação de uma rede, porventura mais abrangente, como parte integrante de um sistema de divulgação de turismo cultural e dos testemunhos que comprovam os antecedentes do passado.

## ***CAPÍTULO II***

### **1. A CULTURA CASTREJA**

No decurso do I milénio a.C., mercê de favoráveis factores hidro-orográficos, assistimos ao surgimento no Noroeste Peninsular, de uma singular cultura tipificada no peculiar habitat e arcaísmo das suas formas, polarizado em redor de povoados fortificados, ocupando os cimos de outeiros e esporões alcantilados, vulgarmente chamados de castros. Daqui provém a designação de «Cultura Castreja», que será, porventura, um dos mais particulares e interessantes fenómenos de humanização da paisagem, a que o território do Marco de Canaveses não é alheio.

Com filiação neste período, isto é, com comprovada ocupação entre a Idade do Bronze Final e as primeiras décadas do século I d.C., são actualmente conhecidos no espaço concelhio doze povoados, sendo os castros de Arados (que ocupa um espaço que se divide pelas freguesias de Alpendorada e Matos, Magrelos e Ariz), classificado desde 1910, e do Freixo – também ele classificado desde 1910, e que evoluiu para a “*civitas*” que hoje conhecemos como Tongobriga, aqueles que mais se destacaram, considerando o caso de Arados pelo seu forte impacto visual na paisagem circundante mas, também, pelo seu aparato defensivo, com as pelo menos três cinturas de muralhas, o que representa uma superfície ocupada muito significativa. Merece referir igualmente o Castro de Vila Boa de Quires, este sem classificação.

São variáveis, as conjecturas para explicar esta cultura que se desenvolveu, principalmente no noroeste da Península Ibérica. No entanto, acreditamos que para fundamentar a cultura castreja no Noroeste da Península Ibérica, a teoria mais adequada ao contexto da região é a da divisão deste período em três fases (SILVA, 2007:34), uma vez que clarifica de uma forma mais adequada os contextos cronológicos, arqueológicos e culturais que este milénio evidencia, considerando os factores históricos e arqueológicos.

Numa primeira fase - aquela que define o início desta cultura – a mesma poderá ter um balizamento cronológico associado ao século IX a.C. que corresponde à fase (IA) apontada por A.C.F Silva (2007), “tal como os registos arqueológicos do Castro da Nossa Senhora da Guia, Baiões, Viseu e o caso do Castro do Coto da Pena, Caminha comprovam”. Esta cronologia não é defendida pela generalidade dos autores, pois há quem admita o século VII/VI a.C., como o início da “cultura dos castros” (MARTINS,1990:25).

Todavia a cronologia apontada anteriormente, por Martins (1990) terá correspondido à fase (IB) (SILVA, 2007: 37), seguindo um critério das datações absolutas do final da Idade do Bronze que calibradas, a coloca na transição do II para o I milénio a.C. (SILVA,2007:38). A existência de uma fase mais antiga (IA) e de outra mais recente (IIB), na fase de formação da cultura castreja, obriga-nos a esclarecer qual a diferença entre estes dois períodos, que deverá relacionar-se com uma maior intensidade nas relações com a área meridional (SILVA, 2007:37), a partir do século VIII a.C., motivada pela procura dos metais, concretamente o estanho e o ouro, como se depreende através dos autores clássicos, como Estrabão e até de referências bíblicas (SILVA,1990:143).

Durante este período inicial todo o noroeste terá tido um conjunto de influências bastante alargado, ou seja, é de admitir como muito provável a influência atlântica, centro-europeia, através da cultura de Hallstat nesta fase (MARTINS,1990:24), bem como uma relação meridional e consequentemente com o mediterrâneo. Devido a uma duplicidade de influências a que a cultura castreja foi sujeita, entendemos que é difícil estabelecer um paralelismo com as culturas de Hallstat e de La Tène, que periodizam a Idade do Ferro no Centro e Norte da Europa, uma vez que os vestígios deste metal são bastante residuais no noroeste, aparecendo apenas no depósito de Baiões e em alguns povoados castrejos da Galiza, como por exemplo, Santa Tecla e Terroso (SILVA, 2007:37).

Para a manifesta particularidade desta cultura, muito terá contribuído o factor geográfico, já que se trata de uma região distante considerada como uma região fria, excessivamente acidentada e pouco hospitaleira, tal como Estrabão a descreveu (TRANOY,1981:21). Porém, este factor contribui para a preservação da sua originalidade (CARDOSO,1973:273), tendo o seu isolamento servido para a criação de uma certa unidade, dentro da fragmentação geográfica existente (TRANOY,1981:23).

A cultura castreja evidencia as suas particularidades e aparentemente encerra mecanismos de evolução próprios, o que não invalida a consideração de influências de diversas origens para a sua própria formação. Na área geográfica do Tâmega e Douro a I fase da cultura castreja poderá estar representada em povoados como o da Lavra II, onde a problemática cronológica das cerâmicas e dos vestígios ali encontrados, corporizará situar uma ocupação do povoado no Bronze Final (JORGE, 1981). Contudo teremos de fazer as devidas cautelas, uma vez que os vestígios foram praticamente arrasados pela construção

de uma estrada, de tal forma que ali, praticamente não existe mais nada, a ponto de não nos debruçarmos sobre o seu estudo, para esta dissertação.

Tendo em conta os povoados calcolíticos e os povoados da Idade do Bronze, existentes na região, podemos afirmar que a existir uma evolução cronológica da ocupação destes locais, muitos dos povoados inventariados para as épocas referidas tiveram ocupação durante a fase inicial da cultura castreja. No entanto, esta é uma afirmação altamente subjectiva.

Para atestar a ocupação de alguns destes povoados entre o século IX e o século VI a.C., nomeadamente os que Coffyn (1983), referencia “como sendo povoados do Bronze Final”, torna-se fundamental a obtenção de testemunhos arqueológicos que comprovassem “uma cronologia dentro da fase referida no substrato indígena peninsular, mudanças estas que foram testemunhadas por Estrabão” (SILVA, 2007:41).

As expedições então realizadas teriam como objectivo principal a actividade comercial, relacionada sobretudo com os recursos metalúrgicos, que eram o chamariz para as comunidades exógenas, basta ver o exemplo dos *Hiberi* que se terão fixado na Beira Alta com o objectivo de explorar as minas de Queiriga, em Vila Nova de Paiva, Viseu (SILVA, 2007:42).

Mas se as comunidades exógenas saíam a lucrar com estas relações comerciais, as indígenas também, porque tiveram um contacto ainda mais directo com o mundo mediterrânico, como constatamos no caso do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira), com a presença de cerâmica púnica e grega (SILVA, 2007: 42).

Estas relações meridionais terão tido um papel determinante para o desenvolvimento de muitos povoados, sobretudo os da fachada litoral, como os casos do Castelo de Gaia e o de *Cale*, morro da Sé do Porto, que terão beneficiado pelas suas localizações e pelas suas evidentes funções portuárias (SILVA, 2007:44).

A II fase evidenciou-se por uma evolução e por uma consolidação das inovações conhecidas, já desde a primeira fase em todo o noroeste. Contudo este período, como refere Armando Coelho Ferreira da Silva, destaca-se sem dúvida pela;

“Evolução do mundo indígena integrado num quadro de relações com influxos de procedência continental e de contactos meridionais e mediterrânicos, no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e posteriormente, das primeiras influências itálicas”

(SILVA, 2007:50)

Se as relações meridionais terão sido importantes para o desenvolvimento dos povoados do litoral, não terão sido menos importantes, as continentais para os povoados do interior, sobretudo no caso particular do Tâmega e do Douro, uma vez que muito provavelmente existiu uma intensificação da actividade metalúrgica, que como sabemos foi um dos principais interesses para as comunidades exógenas.

Acompanhando esta teoria está o passado aurífero da região (SILVA, 1988: 84). A penetração para o interior a partir do Douro, com as capacidades auríferas, da Serra de Santa Justa e Castromil e um pouco mais acima, mas agora seguindo a linha do rio Tâmega, já na região de Trás-os-Montes, com especial destaque para Vila Pouca de Aguiar (Jales), que desde o Bronze Final vem demonstrando grande actividade, através da riqueza aurífera, que evidencia bastantes influências centro-europeias (SILVA, 1988,: 80).

A actividade metalúrgica terá ganho ainda mais projecção com as relações/influências que caracterizaram esta II fase, incrementando ainda mais a ourivesaria que no noroeste irá ter dois grandes grupos, um interior, transmontano de raiz céltica e outro litoral, tipicamente mediterrânico (SILVA, 2007: 50).

Neste período importa salientar a importância de uma das escolas regionais, situada na área de Chaves (SILVA, 1988: 83-84), que patenteou uma nítida influência céltica, como se constata nos torques e braceletes, em particular a bracelete de Lebução, Valpaços, que apresenta pelos seus motivos decorativos grandes semelhanças com a zona centro-europeia (SILVA, 1988: 85).

Contudo, para justificar esta evolução do mundo indígena, não existe um consenso generalizado, no que diz respeito às influências exteriores no contexto externo. Alarcão (1999), defende que a “*experiência do estrangeiro*” não terá sido suficiente para despoletar as mudanças ocorridas nesta fase, “apontando para isso a formação de chefes que terá conduzido à formação de unidades” (ALARCÃO, 1999: 3), problematizando a questão da hierarquização da sociedade.

Esta controvérsia emerge já desde o Bronze Final e um dos contributos para a criação de hierarquia social prende-se com o contacto com o poder, que poderá estar relacionado numa primeira ordem com a questão do domínio territorial. No caso da região do Tâmega poderá também relacionar-se com a importância dos recursos metalúrgicos, uma vez que a existência de riqueza poderá ter incentivado a formação de hierarquias (VILAÇA, 1998: 208). É necessário – em nossa opinião – ter em conta a contínua

hierarquização da sociedade que é visível em diversos aspectos, como por exemplo, na própria estatuária, que evidencia características de uma sociedade predominantemente guerreira, sendo a bacia do Tâmega um exemplo fértil (LEMOS, 2008: 8), relativamente a este tipo de manifestações representativas de poder.

Concomitantemente não podem deixar de se salientar os significados que estas estátuas teriam, já que destacavam as elites desta sociedade (FONTE, 2008: 11), o que indicia a presença de uma hierarquia social, onde poucos, teriam o poder sobre muitos. No entanto a explicação da evolução sofrida ao longo da fase II da cultura castreja não pode ser justificada, somente pela hierarquização e criação de chefias, porque os testemunhos arqueológicos dão conta de uma evolução da própria cultura material, que só pode ser explicada pela perspectiva das relações continentais e meridionais.

A designada fase III desta cultura é conhecida como a última etapa do período castrejo, mas que não coincide com o seu declínio - pelo contrário, afigura-se como o período mais desenvolvido desta cultura. A causa para o desenvolvimento poderá estar relacionada directamente do contacto com os romanos, que implicaram algumas alterações, sobretudo ao nível defensivo e político-administrativo, devido à sequência de migrações internas que foram modelando a ocupação do território. Estas mudanças terão tido uma grande projecção durante as campanhas militares romanas, nomeadamente as campanhas sertorianas e as campanhas de César, que são testemunhadas pelas fontes clássicas e que identificam essas mudanças populacionais (SILVA, 2007: 53).

A reorganização “terá favorecido povoados com maior posição estratégica, maior capacidade de concentração de população” (SILVA, 2007: 76), e este poderá ter sido o caso ocorrido no Freixo - Criando pólos agregadores de um território, que serão os *lugares centrais* (Tongobriga), que para além de todas as evoluções registadas nesta fase, se destacam como os grandes impulsionadores do ordenamento territorial que conjugou as influências romanas com as tradições indígenas.

A expansão do povoamento assume nesta fase uma grande relevância. O território passou a ser interpretado de outra forma, já que era uma fonte directa de poder, de domínio de um espaço. Alarcão relaciona este poder com a existência de uma liderança exercida por príncipes, rejeitando a ideia de *lugares centrais*, defendendo que estes locais seriam as zonas residenciais desses mesmos príncipes e, por este facto, dominariam outros *populi* (ALARCÃO, 1998: 52). Esta teoria deixa de parte também a possibilidade dos locais com

maior dimensão serem os lugares principais, ficando por explicar o desenvolvimento de muitos povoados nesta fase, como é o caso de Sanfins que tem agora o seu momento mais próspero.

Para além disso a noção de uma hierarquia de lugares nomeadamente através do *lugar central* é importante para a compreensão do território, uma vez que este tipo de locais como referimos, são os que se impõem numa determinada área e distam entre si cerca de 33km (VAZ, 1996: 150), o que revela ser um espaço bastante considerável para o domínio de um lugar, sobre um conjunto de outros lugares.

Na última fase da cultura castreja, importa também realçar, o desenvolvimento registado ao nível habitacional - a introdução da “casa pátio”, que corresponde à fase IIIA e mais tarde, com a aculturação romana, surge a casa rectangular, que corresponderá à fase IIIB.

Considerando a perspectiva teórica defendida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Acuna Castroviejo (1997), para a cultura castreja, “as campanhas de *Decimus Iunius Brutus* foram determinantes para uma mudança cultural em todo o noroeste entre o séc. I a.C. e o séc. I”, já que se registaram progressos na cultura material perceptíveis, por exemplo, no contexto habitacional como antes referido, no contexto defensivo com um desenvolvimento dos sistemas defensivos e, por último, o desenvolvimento urbano, com a introdução do sistema ortogonal clássico, como se verifica nos casos de Sanfins, Santa Luzia e Briteiros (MARTINS, 1990, 26).

Nesta fase poderá acrescentar-se também os edifícios comunitários, como os balneários, existentes em diversos povoados do noroeste, que atestam a organização e evolução da sociedade castreja, que se adequa ao claro desenvolvimento proto-urbano, característico desta última fase da cultura castreja (SILVA & MACIEL, 2004: 125).

Com a dominação romana em todo o noroeste esta cultura foi-se integrando, passo a passo nos modelos sociais romanos, sobrevivendo apenas algumas prevalências culturais, sobretudo ao nível religioso, onde as divindades indígenas mantêm um papel fundamental neste capítulo, como constataremos.

Durante o I milénio a.C., todo o noroeste peninsular foi densamente povoado, desenvolvendo-se no seu espaço territorial muitos dos elementos característicos da cultura castreja. Como é corroborado por praticamente todos quantos se debruçam sobre o desenvolvimento dos castros e da referida cultura, os recursos metalúrgicos e os seus focos

de produção, terão sido extremamente importantes para a disseminação do povoamento, principalmente a partir da II fase até ao séc. II a.C. Este desenvolvimento regional terá tido uma maior predominância sobretudo em áreas de exploração mineira, especialmente da produção aurífera, capaz de legar peças como o famoso “tesouro de Baião”. Este facto não terá passado despercebido ao invasor Romano, potenciando o domínio deste sobre as populações castrejas.

## **2. OS CASTROS – POVOADOS PROTO-HISTÓRICOS**

Um castro (crasto, castelo dos mouros, couto dos mouros, citânia, cerca, cidades, castelejo, castelares, castelos) (SERRÃO, 1961: 532) é um vestígio de uma povoação fortificada, muralhada com uma ou mais linhas defensivas, um ou mais fossos, e quase sempre no topo de um cabeço (JÚNIOR, 1957:28), monte com cume arredondado e praticamente sempre com uma encosta íngreme, geograficamente adequado para o domínio da paisagem local e uma observação à distância.

Os castros eram núcleos populacionais concentrados, forçados a um isolamento defensivo (SERRÃO, 1961: 532). Este é o habitat castrejo típico. Os principais povoados estavam instalados em colinas de essência e substracto sobretudo granítico. As populações castrejas recorriam mesmo a este material, principalmente para a construção das muralhas, feitas de blocos de granito toscamente recortados. É o que Carlos Fabião designa por "civilização do granito", embora o autor afirme que esta caracterização seja mais nítida na sua fase final (FABIÃO, 1993: 192).

As casas possuíam planta circular, com cerca de cinco metros de diâmetro, com paredes formadas por pequenas pedras unidas com cascalho, sem qualquer tipo de argamassa. O piso seria de saibro batido, e no interior, tudo o indica, num canto, uma lareira, revestida de argila. No centro existiria um buraco para um poste que suportava a estrutura de cobertura, de colmo, material perecível e de formato cônico (FABIÃO, 1993: 193; SARAIVA, 1991: 20-23). O espaço envolvente compreendia um átrio, algumas vezes com um forno ou forja. Mas poderiam existir outro tipo de construções eventualmente mais largas para funcionarem como espaços de reunião e ou de culto, e alguns povoados poderiam mesmo já ter banhos a vapor, como comprovam os diversos balneários tipo “Pedra Formosa”, como o descoberto no Freixo, Marco de Canaveses.

A norte do rio Douro, nos distritos de Minho e Trás-os-Montes, concentram-se a grande maioria dos povoados castrejos, consequência das características geomorfológicas. Na região do Minho o clima é húmido, com chuvas frequentes (até 3.000 mm anuais). A geografia litoral é caracterizada por uma série de vales paralelos, com falésias delimitando as praias estreitas. O solo, naturalmente pobre, tem a sua fertilidade assegurada pela adubação de algas marinhas (Geografia Ilustrada - Europa, 1972: 16-17).

Já no que diz respeito à região de Trás-os-Montes, esta ocupa uma área montanhosa, região de forte erosão secular, com uma topografia movimentada e de vales profundos como os dos rios Douro, Tâmega, Tua e Sabor. Os rios correm entre vales escarpados, alguns com altitudes superiores a 1.200 metros. Este relevo foi fundamental e propício para o surgimento da cultura castreja e dos castros em território hoje português, o que de alguma forma justifica em parte o seu isolamento em pequenos núcleos populacionais.

Apesar dos muitos estudos efectuados pela arqueologia, presentemente e face a inexistência de necrópoles espacialmente delimitadas, poderá apenas especular-se, que a maior parte do ritual funerário castrejo se concentrava no interior do espaço doméstico, provavelmente com o intuito de sacralizar a presença do antepassado, fortalecendo o núcleo familiar celular, base da sociedade castreja. "...o núcleo familiar parece emergir vigorosamente como célula-base da sociedade" (FABIÃO, 1993: 197). A permanência das cinzas enterradas em vasos, encontrados em algumas casas castrejas pode alvitrar a sacralização do espaço quotidiano, dessa forma "protegido" magicamente contra as habituais invasões a que os castrejos estavam submetidos.

Quanto a datações, ainda hoje prevalecem divergências quanto ao período que abrange a cultura castreja do noroeste da Península. O seu apogeu situa-se na II Idade do Ferro (post-halstático) entre os séculos III a.C. e I d.C. (JÚNIOR, 1957: 29). A proliferação dos castros propriamente ditos poderá corresponder aos movimentos migratórios da área indo-europeia da meseta e das regiões meridionais, principalmente com as expedições de túrdulos e turdetanos, descendentes dos antigos tartéssios, entre os séculos V e IV a. C. Contudo não será de excluir a hipótese de essa antiga divisão corresponder à remota divisão social registada pelo mito fundador de Habis. Assim, os primeiros (túrdulos) poderiam pertencer à antiga plebe e os segundos (turdetanos) à velha aristocracia, ou vice-versa (FABIÃO, 1993: 168).

Estas expedições terão ocasionado uma instabilidade social em todo o território do Entre-Douro-e-Minho, facilitando o surgimento destas fortificações.

A cultura castreja, na perspectiva de Carlos Fabião (1993), sofreu influências externas distintas, assim divididas pelo autor; 1) Zonas meridionais ibero-púnicas (Bronze Final); 2) Migração dos túrdulos (refletidas nas técnicas, nos motivos cerâmicos e na ourivesaria); 3) Influências continentais (com o crescente deslocamento das comunidades indo-europeias) (FABIÃO, 1993: 192).

Não é fácil determinar com exactidão a actividade e a força com que cada cultura externa vai influenciar o “modus vivendi” entretanto estabelecido e do próprio desenvolvimento dos castros. Mas a partir da conquista romana (com início em 205 a. C.) a vida nos castros terá sofrido importantes alterações, com a redistribuição e planificação urbanística dos povoados sob a égide do invasor, abandonando os topos dos montes e invadindo as áreas mais baixas.

No Marco de Canaveses, existem exemplos da influência romana: Freixo /Tongobriga, a que se juntam alguns exemplos vizinhos - a escavação de Citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira, que pôs a descoberto um extenso povoado castrejo, com duas linhas de muralhas e uma divisão interna de espaço doméstico. A parte inferior da citânia mostra os típicos núcleos habitacionais circulares castrejos, reordenados em "bairros", em substituição ao "caos" anterior pré-romano. Na parte inferior, é possível observar quase 40 núcleos familiares circulares, e aproximadamente 15 núcleos quadrados. Estes últimos possivelmente foram construídos após a reordenação espacial romana, já que não fazem parte do habitat castrejo anterior.

Sobre o habitat castrejo importa destacar que, pelos dados fornecidos pelas escavações e divulgados, cada casa castreja deveria reunir várias células familiares, ou uma família ampla, constituindo uma "unidade suprafamiliar mais vasta" (FABIÃO, 1993: 197). Para o tema proposto, dispomos de mais informações de "índole arqueológica" (FABIÃO, 1993: 191) do que documental. No entanto, o geógrafo grego Estrabão (c. 64 a. C.- 25 d. C.), oferece uma panorâmica dos povos peninsulares aquando da conquista romana ("Strabo, nascido em Amasia, no Ponto [...] estudou em Roma por volta de 44-35 a. C. [...] "Escreveu Memorandos sobre a História (Estudos Históricos), em 47 livros [...] deixou também 17 livros preservados sobre geografia" (BOWDER, 1988: 145).

Ressalve-se, contudo, que Estrabão é um autor que deve ser utilizado com uma alguma racionalidade e prudência, sobretudo quanto às suas apreciações de teor etnográfico. A sua obra reflecte a visão do lado do conquistador, com todo o seu desprezo pelas culturas bárbaras; a conquista romana é um imenso "esforço civilizador" (FABIÃO, 1993: 194) sobre as comunidades peninsulares.

Ora, a região em que o Marco de Canaveses se integra, a norte do rio Douro, zona 1, era o território de um grupo de etnias designadas genericamente pelo nome de calaicos (FABIÃO, 1993: 191) palavra relacionada com kelticoi, nome que os Romanos davam aos Celtas e que veio a dar o termo; “galegos” (SARAIVA, 1991: 22).

Os núcleos supra-familiares castrejos possuíam presumivelmente chefes, vitalícios ou nomeados provisoriamente. Na Citânia de Briteiros, em Guimarães, as escavações arqueológicas encontraram uma grande construção circular (11 m de diâmetro), com bancos corridos em volta, implantada num local mais afastado das habitações familiares (FABIÃO, 1993: 191). Já foram levantadas as seguintes hipóteses para a utilidade de tal monumento:

- 1) Um conselho de anciãos (sem se saber, no entanto, se existiam antes da conquista romana ou se foi uma implantação criada pelo poder estrangeiro);
- 2) Alguma instituição colegial ligada à administração de cada povoado;
- 3) Simplesmente reuniões de familiares, embora de maiores dimensões.

(FABIÃO, 1993: 191)

Carlos Fabião (1993) afirma “existirem as mesmas dúvidas quanto ao título de princeps, que surgiu na época romana” e que parece designar uma “função de chefia” (FABIÃO, 1993: 191). Com a conquista romana, os povoados castrejos receberam a designação de *castellum* (com a abreviatura epigráfica da letra C invertida). A partir da invasão romana, o castrejo desceu do cabeço e, num processo repentino, ter-se-á convertido num agricultor dominado, para além de trabalhar para o Império Romano nas construções públicas. Atente-se à descrição que Joel Serrão (1961-1971) faz:

(...) após o assassínio do caudilho Viriato e a repressão brutal e sangrenta exercida pelas tropas de Júlio Bruto, irrompendo até a Galiza, o habitante dos castros, simultâneamente pastor e guerreiro, bisonho e bravo, foi, por fim, obrigado pela força das armas a descer à planície aberta e a submeter-se à disciplina e à lei do invasor, tendo de depor o escudo e a espada curta...

(SERRÃO, 1961-1971, vol. II: 535)

Apesar da importância da conquista romana, salientamos que a mesma serve essencialmente para situar no tempo e no espaço os castros e o habitat castrejo. Mesmo considerando as discussões referentes à existência de um conselho de anciãos ou alguma instituição colegial, parece não existir dúvidas quanto à autonomia de cada povoado em relação aos outros. Os calaicos – pelo menos aparentemente, não possuíam nenhum tipo de instituição superior para sancionar actos ou leis de cada povoado. Uma efectiva segmentação de poder, bem caracterizada nos votos religiosos encontrados, quando os calaicos identificavam a sua origem "pelo nome do povoado em que tinham nascido, ao contrário do que sucedia em outras regiões da área indo-europeia peninsular". (FABIÃO, 1993: 198). Estrabão fala de festas familiares que os calaicos faziam em certas noites de lua cheia (STRABO, III, 4-6), provavelmente associadas a ritos religiosos. Mas é também conhecida a rápida propagação do culto a Júpiter, e a associação sincrética do deus Marte a algumas divindades locais. A inexistência de santuários sugere um culto ao ar livre (FABIÃO, 1993: 198). Mas todas as construções específicas para um culto religioso foram construídas durante a ocupação romana, o que não significa necessariamente, que não possuíssem algum tipo de sacerdote, ou grupo sacerdotal.

Carlos Fabião (1993) ao avaliar as palavras escolhidas por Estrabão na sua Geografia III, refere que para definir os calaicos, este afirmava: “que se envolviam em incursões de pilhagem nos territórios vizinhos”. Tinham pouco vinho, utilizando-o em festividades para fins de sociabilidade. (FABIÃO, 1993:194-196). Iria mesmo mais longe ao afirmar que não conheciam o azeite. Contudo a realidade descoberta pela arqueologia parece apontar num sentido diferente. As investigações paleobotânicas feitas na Galiza (FABIÃO, 1993: 194) levam a crer que a agricultura de cereais e hortícolas tinham um peso significativo na vida dos calaicos. O que freou o desenvolvimento da agricultura foi provavelmente a constante instabilidade social castreja, com os hábitos de saques e pilhagens. Mesmo assim, o período em questão viu surgir as primeiras mós manuais giratórias (FABIÃO, 1993: 195).

Segundo Estrabão, os calaicos utilizavam também o comércio marítimo: ele fala de "barcos revestidos de couro e com estrutura de madeira utilizados pelos povos setentrionais" (FABIÃO, 1993: 195). A arqueologia “escavou” joias de ouro fabricadas localmente. Os recursos minerais (sobretudo o ouro e o estanho) estimularam o interesse romano pela região (Roma certamente já conhecia a riqueza mineral peninsular desde a

dominação cartaginense no sudeste, principalmente entre a I e a II Guerras Púnicas. Com a invasão e a dominação, os minérios hispânicos [ouro, prata, cobre, estanho, ferro, chumbo] passaram a enriquecer Roma, depois de terem enriquecido Tiro e Cartago).

A cerâmica pode conduzir a equívocos; foram encontrados alguns fragmentos de vasos gregos (ânforas e outras de influência púnica) em diferentes castros (um deles na Cidade do Terroso, na Póvoa do Varzim). Mas no que à cerâmica local diz respeito, vale a pena referir recipientes feitos geralmente com pastas grosseiras e com motivos geométricos feitos com incisão ou com matrizes de desenhos variados. Encontraram-se também vasos com o auxílio do "torno lento" (fabricação manual) relacionada com o moinho manual giratório, uma aquisição tecnológica do período (FABIÃO, 1993: 196).

A necessidade de se protegerem contra ataques perpetrados motivou a imposição do espaço muralhado, em alguns locais é possível detectar até 4 muralhas, como acontece no Castro de Quires ou S. Domingos em Vila Boa de Quires.

A associação entre o antigo nome castro e suas posteriores designações saltam aos olhos: casal dos mouros, cerca dos mouros, feira dos mouros, toural dos mouros, couto dos mouros (JÚNIOR, 1957: 28). Apenas alguns nomes para exemplificar a designação "castro". Essa permanência na língua oferece a possibilidade de fazer tal conjectura. Mas não apenas - a "coincidência" onomástica não é menor. A partir do século IX, todo o Ocidente medieval cobre-se de fortalezas. Os textos medievais dão os mais variados nomes: castellum, castrum, burgus, urbs (PIRENNE, 1962: 60). Henri Pirenne (1962), enfatiza a associação burgo-instituição militar desde a sua origem;

Tais como nos surgem, os burgos são antes de tudo instituições militares. Mas a este carácter primitivo cedo se juntou o de centros de administração. O castelão deixou de ser simplesmente o comandante dos cavaleiros da guarnição castrense. O príncipe delega-lhe a autoridade financeira e judiciária (...) Em caso de guerra, os seus habitantes encontravam ali um refúgio.

(PIRENNE, 1962: 62-63).

As coincidências onomásticas permanecem, mesmo tratando-se de áreas distintas, separadas pelos Pireneus.

Assim e desta forma, não se estranhará que subsista a possibilidade do uso do castro até para a construção de uma fortaleza, utilizando-se sua posição privilegiada, além do material granítico, já trabalhado em forma de bloco. Podemos, pois, colocar a questão da longa permanência de "alguns" castros como local de resistência, enraizado pela própria geografia. Sem nos deixarmos inebriar pelas antigas posturas nacionalistas. "Nos castros

implantam-se velhas raízes da nacionalidade portuguesa. E assim, estudar os castros e a cultura castreja é fazer nacionalismo e do mais são" (JÚNIOR, 1957: 29). O estudo dos castros é o estudo de uma longa tradição de isolamento, de resistência cultural ibérica, onde os povos que antigamente ocuparam este espaço geográfico – obviamente num contexto mais amplo, que aquele que compõe esta Dissertação – englobando todo o universo tribal peninsular - sempre se opuseram ao que veio de fora, ao "outro", ainda que este fosse o simples vizinho.

São em número de doze, os castros que identificamos em Marco de Canaveses. Foram caracterizados a partir da construção de uma “Ficha de Inventário” individualizada, explorando a descrição do sítio, localizando-o no mapa e a elaboração de uma ficha fotográfica individualizada. Na metodologia seguimos a toponímia, os dados bibliográficos, a tradição oral e uma visita feita a todos os locais. Também encontramos outras referências – “Castros-locais” e muitas dúvidas, sobre as quais completamos a devida abordagem em local específico.

### 3. OS CASTROS MARCUENSES



Fig. 1 - Mapa com localização dos Castros no concelho do Marco de Canaveses

#### 4. FICHA DE SÍTIO Nº. 1 – CASTRO DE ARADOS

##### Sítio/ Designação

<b>Castro de Arados / Monte do Ladário / Alto de Santiago</b>			
Distrito	Porto	Concelho	Marco de Canaveses
Freguesia	Alpendurada e Matos, Ariz e Magrelos	Lugar	Monte do Ladário/Alto de Santiago/Monte de Arados
C.M.P. 1:25 000 folha nº	135	Latitude N	41°05'52,50"
Longitude W (Greenwich)	08°13'38,49"	Altitude (m)	480m
Tipo de sítio	Povoado Fortificado	Período cronológico	Idade do Ferro/Romanização/I.Média

##### Descrição do sítio

Povoado castrejo de dimensão grandiosa, com fortes indícios de romanização e utilização no período medieval. Com pelo menos três cinturas de muralhas em alguns locais visíveis, que definem um recinto de perímetro manifestamente elipsoidal. A muralha exterior revela um característico aparelho "em espinha". As duas muralhas interiores apresentam-se unidas de Norte a Oeste, enquanto a Norte e a Este a linha defensiva intermédia e a exterior se adossam à penedra, na zona de maior declive. As plataformas interiores encontram-se amontoadas de pedra solta resultantes da ruína de construções e das próprias muralhas, onde são ainda visíveis vestígios de construção de planta circular e rectangular. Neste preciso local, existem relatos sobre a descoberta de um forno cerâmico, contudo não há vestígios observáveis. No sopé do outeiro, a Oeste, terá sido detectada, ainda no séc. XVIII, uma necrópole com 12 sepulturas que forneceram espólio cerâmico, pregos e numismas romanos do Alto e Baixo-império. Tudo indica que na base do monte, entre este e o rio Tâmega, passaria a estrada, que vinda de *Tongobriga*, faria a ligação a Várzea do Douro (DIAS, 1997). Relatos de uma batalha que ficou conhecida por "mons aranus". Porque o local também é conhecido por Alto de Santiago, são ainda visíveis as ruínas de uma antiga capela, outrora dedicada a Santiago. Apesar de classificado encontra-se em grave risco de destruição e as ameaças são notoriamente detectáveis.

Bibliografia: COSTA AC, 1706: 397; PINHO-LEAL, 1873, I: 160; VIEIRA JA, 1887: 500; AZEVEDO, 1896: 258; AZEVEDO, 1898: 199-200; VASCONCELOS JL, 1905: 78-80; VASCONCELOS M, 1914: 16; AZEVEDO, 1941: 2-3; AGUIAR MV, 1947: 63-4; MATTOSO, 1962: 3; LANCHAS e BRANDÃO, 1967: 12-13; ALMEIDA, 1978: 29; PONTE S, 1984: 111-114; SILVA, 1986: 86; SILVA JBP, 1992: 23-38; LIMA, 1993; PINTO, 1993; DIAS LAT, 1997: nº 53; DIAS LAT, 1998: nº 53; QUEIRÓS, 2000; NUNES, 2003.

Classificação	Interesse Nacional	Legislação	Dec.16/6/1910, DG 136 de 1910.06.23
Estado de conservação	Em perigo	Uso do solo	Pedreiras
Ameaças	Pedreiras e vandalismo	Protecção/Vigilância	-----

Acessos: De fácil acesso a partir de dois pontos perfeitamente distintos.

##### Espólio

Descrição: No cabeço é possível observar fragmentos de cerâmica comum associada à Idade do Ferro, cerâmica comum romana, cossoiros, numismas, tégula e imbrex. Daqui provêm duas fíbulas anulares em bronze (*Fowler B1*) e uma cabeça de estátua zoomórfica.

Local de depósito: As fíbulas de bronze e a cabeça de estátua zoomórfica estão depositadas no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

Observações: As crateras de exploração industrial de granitos já invadiram a área classificada, encontrando-se uma delas muito próxima da última cintura de muralhas. Por toda a parte, inclusive sobre as muralhas, observam-se trilhos de passagem de motos e veículos todo-o-terreno. A envolvimento do sítio arqueológico encontra-se irremediavelmente afectada pela exploração industrial de granitos

#### 4.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_CASTRO DE ARADOS



Fig. 2 Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 135 (escala modificada)

#### 4.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO DE ARADOS



Fig. 3 Vista sobre a acrópole e a segunda plataforma do castro de Arados



Fig. 4 - Tramo de muralha do castro de Arados

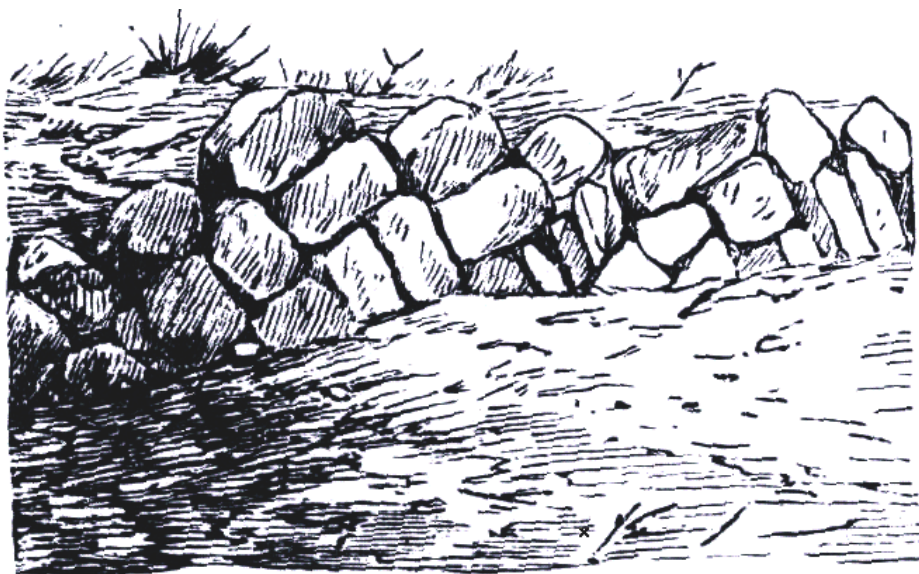


Fig. 5 - Esboço de desenho que resultou do estudo efectuado por José Leite de Vasconcelos  
-Um Trecho de muro do castro de Arados (Desenho de autoria de Vasconcelos JL, 1905,  
II: 80, adaptado de “As Religiões da Lusitânia”.)

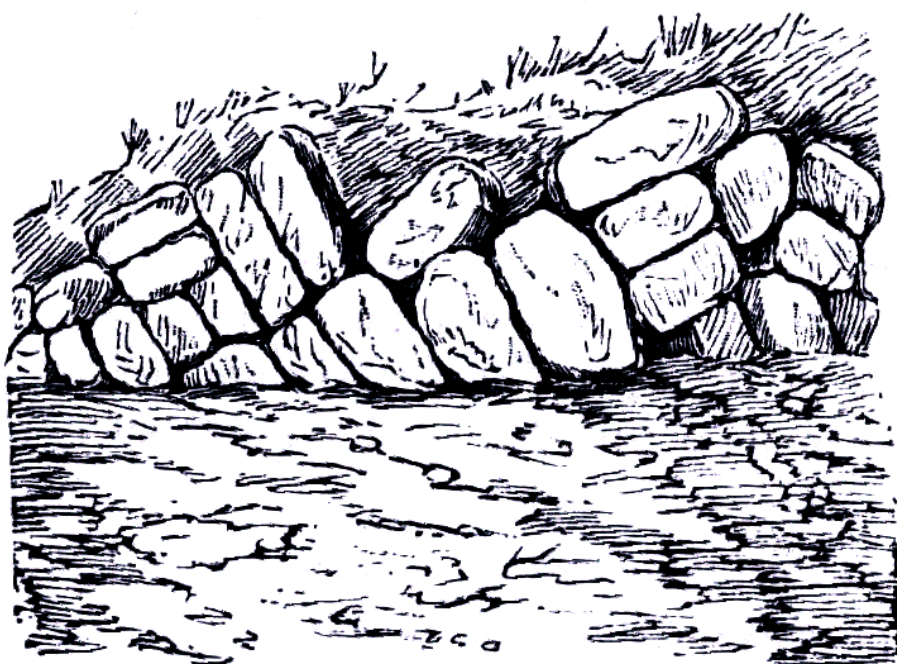


Fig. 6 - Outra perspectiva de um Trecho de outro muro de muralha do castro de Arados  
(Desenho de autoria de Vasconcelos JL, 1905, II: 80, adaptado de “As Religiões da  
Lusitânia”.)

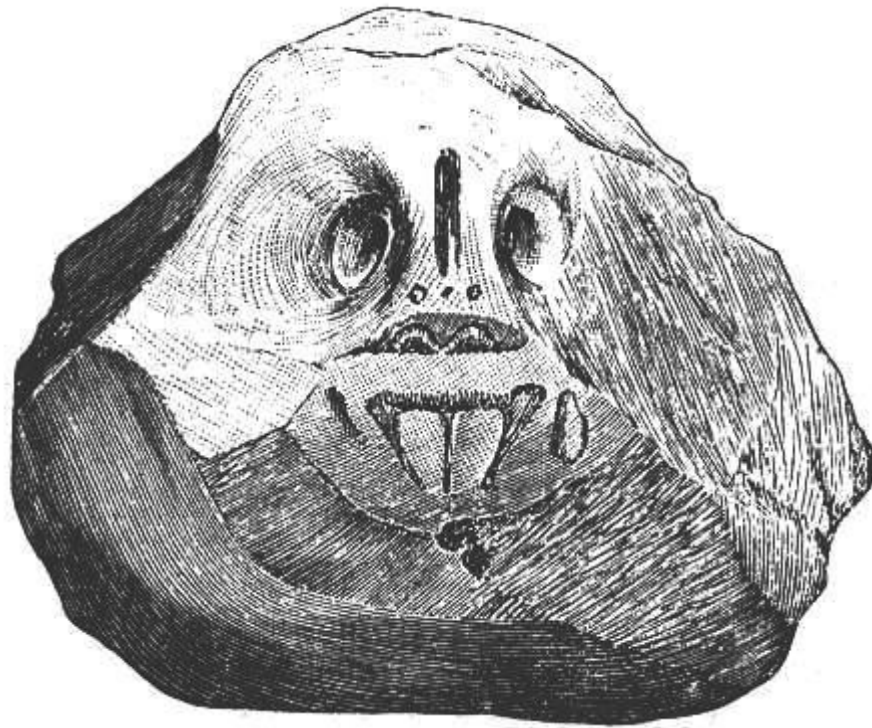


Fig. 7 - Na altura da escavação o autor encontrou esta “Cabeça” de estátua zoomórfica, que se encontra depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Desenho de autoria de Vasconcelos JL, 1905, II: 287, adaptado de “As Religiões da Lusitânia”

### 4.3. O CASTRO DE ARADOS

Descrição do sítio

Povoado castrejo de grandes dimensões com fortes indícios de romanização.

Considerado como o mais importante povoado castrejo do concelho do Marco de Canaveses, e o único (retirando pelo enquadramento de contexto Freixo-Tongóbriga), que se encontra classificado como “monumento nacional” (Decreto de 16 de Junho de 1910. Cf. “Imoveis Classificados”).

Encontra-se situado no alto do designado “Monte de S. Tiago”, uma elevação de natureza granítica, onde esta pedra, de óptima qualidade, classificado por “granito azul”, é intensamente explorada em dezenas de pedreiras espalhadas pelas encostas do monte, de formato oval, alongado no sentido norte-sul. No topo encontra-se implantado um marco geodésico dos “Serviços Cartográficos do Exército, à altitude de 480 metros.

Desde sempre o “Castro de Arados” foi identificado como localizado na freguesia de Alpendorada e Matos, no entanto, no seu epicentro dividem-se três freguesias: a de Alpendorada e Matos, a sul e oeste, Ariz a norte e Magrelos a Oeste, não pode por isso

mesmo considerar-se anormal que alguns autores lhe façam referência, situando-o em localização diferenciada, como são, por exemplo, os casos de Pinho Leal e Augusto Vieira.

A vegetação ali é praticamente inexistente, especialmente a de médio e/ou grande porte – Apenas alguns pinheiros e eucaliptos, a norte, permite uma excelente visibilidade dos imensos vestígios de quase toda a área do recinto fortificado. Possui três cinturas de muralhas, que definem um recinto de contorno sensivelmente elipsoidal. A exterior revela um extenso pano com característico aparelho "em espinha". As duas interiores estão unidas de norte a oeste, enquanto a norte e a este a linha defensiva intermédia e a exterior se adossam à penedia, na zona de maior declive. Nas plataformas interiores encontram-se amontoados de pedra solta resultantes da ruína de construções e das próprias muralhas, sendo ainda visíveis vestígios de construção de planta circular e rectangular. Existem informações sobre o achado neste local de um forno cerâmico, cujos vestígios não são observáveis. No sopé do outeiro, a oeste, foi detectada no séc. XVIII, uma necrópole com 12 sepulturas que forneceram espólio cerâmico, pregos e numismas romanos do Alto e Baixo-império. Na base do monte, entre este e o rio Tâmega, passava a estrada que provinha de *Tongobriga* e ligava a Várzea do Douro (DIAS, 1997).

Neste mesmo local, ter-se-á implantado o castelo que, a partir de meados do século XI, capitaneou a terra de Benviver (LIMA, 1993). São ainda visíveis as ruínas de uma antiga capela, outrora dedicada a Santiago.

Com a sua localização privilegiada, o castro de Arados parece dominar toda a área sudoeste do concelho, num território, que por direito próprio, decorrente da própria geografia, se pode designar por “entre ambos os rios”, já que se situa precisamente no interflúvio do Douro e do Tâmega, onde estes dois importantes cursos de água mais se aproximam, até finalmente se unirem na freguesia do Torrão.

Dominando nas alturas, é possível a partir da sua localização, observar bem destacados na paisagem os castros do “Alto de Penegotas”, a sudoeste e já no outro lado do rio Douro, o “Alto do Castelo de Paiva”; A oeste, o Alto de Moirinte e, já do outro lado do Tâmega a “cidade de Eja” e o castro de “ Quintela”, na freguesia Penafidelense de Rio de Moinhos; A norte o castro de Abragão, a nordeste o Alto do Facho, em Mexide e o “Castro Boi”. No seu lado este encontra-se o “alto do Castelo”, na freguesia de Penha Longa e, a sudeste os castros de Piães e Tarouquela, também na margem esquerda do Douro, mas no vizinho concelho de Cinfães.

A análise de detalhe espacial permite considerar que a zona habitacional é muito considerável, uma vez que os restos dos edifícios ali detectados, não se confinam apenas ao interior, mas que se estendem para além do próprio espaço muralhado, facto que seria facilmente confirmado através do recurso a uma intervenção arqueológica sistemática, de tal forma que permita avaliar toda a trama histórica que lhe está subjacente, pois tudo indica que para além de ter sido romanizado, poderá ter tido ocupação permanente e constante durante a Alta Idade Média.

O trabalho de investigação feito em torno do Castro de Arados confirma que foi alvo de algumas prospecções pontuais, levadas a cabo pelo menos desde finais do século XIX. Os materiais ali recolhidos encontram-se espalhados por diversos museus e instituições, deixando, no entanto, a ideia que poderiam ter sido feitas com outra competência, uma vez que não são conhecidos resultados, cujos relatórios poderiam ser de extrema importância, mais não fosse para identificar o espólio recolhido, a única excepção vai para José Leite de Vasconcelos, que publicou, inclusive desenhos em “As Religiões da Lusitânia”. (VASCONCELOS, 1905)

A área do “Castro de Arados” concentra-se num cerro escalvado, particularmente desprovido de vegetação, são os agentes erosivos naturais, que provocaram um acentuado desgaste na superfície do solo, devido sobretudo pela natural escorrência para as encostas, de abundantes fragmentos cerâmicos e outros. Assim, é possível de recolher à superfície, sobretudo nas encostas voltadas para oeste e sul, um número incomensurável de indícios de um povoamento extremamente considerável que, contudo, nos dias de hoje parece completamente voltado ao esquecimento e onde são visíveis os vestígios de “construções ocasionais”, com pedras que são retiradas do castro, por turistas de circunstância, em momentos de pura recriação pessoal, sem qualquer tipo de respeito por um monumento classificado, e que configuram em puros actos de vandalismo patrimonial.

Dados recolhidos no local permitem ainda identificar a destruição de um espaço de muralha, por uma máquina de terraplenagem.

Na vertente norte do monte, situa-se o lugar de “Arados”, a uma distância de cerca de um quilómetro do alto do castro, que nada possui com particular interesse, com excepção do topónimo e de um pequeno troço de calçada bem conservado, que poderá remontar à época da romanização, parte de um eventual troço do ramal que ligaria Tongobriga e os limites do Rio Douro, em Várzea do Douro.

Naquelas cercanias poderá ter-se travado a batalha de “mons aratrus”, referida por alguns autores. Dois topónimos da cercania poderão indiciar isso mesmo, referindo-nos concretamente à “ponte da Degola” e “Mata-cabrões”, que podem ter um relação directa com o episódio.

O acesso ao castro de Arados é feito essencialmente através das sucessivas calçadas, que ligam a vila de Alpendorada, a partir do lugar da Serrinha na EN 210, às pedreiras da zona mais elevada, mais concretamente as que se situam na costa oeste do monte de S. Tiago. Uma outra calçada, esta de feição mais arcaica, liga o lugar de Carrais, em Ariz, precisamente através de Arados, subindo depois ao castro.

No topo, naquela que seria – tudo o indica - a plataforma mais elevada do castro, são ainda visíveis alguns vestígios da possível edificação de uma capela dedicada ao santo que dá nome ao monte – Santiago /S. Tiago. De acordo com alguma bibliografia, a capela de culto ao santo existia durante o século XVIII.

Parte componente do antigo concelho de Benviver, que em 1852, passou a integrar o concelho do Marco de Canaveses, criado por Decreto de D. Maria II, a 31 de Março, o Padre Carvalho da Costa (1706), escreveu:

Todo este Concelho he uma serra dividida altos montes, que se despenhão no Tamega & Douro, hum dos quaes se chama Santiago de Arados, nome que tomou de huma Ermida deste Santo Apostolo, que no alto a coroa em huma larga planície, depois de se subir a ela uma legoa do Douro; he frequentada de muitas Freguesias com clamores annuaes por voto de seus antepassados; dizem huns que por o Santo os favorecer aqui em huma ocasião, em que os Mouros na restauração de Espanha se haviam amparado deste sitio, que os Cristãos lhe ganharão numa noite, ajudando-se do estratagema de por luzes nas pontas do gado, & guiallos alguns por huma parte, em quanto os mais sobião por outra; finaes se vem de hua entrada soterranea por onde se comunicavão com o Douro, & se tem achado nella alguns mineraes. Há outro monte chamado Monforte, que dá pedras de amolar, quasi tam boas como as de Biscaya.

(COSTA, 1706)

Da reprodução deste texto, que remonta ao ano de 1706, parece corroborar que, por esta altura, a capela de S. Tiago de Arados, ainda se encontrava de pé. Estranhamente, cerca de meio século depois, tudo o indica, já estaria em profundo e adiantado estado de ruína, de acordo com as “Memórias Paroquiais” de S. João Baptista de Alpendorada:

“ A Igreja desta freguezia he a do Mosteyroo qual nam tem vezinho algum immediato, esta este situado nas raízes do Monte chamado vulgarmente de Arados cuja dominaçam e tradiçam antiga mostra ser habitaçam dos Arabios de cuia çidade ainda no mais alto do monte se encontram abundantes vestígios, em cujo cume altissimo, se acha a parede de huma capela que

dizem e lembra aos moradores desta terra ter por patrono a Santo Thiago e no primeiro de Mayo acudiam a ella com voto varias freguezias, e antigamente se fazia no mesmo citio huma feira e do mesmo citio se descobrem alguas partes a distancia de dez ou quinze legoas”.

(MEMÓRIAS PAROQUIAIS, Vol.28. Nº 113, p.735, 1758)

As mais antigas referências documentais ao castro de Arados, recuam, de acordo com o “Portugaliae Monumenta Historica” de autoria de Pedro A. de Azevedo (1898), a finais do séc. X, princípios do século XI. De acordo com este autor e na parte onde são referidos os topónimos relacionados com o antigo território de Anegia, que procurou localizar, recorrendo à respectiva correspondência com a toponímia actual, e onde aparece identificado: “**Aratrus** (Alpe, mons, civitas, castro). Monte de S. Tiago de Arados na confluência dos rios Tâmega e Doiro”. (AZEVEDO, 1898)

O autor lista uma série de referências a partir do nome “Arados” relacionando-o com a existência de um castro e a referência a “mons” – Monte.

Durante o século XIX, diversos autores fizeram referências ao “castro de Arados”. Pinho Leal identifica-o como “local de sangrenta batalha” entre cristãos, liderados por D. Moninho Viegas – O Gasco, e infiéis, que terminou com o morticínio destes últimos. (LEAL, 1873)

Já José Augusto Vieira apelida-o de “monte ou castro arado”, referindo a existência naquele local de um “castello dos mouros”, que depois de cercado por D. Moninho Viegas, terminou com a conquista e o morticínio dos referidos mouros. Destaca-se aqui também a referência da “ponte da degola”. (VIEIRA, 1887)

João de Vasconcelos, médico e historiador marcuense, também dissertou sobre o castro de Arados, nas suas memórias, em documentos inéditos que se encontram à guarda da Biblioteca Municipal do Marco de Canaveses. Escreveu ele;

Neste monte de Arados, entre as freguesias de Ariz, Alpendorada e Magrelos, há restos de um grande castro com vestígios de três muralhas circulares concêntricas, de espessura de 8 palmos cada uma, e feitas de pedra tosca unida com terra. Aparecem cacos de louça de barro, alguns com ornatos, tijolo romano, telha e fuseínhas, que são pequenos discos de pedra com um orifício vasado no centro. Apareceu aqui uma moeda de bronze de Caio Júlio César – regulava por um pataco.

(VASCONCELOS, 1890)

José Leite de Vasconcelos, que privou de perto com o já citado João de Vasconcelos e mais tarde com o filho deste, Manuel de Vasconcelos, também mostrou interesse pelo castro de Arados. Referindo-o na importante obra “As Religiões da

Lusitânia” (1905. Vol. II. pp. 79-80.)

De igual modo Crispiniano da Fonseca, que para além de jurista, foi também, um importante historiador marcuense, colaborou num monumental projecto coreográfico nacional, onde se refere ao castro de Arados da seguinte forma:

O afamado concelho de Bemviver, cujo nome aparece antes da formação da monarquia, sem que ainda se tenha descoberto, porque razão foi assim baptizado, teve como sede primitiva, ao que parece a Civitas de Arados, de origem luso-romano, como o comprovam os vários objectos ali encontrados e que estão nos Museus de Belém e de Martins Sarmiento, em Guimarães. Ainda hoje ali se vêem as plataformas de defesa do antigo castro com as suas muralhas. È um dos pontos de turismo mais belos da região.

(FONSECA, 1957)

O Padre Agostinho Antunes de Azevedo (1941) numa curiosa série de artigos, que foram publicados por alturas dos finais da década de 30, do século passado, na extinta publicação, “O Marcoense”, alude, também ele, ao castro de Arados, referindo-se não apenas aos vestígios que afirma serem de um antigo castelo; “segundo informas, com pedras trabalhadas, restos de bilhas antigas, etc, são indícios certos de um castro luso-romano, tal qual o castro de V. B. de Quires, com três ordens de muralha.

Prossegue o Padre Agostinho Azevedo (1941) a sua descrição;

A minha especialidade é a dos cartapácios e não a dos cacos, mas em atenção ao inquiridor, aí vão algumas informações colhidas em seara alheia. Deve tratar-se de um castro – (talvez antiga cidade)- idêntico ao de Alvarelhos entre Sto Tirso e Vila do Conde, sobre o qual José Fortes escreveu uma interessante memória, dizendo ser uma estação arqueológica luso-romana estabelecida para defesa das incursões inimigos. Eram em regra estes castros defendidos por uma tríplice muralha, com fossos às vezes”. “Neles aparecem pedaços de telhas curvas (imbrices) e chatas com rebordo (tegulae) fragmentos de cerâmica, mós manuais, pedaços de vasilhas, seixos rolados, etc.

(AZEVEDO, 1941)

Pinho Leal localiza-o na freguesia de Vila Boa do Bispo e tomado o castelo dos Mouros, por Monio Viegas, com promessa de construção do Mosteiro de Vila Boa, no caso de bom sucesso da aventura. Escreve a este propósito o autor;

Falei atraz no Monte d’ Arado como castro-cidade, tal qual o de Alvarelhos e Bagante (V. do Conde).

(...) Para mim tenho que (O Castelo de Bemviver) era o castelo do Monte d’Arado, também citado no couto de Pendurada.

Mais ainda. Aquela carta de Bona a Monio Viegas em 1030 para livrar o filho do castigo da perda dos olhos, refere que a sentença foi dada na cidade de Bemviver. Ora não vejo

documentos antigos local algum diferente do Castro onde essa cidade pudesse existir.

Sou por isso de parecer que o Monte d'Arado foi Castro-cidade no século XI. Viterbo diz que como Bagante a cidade foi transformada em Castelo.

(LEAL, 1873)

O padre Vieira de Aguiar, autor da primeira monografia do concelho do Marco de Canaveses, opta por compilar as notas de Pinho Leal, Augusto Vieira e das Memórias Paroquiais.

Na década de sessenta, José Mattoso, autor de um valioso estudo sobre a fundação e os primórdios do “Mosteiro de Pendorada”, também alude a uma possível identificação entre o castro de Arados, com o “castellum de Benviver”. Contudo, em publicações posteriores, apesar da abordagem ao castelo de Benviver, optou claramente por omitir a sua possível localização.

Ao consultarmos a “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira” sobre o castro de Arados, deparamo-nos com uma interessante descrição do espaço e a referência aos trabalhos de escavação de José Leite de Vasconcelos.

Também merece larga referência o monumento no “Inventário de Locais com Interesse Arqueológico”, de autoria de Pinho Brandão e Fernando Lanhas (1967).

Um estudo efectuado sobre a temática de castelos medievais, Ferreira de Almeida, cita o castro de Arados, como castro luso-romano, mas também como tendo sido na época medieval um importante castelo, “certamente relacionado com o Mosteiro de Alpendorada” (ALMEIDA, 1978). Ainda segundo este autor, terá sido também; “...cabeça da Terra de Benviver.” (ALMEIDA, 1978)

É já na década de oitenta, e como resultado dos avanços notáveis da arqueologia castreja, que se abriram algumas importantes pistas relativamente ao Castro de Arados, tendo merecido referência por parte de alguns autores, destacando-se neste particular, Armando Coelho F. da Silva, autor de um importante trabalho sobre a “cultura castreja”.

No estudo “Subsídios para o Estudo da Arte Castreja: A Cultura dos Beirões: Ensaio de Síntese” de Fátima Matos da Silva (1988), a autora aborda “uma peça escultórica, cuja proveniência é imputada a este castro e que se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”, Escreve Fátima Silva, para justificar a não inclusão da peça no grupo dos beirões;

Temos outra opinião no que concerne a esta peça e outras esculturas, não as considerando beirões na aceção que os temos vindo a designar, pois não figuram qualquer das espécies

englobadas nesta designação (porco, javali, touro, e, com ressalvas, cabra), ou porque pertencem a outra espécie que não a Castreja. Assim a escultura zoomórfica do Castro de Santiago de Arados, Marco de Canaveses (M.N.A.E.), que representa a cabeça de um animal de espécie indefinida, de grandes dimensões (1,19 m de comprimento, não é por nós considerado berrão, como o foi por Leite da Vasconcelos.

(SILVA, 1988)

Na obra “História de Portugal” de autoria de José Hermano Saraiva, é referido um forno cerâmico romano “de Santiago”, no Marco de Canaveses, mas aqui reside a dúvida se a referência, diz respeito ao castro de Arados ou se reporta um achado no castro de “Santiago”, na freguesia de Soalhães.

A “existência de um túnel”, também aqui, faz parte da tradição popular. Como é referido já em 1706. Faz parte do mito, sempre associado a lugares onde existem castros, castelos, outros monumentos relacionados com o passado longínquo e ou locais. É um dos mitos mais divulgados no contexto da tradição popular e do folclore nacional e europeu.

Não deixa contudo de ser um fenómeno curioso, que associa a existência de tuneis para ligar distâncias inverosímeis, quase sempre relacionando com um curso de água, onde os “mouros levavam os cavalos a beber”. Neste capítulo e numa abordagem por diversos locais, a tradição de minas e tuneis de ligação, aparecem, por exemplo em Tongobriga (ligando o Freixo ao rio Tâmega), “Gruta das Coriscadas” (pré-histórica), Cabril (entre a Ribeira de Lardosa e Soalhães); Castelo dos Mouros e a Ponte do Arco (entre a Folhada e o Rio Ovelha); No Penedo do Diabo com ligação do rio Ovelha, entre alguns outros.

Numa análise pormenorizada sobre os vestígios que se apresentam visíveis no castro de Arados, ressalta que a muralha mais alargada é aquela que se encontra, ao longo de centenas de metros, vários troços, com alturas que variam sensivelmente, entre os 0,5 e os 2 metros de altura. Na parte mais alta fica a impressão de que apenas os primeiros setenta ou oitenta centímetros da estrutura, serão originais, o que vai daí para cima, poderá ser que o aparelho é posterior, com blocos mais afeiçoados, alguns de grandes dimensões, sobretudo pelo comprimento, entre o 1 e os 2 metros, que se apresentam colocados em fiadas longitudinais, sobre uma outra camada de pequenas pedras não aparelhadas.

A muralha castreja, propriamente dita, apresenta um aparelho mais regular, com os característicos pequenos blocos bem afeiçoados, o que de alguma forma indicia um carácter mais tardio e associado à romanização, que se encontram dispostos tipo “espinhas de peixe”. Noutras zonas da muralha, sobretudo no lado noroeste, o aparelho apresenta-se

com um caracter poligonal. A curta distância da muralha, mas já no seu interior, existe um penedo com diversos buracos circulares artificiais, em tudo iguais, aos detetados num castro homónimo, mas na freguesia de Soalhães – castro de Santiago/S. Tiago.

A segunda muralha, que apresenta também ela o formato oval, alongado e no sentido norte-sul, tem cerca de 120 metros de comprimento, por 50 metros de largura. Acha-se bastante desmoronada, apresenta um ou outro tramo (com indícios de escavação) em “opus quadratum”, em fiadas sobrepostas com bastante regularidade. Distinguem-se também duas zonas de disposição em “espinha de peixe”, para além de montículos de blocos que se nota terem sido retirados das estruturas ali existentes, puro acto de vandalismo patrimonial.

Ali perto é possível de observar, sensivelmente a meio percurso, no sentido norte-sul desta fachada oeste, os restos daquilo que seria uma casa circular, infelizmente demasiado arruinada.

A norte ergue-se uma crista granítica do afloramento, onde foi colocado um “marco geodésico”. Nessa zona, a defesa natural proporcionada pela topografia, dispensa o plano de muralhas, enquanto a leste a muralha apresenta-se muito arruinada e vandalizada, a que não será alheio a grande inclinação da vertente, que facilitou o deslize das pedras para grandes distâncias.

O último recinto muralhado necessariamente mais reduzido e de formato grosseiramente circular – aparentemente com cerca de 40 metros de diâmetro, aproveita a mesma crista para a defesa do flanco norte. A sul existe uma estrutura desmoronada com cerca de 3 a 4 metros de altura, e onde – alguém se terá proposto reconstruir aparentemente uma casa quadrangular.

Junto a esta muralha desmoronada, que faz a separação entre a primeira e segunda plataforma, é possível encontrar, no nível inferior, uma estrutura quadrangular ainda relativamente bem delimitada e conservada, que denota ter sido alvo de escavação. Com cerca de quatro metros de largura. A oeste e sudoeste são ainda visíveis restos de casas circulares.

Na coroa do último reduto defensivo é possível, dois ou três exemplos de casas de planta circular, contudo tudo se apresenta demasiado remexido e mesmo arruinado. No afloramento rochoso existem duas lagaretas muito irregulares, eventualmente fruto da erosão natural. Já a norte existe uma zona com uma significativa quantidade de fragas e um

muro de divisão de propriedades, que deverá ter sido ali colocado há relativamente poucos anos – talvez na década de oitenta do século passado. No solo são ainda visíveis restos de tregulae que juncam o solo.

Apesar de todos os actos de vandalismo e da frequência do local por pessoas pouco recomendadas para a preservação patrimonial, ainda hoje é possível recolher fragmentos de cerâmica à superfície ou em zonas de pequena profundidade, especialmente onde se operaram cortes no terreno.

Uma escavação sistemática no castro de Arados permitiria, entre outros, esclarecer a sua origem, as ocupações a que esteve sujeito e mesmo o papel que desempenhou. Tudo indica que o Gabinete de Estudos da Área Arqueológica do Freixo elaborou, em tempos um projecto, com um plano de intervenções, onde estava contemplado a limpeza e estudo do monumento, tendo em vista a sua preservação. Aparentemente, não passou disso mesmo, de um... projecto.

**5. FICHA DE SÍTIO Nº 2: CASTRO ALTO DO FACHO****Sítio/ Designação**

<b>Castro/Atalaia do Alto do Facho</b>			
Distrito	<input type="text" value="Porto"/>	Concelho	<input type="text" value="Marco de Canaveses"/>
Freguesia	<input type="text" value="Maureles"/>	Lugar	<input type="text" value="Facho"/>
C.M.P. 1:25 000 folha nº	<input type="text" value="124"/>	Latitude N	<input type="text" value="41°10'36,73"/>
Longitude W (Greenwich)	<input type="text" value="08°12'31,75"/>	Altitude (m)	<input type="text" value="375m"/>
Tipo de sítio	<input type="text" value="Povoado Fortificado/Atalaia"/>	Período cronológico	<input type="text" value="Idade do Ferro/Idade Média"/>

**Descrição do sítio**

O morro granítico que se encontra precisamente localizado no limite Oeste do aro administrativo da freguesia de Maureles, e nas delimitações da zona fronteira que divide os concelhos do Marco de Canaveses e Penafiel, respectivamente, pelas freguesias de Vila Boa de Quires e Abragão, sobressai à vista desarmada e ainda hoje a população, na tradição oral, associa o local a mitos e lendas relacionadas, com guerras e disparos de canhões. Ali é possível de detectar um conjunto de derrubes de estruturas habitacionais e defensivas, assim como entalhes sobre rocha que parecem patentear a existência de um primitivo assentamento. Possui pelo menos um pano de muralha, identificável e bem visível pelos muros derruídos. São também possíveis de identificar a existência de topos de construções de planta circular.

Na parte mais a norte, num local de extensa penedia onde foi erguido um marco geodésico dos Serviços Cartográficos do Exército, detecta-se uma concavidade de formato circular onde eventualmente poderia ser erguido um sistema de comunicação do tipo “facho”. Em alguns blocos graníticos podem ver-se gravadas pequenas cruces formadas por traços em sulco cruzados perpendicularmente.

Pequenos fragmentos cerâmicos são ali possíveis de identificar, eventualmente proveniente de panças, de pastas de tons acinzentados.

Do cimo deste outeiro em contraforte, sobranceiro à margem direita do rio Tâmega, tem-se um amplo horizonte visual, principalmente para um troço médio do curso fluvial mencionado, com a curiosidade deste assentar sobretudo sobre a zona das termas de Canaveses. Do local é possível avistar, para além de praticamente todos os castros marcuenses, com especial relevância para um outro outeiro onde terá funcionado também um facho, concretamente em Alto do Facho, de Vila Boa do Bispo e São Lourenço do Douro.

**Bibliografia**

FERNANDES & SOUSA, 2014; PDM 2015.

Classificação	<input type="text" value="Sem classificação"/>	Legislação	<input type="text" value="Não definida"/>
Estado de conservação	<input type="text" value="Bom"/>	Uso do solo	<input type="text" value="Florestal"/>
Ameaças	<input type="text" value="Florestação/Arroteamento"/>	Protecção/Vigilância	<input type="text" value="-----"/>

**Acessos****Espólio****Descrição**

Pequenos fragmentos de cerâmica comum, que parecem identificar-se entre a idade do Ferro e o período medieval.

**Local de depósito**

O espólio possível de identificar foi deixado no local prospetado.

**Observações**

### 5.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_CASTRO DO ALTO DO FACHO

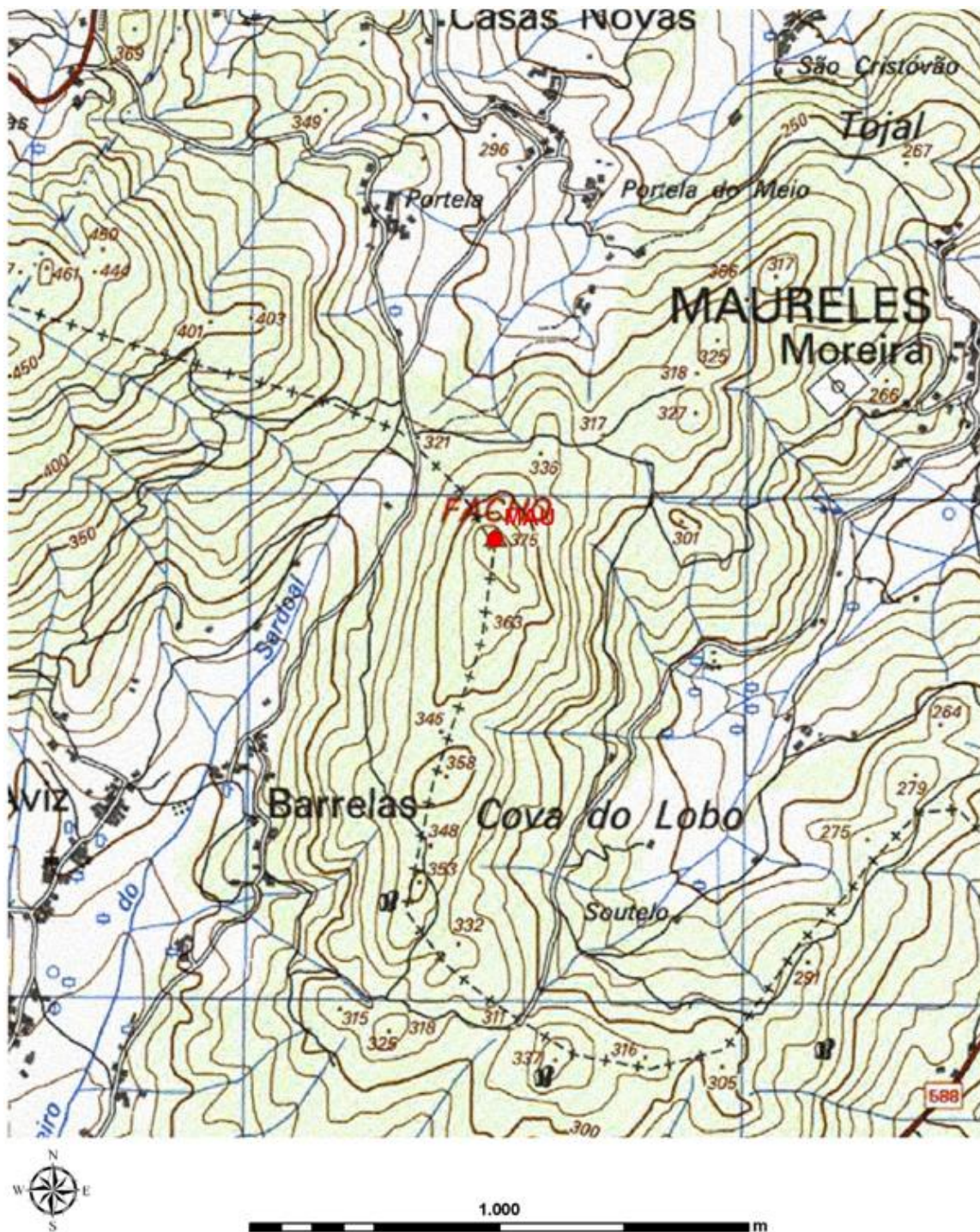


Fig. 8 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada)

## 5.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_CASTRO ALTO DO FACHO



Fig. 9 - Imagem da plataforma superior do Alto do Facho, identificado ao fundo o Marco Geodésico ali implantado e alinhamento de muralha à direita



Fig. 10 - Superfície rochosa junto do Marco Geodésico onde “supostamente” terá sido lavrado o orifício de sustentação do facho



Fig. 11 - Cruz gravada num bloco granítico no limite Sul do morro, junto da zona de derrube

### 5.3. CASTRO ALTO DO FACHO

Descrição do sítio:

Num local de difícil acesso, sobressai um morro granítico, que se encontra localizado no limite oeste do aro administrativo da freguesia de Maureles, na zona fronteiria com a freguesia de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses) e de Abragão (Penafiel). No alto do morro é possível identificar um conjunto de derrubes de estruturas habitacionais e defensivas, assim como de entalhes sobre rocha que parecem revelar, ter ali existido um primitivo assentamento. Possui pelo menos um pano de muralha, identificável, que é visível com facilidade, pelos muros derruídos. É possível, de igual modo, constatar a presença de topos de construções de planta circular.

Na extremidade Norte, num local de extensa penedia, foi ali erguido um marco geodésico dos Serviços Cartográficos do Exército. É precisamente aí nesse local, que sobressai uma concavidade de formato circular onde eventualmente seria erguido um

sistema de comunicação do tipo “facho” - Método que recorria ao uso de uma gaiola de ferro onde era colocado fogo, sobressaindo daí a origem do topónimo “Facho” atribuído ao outeiro. Num ou noutro bloco granítico podem ver-se gravadas pequenas cruces formadas por traços em sulco cruzados perpendicularmente.

Apesar de todos os esforços em busca de vestígios de espólio, os achados identificados resumem-se a um reduzido número de pequenos fragmentos cerâmicos, que poderão ser provenientes de panças, de pastas de tons acinzentados.

Do cimo do outeiro em contraforte, sobranceiro à margem direita do rio Tâmega, tem-se um amplo horizonte visual, especialmente para um troço médio do curso fluvial mencionado, com a particularidade deste incidir concretamente sobre toda a zona termal.

Desse alto é possível ainda avistar um outro outeiro onde terá funcionado também um facho, concretamente em Alto do Facho, nas limitações geográficas das freguesias de Vila Boa do Bispo e S. Lourenço do Douro.

"Facho", com o significado de "archote, luzeiro, lanterna", do latim *fasculo*, diminutivo de *fax, facis*, "tocha" e, por metonímia, o lugar onde se acendem esses fogos, é o étimo de mais de uma centena de topónimos portugueses e espanhóis. Ao estudarmos a *Carta Militar 1/25.000*, esta fornece-nos 116 ocorrências para o continente e ilhas, apresentando mais 13 no lado espanhol, mais concretamente junto da fronteira, na Galiza e em Castela e Leão.

O topónimo **Facho** está sobretudo presente a Norte do rio Douro (58%) e nos arquipélagos atlânticos (13%). Os distritos a Sul do Douro quase não registam ocorrências e, pelo menos algumas delas, serão de origem antroponímica.

Pinho Leal, depois de confundir Lusitanos com Árabes, define "facho" como o "fogo artificial, convencionado, aceso em uma eminência, para indicar a aproximação do inimigo", acrescentando que este sistema ainda se usou na Guerra Peninsular (1808-1814), havendo "companhias, com oficiais, sargentos e soldados (chamadas *companhias do facho*) cuja obrigação era fornecerem combustível para o *facho*, guardarem-no, acenderem-no, etc. segundo as instruções recebidas" (LEAL, 1874 131).

**6. FICHA DE SÍTIO N.º 3\_CASTRO BOI****Sítio /Designação**

<b>Castro do Boi</b>			
Distrito	Porto	Concelho	Marco de Canaveses
Freguesia	Sande	Lugar	Castro Boi
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	124	Latitude N	41°07'59,04"
Longitude W (Greenwich)	08°10'05,05"	Altitude (m)	627m
Tipo de sítio	Povoado Fortificado/Castelo(?)	Período cronológico	Idade do Bronze/Idade do Ferro(?)/Idade Média(?)

**Descrição do sítio**

Tudo indica que este espaço poderá ter sido ocupado no período da Idade do Ferro, prolongando-se eventualmente durante a romanização, e até mesmo medieval, que, a existir, se concentraria no topo do monte a que a população chama "Castro do Boi". No local e apesar das imensas referências não se vislumbram quaisquer vestígios de superfície.

No entanto, na base do monte, nas terras revolvidas pela plantação recente de eucaliptos, e nos taludes dos caminhos abertos para acesso às pedreiras, existentes nas imediações, é possível recolher abundantes fragmentos de cerâmica que em tudo apontam para a presença, no local, de um povoado da Idade do Bronze. Merece ainda referir que o local, sobretudo o espaço de maior penedia pode ter sido usado como castelo roqueiro.

**Bibliografia**

VIEIRA JA, 1887: II, 499; AZEVEDO, 1898: 201; SARMENTO, 1901: 174; VASCONCELOS, 1901; VASCONCELOS M, 1914-16; ALMEIDA, 1978: 34; SILVA ACF, 1986: 112; SILVA JBP, 1992: 97-105; LIMA, 1993; DIAS LAT, 1997: n.º 70; DIAS LAT, 1998: n.º 70.

Classificação	Sem classificação	Legislação	Não definida
Estado de conservação	Indeterminado	Uso do solo	Florestal
Ameaças	Florestação/Pedreiras	Protecção/Vigilância	-----

**Acessos****Espólio****Descrição**

Pequenos fragmentos cerâmicos de formas indeterminadas, cuja cronologia parecem apontar para a idade do Bronze e Ferro. O que a confirmar-se poderá indiciar e confirmar a existência de um povoado proto-histórico.

**Local de depósito****Observações**

### 6.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_ CASTRO BOI

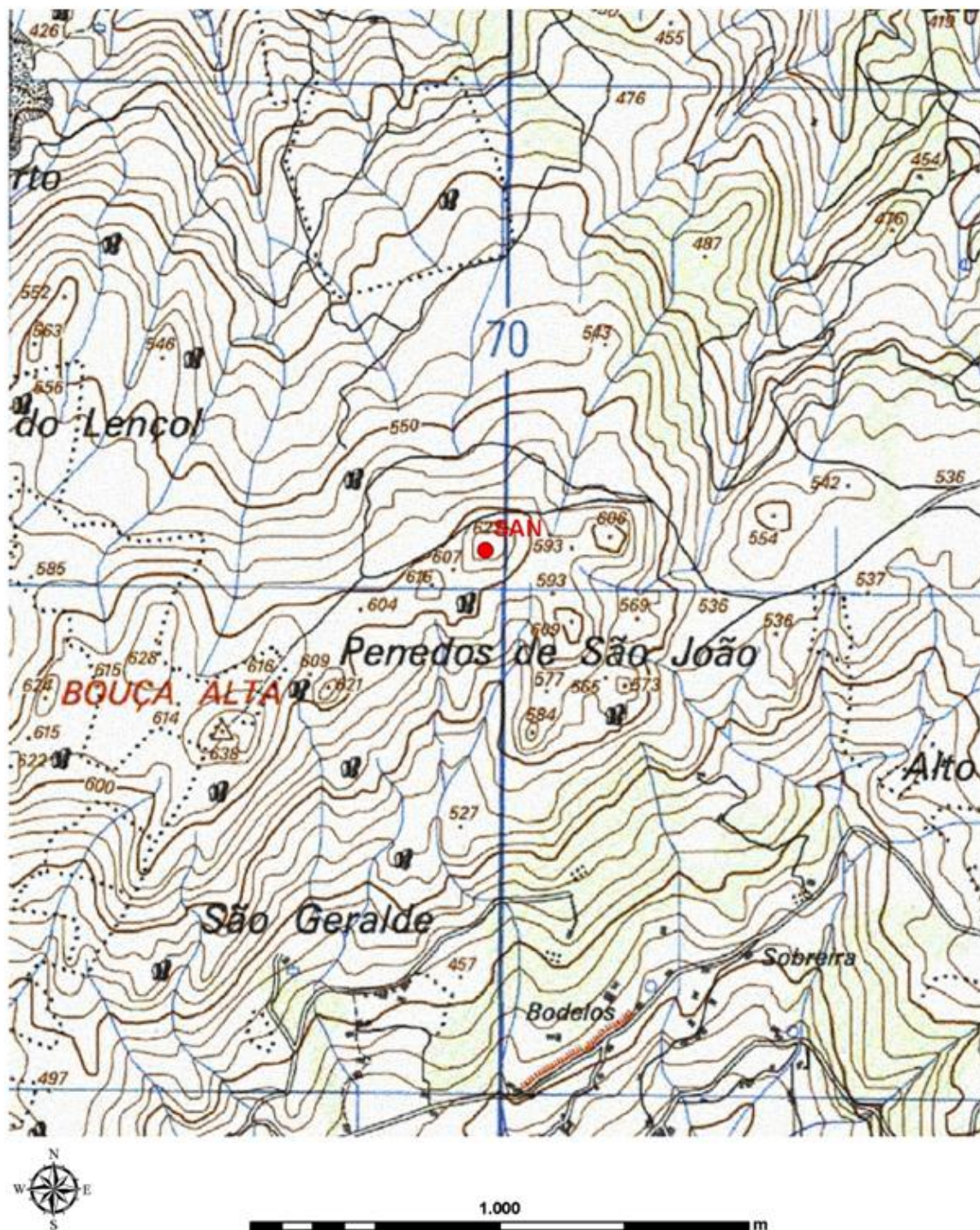


Fig. 12 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada)

## 6.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO BOI



Fig. 13 - Vista sudueste do Castro Boi



Fig. 14 - Perspectiva vista do lado Este do Castro Boi

### 6.3. CASTRO BOI

Descrição do sítio:

Localizado no preciso local onde duas freguesias se dividem geograficamente, existe um pequeno maciço granítico, situado em plena serra de Montedeiras. Tudo parece apontar para uma ocupação da Idade do Ferro, com prolongamento na época romana, e até mesmo eventualmente medieval, que, a existir, se concentraria no topo do monte a que a população chama "Castro Boi", mas onde não são visíveis vestígios de superfície.

O Castro propriamente dito é um pequeno esporão de muito difícil acesso, com vertentes abruptas em todas as direcções. O melhor caminho para conseguir atingir o topo – uma pequena plataforma toscamente arredondada com menos de dez metros de diâmetro, é pelo lado oeste. No sopé do monte, é possível identificar alguns vestígios de pedras soltas, que poderão ser pertença de uma qualquer eventual estrutura defensiva. No lado norte, depois de contornar o castro, existe um aglomerado de penedia, quase inacessível, que poderá ter servido como zona de atalaia e que se constitui naquele que é o ponto mais alto da elevação castreja.

Sem entalhes detectados, apenas se encontram pequenas fossas circulares, que mais parecem consequência da erosão natural e não efeito da acção humana.

Toda a área do Castro, assim como a área limítrofe é muito pobre no que diz respeito à flora, consequência da aridez do próprio solo, mas também dos sucessivos incêndios. Apenas se vislumbram alguns fetos, pouca urze, e claro está, os inevitáveis eucaliptos.

A ausência de estruturas habitacionais ou defensivas é desde logo a nota que ressalta. Fragmentos de cerâmica também não abundam por ali, não sendo por isso mesmo de descurar a ideia que, aquele local pudesse funcionar como local de defesa, esporadicamente utilizado pelas populações castrejas.

No entanto, não podemos ignorar que aquela foi uma zona, durante muitos anos florestada e na base do monte, nas terras revolvidas pela plantação de eucaliptos, assim como nos taludes dos caminhos abertos para acesso às pedreiras existentes nas imediações, é possível recolher abundantes fragmentos de cerâmica que em tudo apontam para a existência, no local, de um povoado eventualmente fortificado da Idade do Bronze.

A escassas centenas de metros a oeste, em linha de vista, encontra-se o “Alto do Facho”.

O “Castro Boi” ergue-se a uma considerável altitude de 627 metros; É constituído por uma crista granítica muito fragmentada que se destaca no planalto, sendo perfeitamente visível num raio muito considerável de dez quilómetros em redor.

O acesso ao Castro Boi é feito por um caminho proveniente dos lugares de Gondufe e Castilho, ambos da freguesia de Manhuncelos, caminho que atravessa o designado planalto da “Pedra que Fala” - Um enorme monólito, que ao longo dos tempos foi sendo sucessivamente destruído, a que a tradição popular atribuía certas propriedades acústicas, e onde está identificado um núcleo de três mamoas. O caminho, que não tem muitos anos, dirige-se para as pedreiras do Alto de S. João e dos Penedos do lençol, está a espaços calçadado com a intenção de facilitar o acesso a viaturas. Contorna a encosta pelo lado Este do Castro Boi, depois de atravessar uma pequena linha de água, que corre no sentido sul-norte (nascente da Ribeira de Manhuncelos).

Como consequência do seu posicionamento geográfico em plena serra de Montedeiras, que partilha as freguesias de Sande, Penha Longa, Manhuncelos, Paços de Gaiolo, Paredes de Viadores e Rozém, o Castro Boi mereceu ao longo dos tempos referências geográficas, localizando-o em freguesias diferentes, contudo e como já foi dito, o preciso local do Castro Boi, divide geograficamente as freguesias de Sande e Penha Longa; Um documento datado de 1805, apresenta a seguinte referência; “...in villa quos uocitant sandi... et est ipsa uilla in sandi território anegia subtus mons castro de boi discurrante fluuius durio e tamize.” (AZEVEDO, 1898)

## 7. FICHA DE SÍTIO N.º 4\_CASTRO DO CASTILHO/ESMORIZ

## Sítio/Designação

<b>Castilho/Castro de Esmoriz</b>			
Distrito	<input type="text" value="Porto"/>	Concelho	<input type="text" value="Marco de Canaveses"/>
Freguesia	<input type="text" value="Manhuncelos"/>	Lugar	<input type="text" value="Esmoriz"/>
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	<input type="text" value="124"/>	Latitude N	<input type="text" value="41°08'40,91''"/>
Longitude W (Greenwich)	<input type="text" value="08°09'24,88''"/>	Altitude (m)	<input type="text" value="415m"/>
Tipo de sítio	<input type="text" value="Povoado Fortificado"/>	Período cronológico	<input type="text" value="Idade do Ferro/Romano"/>

## Descrição do sítio

Com três linhas de muralhas identificadas e um fosso, este castro, que não seria, pelo menos aparentemente de grandes dimensões encontra-se instalado sobre uma crista granítica.

Desde o sopé da elevação até ao topo são possíveis de identificar três ordens de muralhas e inúmeros vestígios de estruturas, que seriam quase certamente habitacionais. Pela sua disposição, parecem tratar-se de edifícios circulares. No sopé da encosta leste há, um fosso ladeado por uma elevação constituída por blocos soltos que pode ser o que resta de uma muralha derrubada. Um pouco mais acima, na encosta há vestígios de estruturas certamente de habitação e um troço de muralha em aparelho poligonal.

Coroando a elevação, há uma plataforma rectangular, defendida por uma estrutura que rodeava inteiramente a terceira e última linha de muralha. Há diversas estruturas espalhadas por toda a área do castro, o qual tem de perímetro, no sopé e junto à primeira linha defensiva, entre quinhentos a seiscentos metros.

O local apesar de fazer parte integrante de um projecto educacional, que designa o espaço envolvente como "Quinta do Castro, encontra-se coberto de vegetação, desde silvas, tojo, pinheiros, fetos, giestas e carvalhos. Tal facto torna nos dias de hoje, quase impossível identificar qualquer vestígio à superfície.

## Bibliografia

SILVA JBP, 1992: 39-45; LIMA, 1993.

Classificação	<input type="text" value="Sem classificação"/>	Legislação	<input type="text" value="Não definida"/>
Estado de conservação	<input type="text" value="Regular"/>	Uso do solo	<input type="text" value="Florestal"/>
Ameaças	<input type="text" value="Florestação"/>	Protecção/Vigilância	<input type="text" value="-----"/>

## Acessos

## Espólio

## Descrição

Foram identificados fragmentos de cerâmica castreja e romana nos terrenos prospetados, nas imediações.

## Local de depósito

## Observações

### 7.1. Ficha Cartográfica de Sítio- CASTRO DO CASTILHO/ESMORIZ

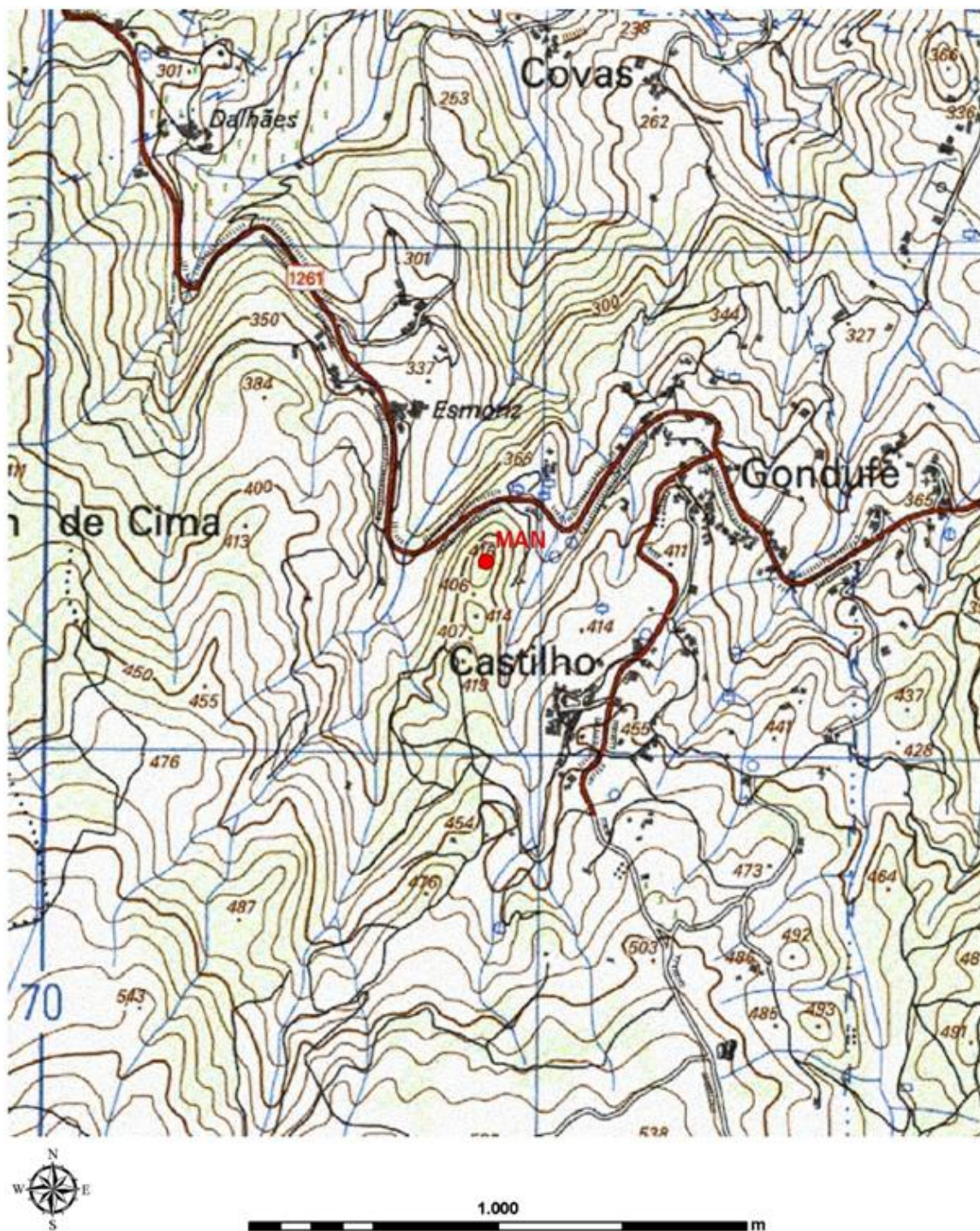


Fig. 15 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada)

## 7.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO DO CASTILHO/ESMORIZ



Fig. 16 - Vista de sudoeste a partir da zona do fosso do Castro do Castilho

## 7.3. O CASTRO DO CASTILHO / CASTRO DE ESMORIZ

Descrição do sítio:

Situado entre os lugares de Castilho, na freguesia de Manhuncelos (Com a reforma administrativa de 2013, agora designada por Paredes de Viadores e Manhuncelos a sudoeste) e Esmoriz, freguesia do Freixo (agora parte integrante da nova freguesia do Marco a noroeste), na margem direita do caminho municipal que liga ao Castelinho em Avessadas (E.M. 1261), existe um casal a que chamam de “Craсто”.

Instalado sobre uma crista granítica, este pequeno castro terá três linhas de muralhas e fosso. Desde o sopé da elevação até ao topo há três ordens de muralhas e inúmeros vestígios de estruturas, certamente habitacionais. Pela sua disposição, parece tratar-se de edifícios circulares. No sopé da encosta leste existe um fosso ladeado por uma elevação constituída por blocos soltos que pode ser o que resta de uma muralha derrubada. Um pouco mais acima na encosta há vestígios de estruturas certamente de habitação e um troço de muralha em aparelho poligonal, mais ou menos bem conservado e que deverá corresponder à segunda linha de muralha.

Coroando a elevação, há uma plataforma rectangular, defendida por uma estrutura que a rodeava inteiramente, que corresponderia à terceira e última linha de muralha. Há diversas estruturas espalhadas por toda a área do castro, o qual tem de perímetro, no sopé e junto à primeira linha defensiva, entre quinhentos a seiscentos metros.

No flanco norte existem várias pequenas plataformas a diferentes altitudes, algumas defendidas por grandes blocos naturais, sendo que alguns poderão ter sido deslocados, porquanto outros se encontrarão “*in situ*”.

No flanco sul existe uma vala cortada no afloramento granítico, aparentemente artificial. Embora bastante inclinada esta vertente, seria a que proporcionaria mais fácil acesso, pela quase adjacência a uma outra elevação que se estende para sul.

No afloramento é possível detectar a existência de pequenas pias ligadas por sulcos.

A encosta oeste do castro é, aparentemente, aquela que apresenta menores indícios de povoamento.

Os fragmentos cerâmicos ali detectados, tudo indica serem castrejos. Encontram-se com alguma facilidade fragmentos com pastas alaranjadas e bem conservados, que indiciam pertencerem ao período da romanização.

O local encontra-se coberto de vegetação, desde silvas, tojo, pinheiros, fetos, giestas e carvalhos. Não foi identificado qualquer vestígio a superfície.

Algumas dezenas de metros, e na mesma direcção do Castelinho, mas desta feita, do lado oposto do caminho – à esquerda – ergue-se uma imponente crista granítica de formos oval, que se alarga no sentido norte-sul. Encontra-se a uma altitude máxima de 416 metros, e tem na sua coroa, uma plataforma plana, mais ou menos rectangular, com cerca de 50 por 20 metros, designado por “Alto da Talhada”

Dado a sua natureza fragosa, o castro está pouco florestado, ali é possível de encontrar um ou outro pinheiro bravo, carvalhoto de pequeno porte ou eucalipto. A vegetação adensa-se sobretudo no sopé e de forma muito particular na vertente leste, que dá para um pequeno vale onde corre um pequeno regato, que da sua junção com outros vão originar a “ribeira de Manhuncelos” afluente do Tâmega, e que desliza no sentido sul-norte. Neste mesmo lado, existe um caminho que serpenteia rumo ao lugar de Castilho e que apresenta algumas zonas de calçada.

O castro divide geograficamente Manhuncelos e Freixo.

Merece particular relevância a questão geográfica, pela relação visual com o

Freixo, (Tongobriga), que poderá ter ali exercido uma enorme influência. Mas de igual modo importa referir a sua relação visual com o lugar do “Castelinho”, que deu origem a um santuário mariano. A relação entre o castro e o Castelinho é algo intrigante, pela proximidade, pela própria toponímia. Assim como com o lugar de Castilho, situado a escassas centenas de metros a sudoeste do castro de Esmoriz. Uma aldeola de aspecto rústico de casario de pedra seca que se amontoa num airoso plateau e se eleva a cerca de 450 metros. O topónimo pressupõe uma eventual ocupação arcaica, contudo, torna-se muito difícil estabelecer aqui algumas relações. Sobram muitas dúvidas e desde logo a que mais ressalta é se este não terá decorrido no período medieval, sucedendo ao povoado fortificado de Esmoriz. Daí a legitimidade da questão, se a própria designação que ostenta, não decorrerá – como aconteceu em outros casos, com Tongobriga ali tão perto e em linha de vista – do próprio castro, numa apropriação que o tempo e os usos concederam?

Apesar do abandono a que foi votado, este castro pode conter uma imensa informação arqueológica sobre a forma de povoamento pré-romano e romano, nesta região.

Os registos bibliográficos são particamente inexistentes.

## 8. FICHA DE SÍTIO N. 5\_ CASTRO DO FREIXO

### Sítio / Designação

#### Castro do Freixo - Área Arqueológica do Freixo, Cidade de *Tongobriga*

Distrito	Porto	Concelho	Marco de Canaveses
Freguesia	Freixo - Marco	Lugar	Outeiro das Castanhas /Freixo
C.M.P. 1:25 000 folha n°	124	Latitude N	41°09'43,68"
Longitude W (Greenwich)	08°08'48,49"	Altitude (m)	311m
Tipo de sítio	Povoado Fortificado /Cidade	Período cronológico	Proto-história /Época Romana

#### Descrição do sítio

Cidade romana, capital de *civitas*, terá tido origem num povoado castrejo-romano, criado provavelmente no tempo de Augusto. Nos finais do século I e durante o século II, a expansão das suas áreas habitacionais - que chegaram a atingir cerca de 10 ha - e a construção de equipamentos e edifícios públicos (fórum, termas e eventualmente também teatro e circo, identificados) marcaram o advento de Tongobriga ao estatuto de cidade e capital de um vasto território.

A sobrevivência da cidade durante a Alta Idade Média encontra-se documental e arqueologicamente comprovada pela descoberta da basílica paleocristã, sob a atual igreja.

No período da Reconquista, sobre as ruínas da antiga cidade romana, foi fundada uma paróquia cristã - Santa Maria de Freixo, dando origem a uma aldeia que ainda hoje se mantém viva.

#### Bibliografia

VASCONCELOS JL, 1895a; VASCONCELOS JL, 1895b; VASCONCELOS JL, 1899-1900; VASCONCELOS JL, 1901; VASCONCELOS M, 1914; VASCONCELOS M, 1916; DIAS LAT, 1980a; DIAS LAT, 1980b; DIAS LAT, 1984a; DIAS LAT, 1984b; DIAS LAT, 1985; DIAS LAT, 1986; CENTENO R, 1987: 135; DIAS LAT, 1988; DIAS LAT, 1989; DIAS LAT, 1993-94; DIAS LAT, 1995a; DIAS LAT, 1995b; DIAS LAT, 1996a; DIAS LAT, 1997; DIAS LAT, 1999; DIAS LAT e ARAÚJO, 1999; DIAS LAT e SOARES RM, 1999; DIAS LAT, 2000a; DIAS LAT, 2000b; DIAS LAT, 2003.

Classificação	Monumento Nacional	Legislação	Decreto n° 1/86, DR 2 de 1986-01-03
Estado de conservação	Bom	Uso do solo	Agrícola/Florestal/Urbano
Ameaças	Não identificadas	Protecção/Vigilância	-----

Acessos

### Espólio

#### Descrição

Pouco ou quase inexistente da Proto-história. Imenso e catalogado do período romano.

#### Local de depósito

Área Arqueológica do Freixo; Museu Nacional de Arqueologia.

Observações

### 8.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_ CASTRO DO FREIXO

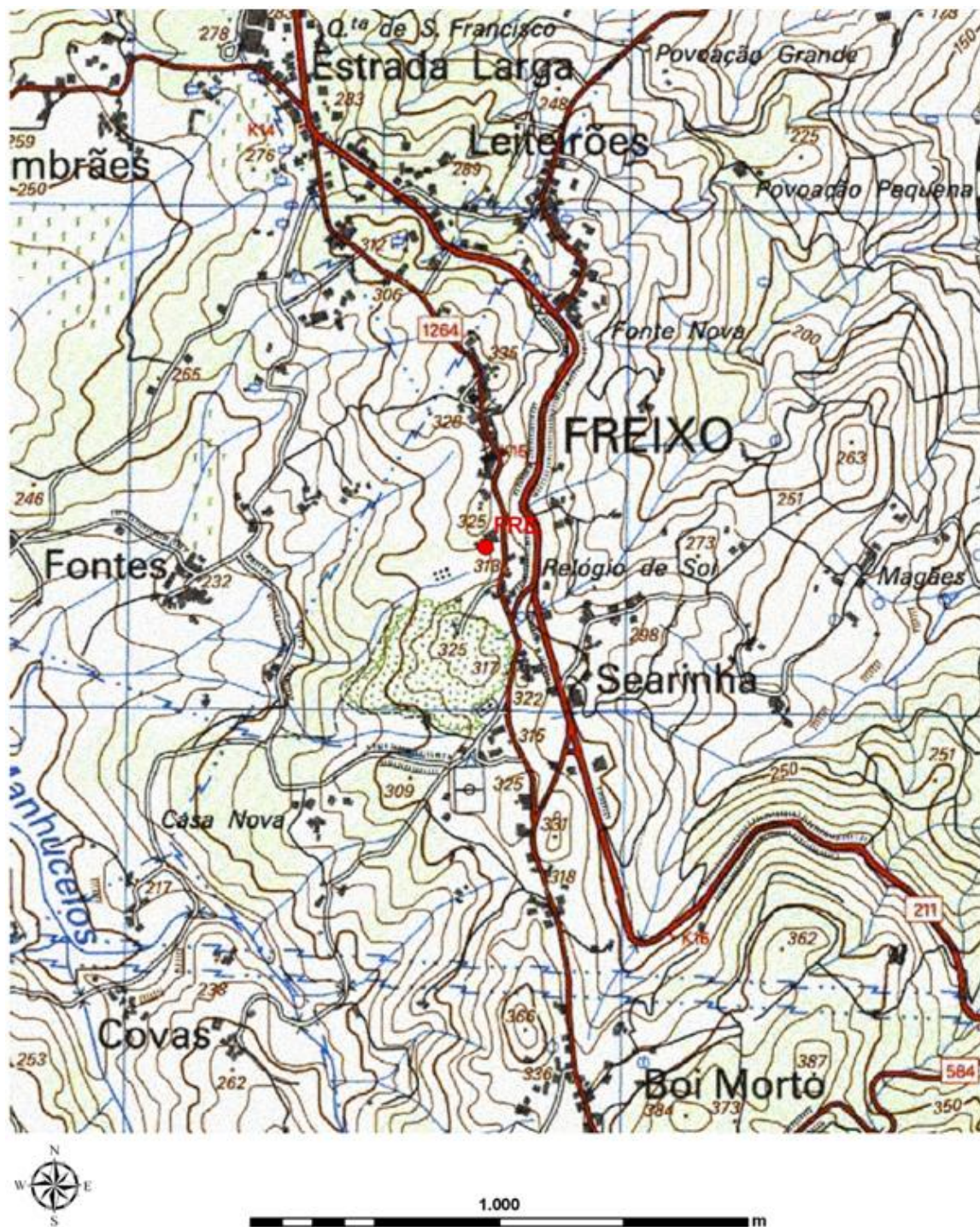


Fig. 17 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada)

## 8.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO DO FREIXO



Fig. 18 - Balneário Castrejo do “Tipo Pedra Formosa” descoberto no Freixo, que pode ajudar a confirmar a ocupação proto-histórica do local.

## 8.3. O CASTRO DO FREIXO / TONGÓBRIGA

Descrição do sítio:

Torna-se fundamental reconhecer que, apesar de hoje ser conhecido como Tongobriga - “civita romana”, o Freixo foi validado ao longo dos tempos como um castro, que, convém também referir, não apresenta uma configuração topográfica muito propícia para o assentamento de um castro de características vincadamente defensivas. Nos flancos

este (voltado à ribeira do Juncal) e oeste (vale da ribeira de Manhuncelos, a inclinação das encostas é considerável. Já dos lados norte e sul, o declive é suave e facilmente penetrável.

A zona mais elevada, onde se situa a Igreja, de acordo com as cartas topográficas, ronda os 330 metros de altitude, enquanto a cota máxima, no local conhecido como “Outeiro das Castanhas” a altura se situa nos 337 metros. Apesar disso a amplitude visual é, pode dizer-se, soberba, uma vez que é possível observar, em toda a volta, uma imensidão de assentamentos castrejos e eventuais castelos roqueiros, e parte do segredo e discussão em torno de um Freixo pré-romano, poderá passar precisamente por ali. O Outeiro das Castanhas, tinha, apesar de tudo condições para ter funcionado como um “castro”.

Foi, de resto sempre essa a classificação, o tipo de sítio e o período cronológico como era reconhecido pelos investigadores. Martins Sarmiento e Leite de Vasconcelos, que visitaram o local, sempre “abordaram” o Freixo como um “castro”. Obviamente para quem conhece o local e ali desempenhou trabalho, tem a perfeita noção que o Freixo se foi sobrepondo por camadas, apagando sucessivamente o passado. A descoberta em 1982 do “Balneário Castrejo tipo Pedra Formosa”, poderá ou não afiançar um povoamento pré-romano, lembrando aqui Estrabão e a sua “Geografia”, quando refere: “Dos que habitam junto do rio Douro, alguns vivem à maneira dos Lacedemónios, untam-se duas vezes ao dia e tomam banhos de vapor que fazem com pedras ao rubro.” (ESTRABÃO).

A sua importância está bem evidenciada até no facto do Freixo nunca ter deixado de ser povoado, mantendo-se ainda hoje com uma estrutura muito peculiar. Merece referir a zona habitacional, por se encontrar assente – precisamente - na área habitacional romanizada, a própria necrópole romana (embora muito destruída) se situar na zona onde hoje está o cemitério da freguesia. A própria descoberta da Basílica Paleocristã no local da actual Igreja Paroquial. Tem por isso mesmo um sabor de aldeia peculiar, com toda a estrutura de povoamento arcaico subjacente.

Ao longo de mais de três dezenas de anos de escavação e mediante as diversas campanhas desenvolvidas, foram surgindo diversas antigas estruturas que comprovam o povoamento permanente do Freixo, sobretudo em áreas onde a destruição foi menos notória – apesar do aterro, apresentam-se em alguns casos as estruturas bem conservadas.

O núcleo arquitectónico mais relevante é a zona termal e do fórum. A imponência da área termal apresenta-se construída ao lado de um balneário totalmente escavado na

rocha, cuja descoberta foi de extrema importância para a interpretação dos monumentos tipo “pedra-formosa”, identificados como balneários castrejos.

Junto ao sumptuoso edifício termal, estendia-se o fórum, em cujo perímetro foi detectada uma estrutura, ainda antes do início das escavações, na sequência da remoção de terras para trabalhos agrícolas, estrutura que indicia uma base quadrangular de um qualquer templete.

Na zona onde a necrópole foi detectada, como afirmado anteriormente, situada nas proximidades do cemitério actual, evidencia uma certa continuidade de uso funerário.

Ainda em relação à zona habitacional, a própria rua principal com as suas habitações hodiernas, por vezes construídas com elementos e alicerces de estruturas romanas, que faz a separação, evidenciam duas zonas que se encontram a noroeste da Igreja Paroquial, alçada sobre uma antiga Basílica Paleocristã. Na primeira merece referenciar uma estrutura de planta circular, sobre a qual se construíram outras estruturas de planta quadrangular, e que de alguma forma prova a sua precedência. Na segunda zona habitacional, junto a um antigo caminho em forma de carreiro e ao que tudo indica aos restos de uma muralha, foi identificada uma outra estrutura de planta circular, com aproveitamento parcial do afloramento rochoso para construir a parede, cujo aparelho é bastante irregular e de fraca qualidade. Na mesma zona há várias estruturas de planta quadrangular cujos arranques, até uma altura de 50 centímetros são totalmente escavados no afloramento rochoso.

Mós manuais, na sua grande maioria já fragmentadas foram encontradas em elevado número, em ambos os núcleos escavados. Contudo e apesar de todas estas evidências o material cerâmico pré-romano é quase inexistente. Mesmo no interior do monumento castrejo tipo “pedra-formosa” e no interior das casas redondas não foi possível detectar material anterior ao séc. I.

Os vestígios arqueológicos do Freixo ocupam uma área considerável. São vários os documentos e relatórios de campanhas de escavações publicados. Muitos foram os autores que mencionaram o “Freixo” nas suas obras, frisando não apenas a sua antiguidade, mas também as referências aos vestígios arqueológicos. As primeiras referências documentais que atestam a presença de vestígios arqueológicos e outros valores patrimoniais no concelho de Marco de Canaveses remontam ao século XVIII. Francisco de Sousa Craesbeck (1726), relata o surgimento de vestígios arqueológicos na aldeia do Freixo

Nas Memórias Paroquiais, registamos esta interessante referência; «Esta a Parochia desta freguesia dentro do lugar do Freixo que algum dia foi cidade dos Mouros...» (1758: T.XVI, fl. 1104).

Muito antes, Ptolemeu (2,6,38-48) cita a cidade de Tuntobriga, situando-a entre Douro e Minho, integrada no território dos Callaeci Bracari.

Em 1882, na borda de um poço da aldeia do Freixo, foi recolhido um bloco granítico paralelepípedo, onde se lê: [G]ENIO / [T]ONCOBR / [I]CENSIV[M] / [FL]AVIUS / V(otum).S(olvit).A(nimo).L(ibens).M(erito)

Das interpretações apontadas por diversos autores, a opção foi pelo nome; “Tongobriga” e identificada esta cidade, com o actual lugar e freguesia do Freixo, onde as evidências arqueológicas confirmam a propriedade da inscrição encontrada em 1882.

O Freixo, ou seja a “Área Arqueológica do Freixo” começou a ser escavada, em Agosto de 1980, precisamente num local conhecido por “capela dos mouros”, designação dada pela população local à pequena parte então visível das ruínas romanas.

A estrutura castrejo-romana criada em Tongobriga, possivelmente pelo imperador Augusto, amadureceu política, administrativa e economicamente, resultando daí a instalação de uma cidade. A escavação e o seu estudo exaustivo permite dizer que no final do séc. I, início do séc. II, Tongobriga surge como civitas, com preponderância sobre a região envolvente.

A construção das termas no final do séc. I, do fórum na 1ª metade do séc. II e demais edifícios públicos identificados, corresponde ao objectivo de dotar este centro urbano de equipamentos colectivos que, pela sua monumentalidade e riqueza arquitectónica, impusessem Tongobriga como centro de atracção e decisão. Junto ao fórum estavam as termas públicas, construídas em Tongobriga no final do séc. I e posteriormente remodeladas.

O sítio arqueológico, hoje com uma área classificada de 50ha, é Monumento Nacional desde 1910, revogado e alterado em 1986, por força da descoberta e como resultado da investigação científica. A cidade romana, capital de *civitas*, terá tido origem num povoado castrejo, evoluindo provavelmente no tempo de Augusto.

Nos finais do século I e durante o século II, a expansão das suas áreas habitacionais - que chegaram a atingir cerca de 10 ha - e a construção de equipamentos e edifícios públicos

(fórum, termas, teatro e circo) marcaram o advento de Tongobriga ao estatuto de cidade e capital de um vasto território.

A sobrevivência da cidade durante a Alta Idade Média encontra-se documental e arqueologicamente comprovada pela recente descoberta da Basílica Paleocristã, sob a atual igreja.

No período da Reconquista, sobre as ruínas da antiga cidade romana, foi fundada uma paróquia cristã - Santa Maria de Freixo, dando origem a uma aldeia que ainda hoje se mantém viva.

## 9. FICHA DE SÍTIO N.º 6 \_CASTRO LADOEIRO

### Sítio /Designação

<b>Castro do Ladoeiro</b>			
Distrito	<input type="text" value="Porto"/>	Concelho	<input type="text" value="Marco de Canaveses"/>
Freguesia	<input type="text" value="Banho e Carvalhosa"/>	Lugar	<input type="text" value="Ladoeiro"/>
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	<input type="text" value="112"/>	Latitude N	<input type="text" value="41º15'32,59''"/>
Longitude W (Greenwich)	<input type="text" value="08º08'13,53''"/>	Altitude (m)	<input type="text" value="541m"/>
Tipo de sítio	<input type="text" value="Povoado Fortificado"/>	Período cronológico	<input type="text" value="Idade do Ferro/Romano"/>

#### Descrição do sítio

O local oferece uma visão majestosa para uma imensa área envolvente, e aqui tem que se apelar para um alargamento do espaço, que vai muito para além do contexto geográfico objecto que é o concelho do Marco de Canaveses.

Morro granítico, destacado na paisagem, situado a 541 metros de altitude. Denominado por “Alto do Ladoeiro”, ou simplesmente de Ladoeiro, mas também por Alto do Castro. Ali se implanta um povoado proto-histórico com fortes vestígios de ocupação posterior à viragem da Era, a avaliar pelo achado de materiais cerâmicos identificados com o período da romanização, bem como de um *antoniniano* de Galieno, datado entre 261-268, que de acordo com o que foi possível apurar, se encontra na posse de 3 Arqueólogos.

A estrutura defensiva do povoado é constituída por, pelo menos, dois panos de muralhas e no seu interior é observável, à superfície, o topo de muros de construções de planta quadrangular e rectangular.

#### Bibliografia

REDENTOR, SOUSA e GONÇALVES, 2010: XX

Classificação	<input type="text" value="Sem classificação"/>	Legislação	<input type="text" value="Não definida"/>
Estado de conservação	<input type="text" value="Regular"/>	Uso do solo	<input type="text" value="Florestal"/>
Ameaças	<input type="text" value="Construção civil"/>	Protecção/Vigilância	<input type="text" value="-----"/>

#### Acessos

### Espólio

#### Descrição

É diverso o espólio cerâmico que aflora à superfície, principalmente na vertente Sul. O espólio observado resume-se essencialmente a fragmentos de tégula e cerâmica comum romana. No caminho de acesso à torre de vigia, numa área onde afloram os topos de construções habitacionais de planta rectangular, foi recolhido um *antoniniano* de Galieno, datado entre 261-268, que estará pelo menos aparentemente na posse de 3 arqueólogos que andaram pelo local a perscrutar o terreno, uma vez que existem riscos muito substantivos de destruição do espaço, pela sucessiva abertura e melhoramento de caminhos de acesso, até porque no local foi implantada uma torre de vigia de incêndios florestais.

#### Local de depósito

#### Observações

O sítio carece de uma intervenção arqueológica de emergência a fim de se estudarem e protegerem os vestígios arqueológicos, designadamente um tramo de muralha e um conjunto de estruturas habitacionais de que se vêem os topos dos muros no caminho em terra batida que aí existe para acesso ao topo e à torre de vigia de controlo de fogos. Sempre que se procede à rectificação do citado caminho novas destruições ocorrem.

### 9.1. Ficha Cartográfica de Sítio CASTRO LADOEIRO

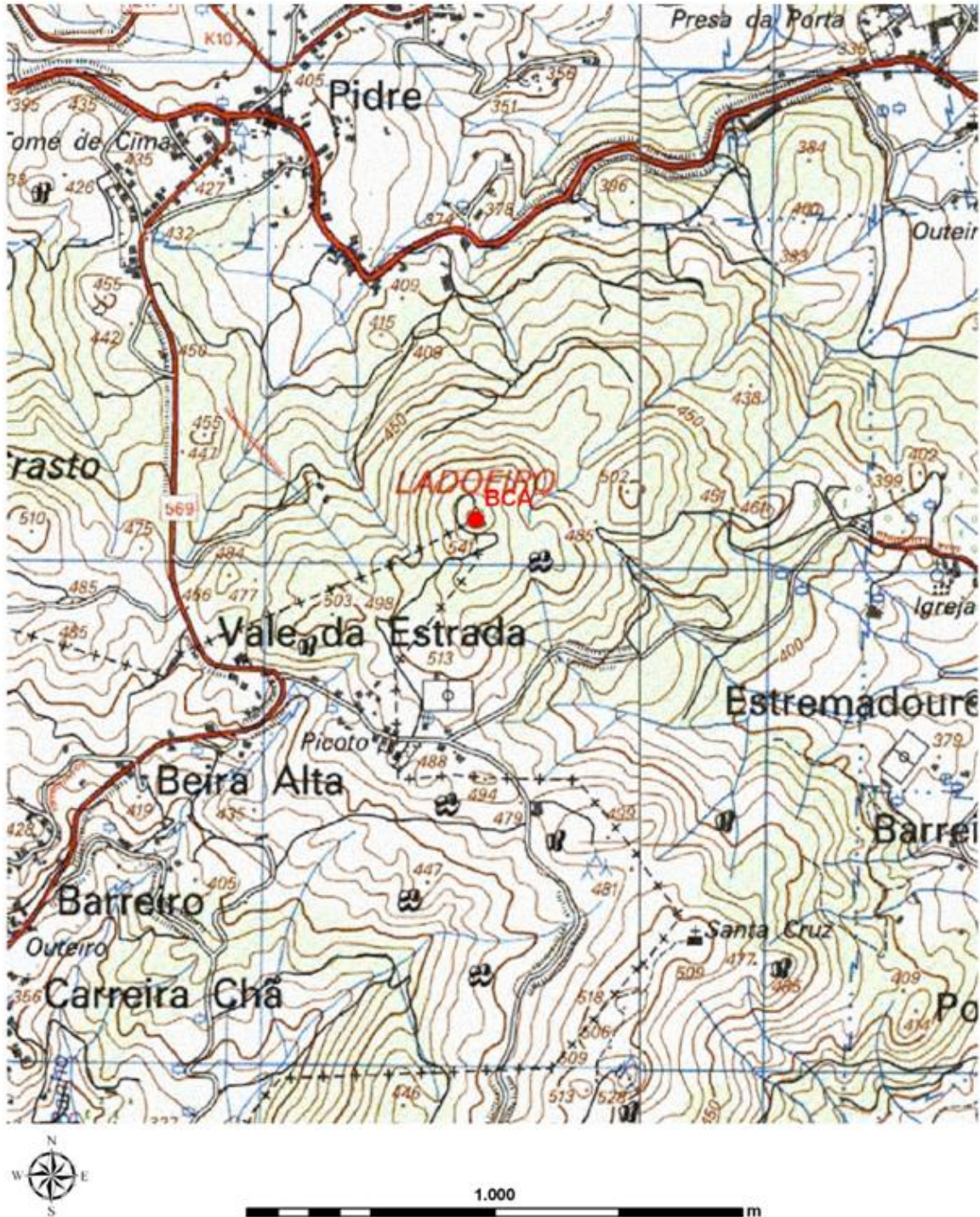


Fig. 19 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 112 (escala modificada)

## 9.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_CASTRO LADOEIRO



Fig. 20 - Vista obtida de Sul do Castro Ladoeiro



Fig. 21 - Vista de sudeste sobre o Castro do Ladoeiro, onde é fácil identificar a torre de vigia a incêndios florestais.



Fig. 22 - Aspecto de pormenor de um tramo da primeira muralha do Castro do Ladoeiro

### 9.3. O CASTRO LADOEIRO

Descrição do sítio:

Destaca-se pela referenciação; A designação toponímica da população que se refere ao local por “Castro”.

A eminência de um morro granítico com uma altitude de 541 metros, cognominado de Ladoeiro, onde todos os vestígios apontam para a implantação de um povoado proto-histórico em que sobressaem fortes vestígios da sua ocupação.

A água desabrocha em vários pontos e forma linhas de água que dão um aspecto verdejante aos campos situados no sopé, um pouco mais abaixo, envolvendo o castro, numa altitude entre os 400m e os 450 metros. As mesmas águas que são responsáveis por alimentarem o designado ribeiro de Além/Banho.

A sua posição privilegiada permite uma relação de vista directa com praticamente todos os castros situados à sua volta, com destaque para a linha de vista com Tongobriga, e que a visibilidade se estenda pelas serras de Montemuro, Aboboreira e Marão, oferecendo condições geoestratégicas ímpares.

Encontra-se localizado a poucas centenas de metros do Monte da Senhora da Graça, já no vizinho concelho de Amarante, local onde existe o registo da detecção de casas de planta circular, por altura das obras de intervenção na ermida de invocação à Senhora da Graça.

Numa observação cuidada fica a ideia que a estrutura defensiva do povoado poderia ser constituída por, pelo menos, dois panos de muralhas, destacando-se no seu interior, porque também observável, à superfície, o topo de muros de construções que apresentam planta quadrangular e rectangular.

O espólio cerâmico emerge à superfície, principalmente na vertente Sul. O espólio observado reduz-se principalmente a fragmentos de tégula e cerâmica comum que aparenta ser de época romana.

O caminho que servia o castro, pelo menos aparentemente, seria aquele que provém do lugar de Carreira Chã, passando pela população de Pimpinela, que após contornar a base do castro pelo lado oeste, desce pelo espaço geográfico das duas freguesias entretanto unidas de Banho e Carvalhosa em direcção ao vale do rio Odres. Do outro lado, também contornando o castro, segue para a freguesia vizinha de Pidre que integra o concelho de Amarante.

Existe relato, de que no acesso à torre de vigia para incêndios florestais, entretanto ali implantada, numa área onde afloram os topos de construções habitacionais de planta rectangular, foi recolhido um *antoniniano* de Galieno, que estará datado entre 261-268, isto de acordo com prospecção efectuada, por três Arqueólogos que estudaram o local e pelo Gabinete de Estudos da Área Arqueológica do Freixo e Escola Profissional de Arqueologia do Freixo.

Merece ainda especial referência, pela sua visibilidade, a existência de um tramo de muralha, assim como a existência de um conjunto de estruturas habitacionais de que se vêem os topos dos muros, situados precisamente no caminho em terra batida que ali existe, e que terá sido aberto precisamente para facilitar o acesso ao topo, nomeadamente à torre de vigia de controlo de fogos. O perigo maior, pelo menos é o que aparenta, sempre que se procede a intervenções no caminho, sobretudo após invernos mais chuvosos, novas destruições ocorrem e vestígios que entretanto desaparecem.

**10. FICHA DE SÍTIO N.º 7\_CASTRO DE MEXIDE/ALTO DO FACHO****Sítio /Designação**

<b>Castro de Mexide/Alto do Facho</b>			
Distrito	Porto	Concelho	Marco de Canaveses
Freguesia	Vila Boa do Bispo	Lugar	Alto do Facho
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	124	Latitude N	41º06'47,84"
Longitude W (Greenwich)	08º11'36,33"	Altitude (m)	512m
Tipo de sítio	Povoado Fortificado	Período cronológico	Idade do Ferro/Idade Média

**Descrição do sítio**

O local é inequivocamente possível de identificar como povoado castrejo, todas as características apontam nesse sentido, contudo numa prospeção efectuada ao local não são possíveis de identificar vestígios arqueológicos inequívocos que confirmem o povoado, embora algumas plataformas reveladas pela topografia indiquem um sistema de defesa compreendido por pelo menos três cinturas de muralhas. O espólio arqueológico que se recolhe à superfície também não permite confirmar esses indícios. A cartografia revela que este monte que se eleva a uma altitude máxima de 512 metros terá pelo menos funcionado como facho, restando deste sistema um bloco granítico de 3,05 metros de comprimento, por cerca de 2,10 de largura, com as coordenadas geográficas Long. Oeste de 08º11'36,00"W e de Lat. Norte de 41º06'47,90", no topo do qual sobrevive um orifício circular de 10 centímetros de diâmetro, e aproximadamente 16 de profundidade, onde eventualmente seria fincado um poste de madeira rematado no topo por uma "gaiola" de ferro onde haveria de dar lugar à colocação do facho.

A indiciar o local como povoado proto-histórico, existente no topo do morro do Alto do Facho, a população local atribui o microtopónimo "Tapadas do Crasto" a alguns terrenos florestados situados a meia encosta.

No cume, junto a uma vedação de sorte, existe um marco de demarcação do couto de Vila Boa do Bispo e porque se encontra precisamente nos limite geográfico da freguesia de São Lourenço do Douro, é feita essa mesma referência a este local na descrição do sitio referente ao Alto do Facho em Maureles, pelas excelentes condições de visibilidade entre os dois locais.

**Bibliografia**

SILVA JBP, 2000; NOGUEIRA, 2003; VIEIRA, 1887; ALMEIDA, 1978; MONTEIRO, 1990.

Classificação	Sem classificação	Legislação	Não definida
Estado de conservação	Regular	Uso do solo	Florestal
Ameaças	Florestação	Protecção/Vigilância	-----

**Acessos****Espólio****Descrição**

Não foi detetado espólio arqueológico durante os trabalhos de prospeção, para além de pequenos montículos de pedra solta.

**Local de depósito****Observações**

### 10.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_CASTRO MEXIDE/ALTO DO FACHO

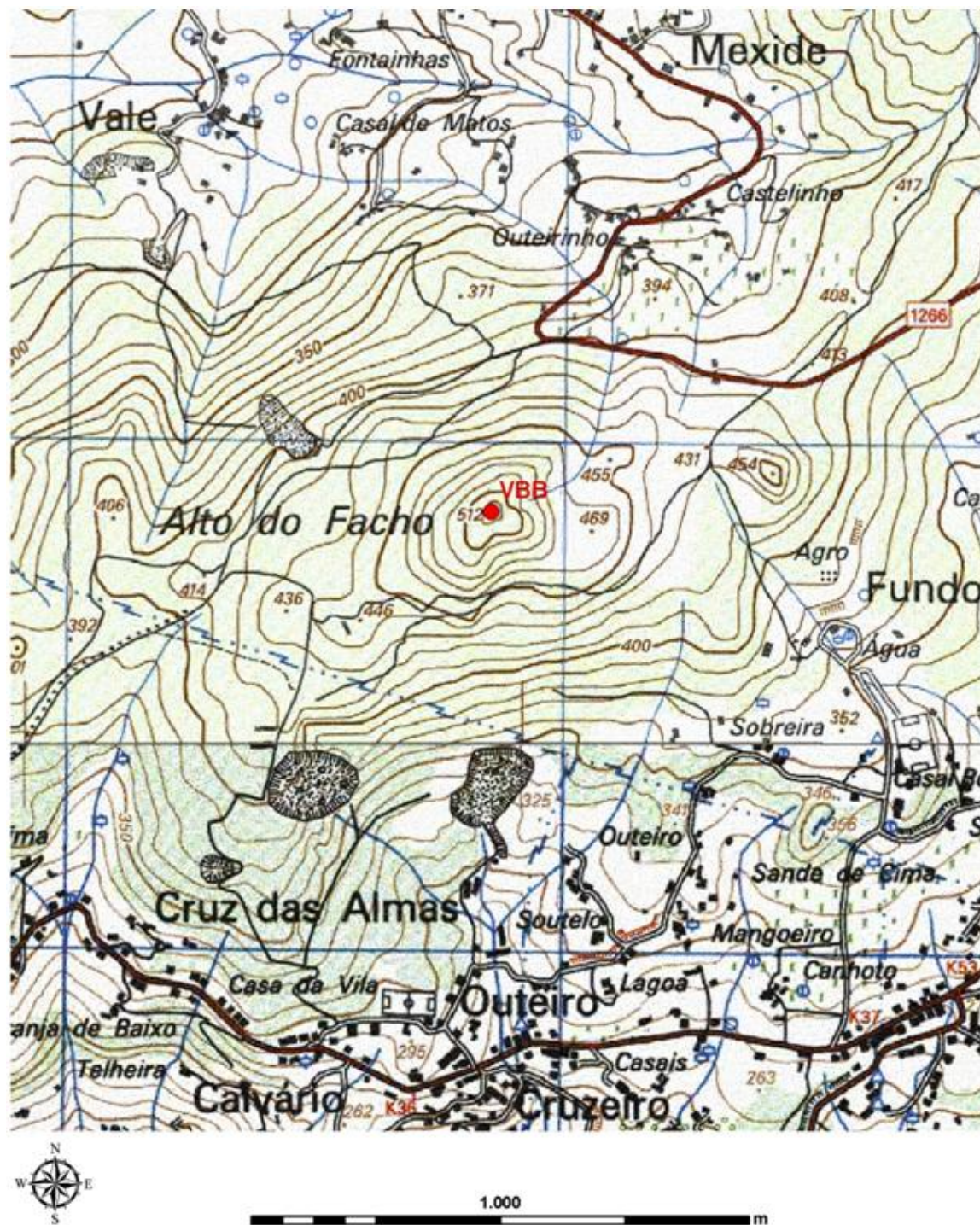


Fig. 23 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 124 (escala modificada)

## 10.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO MEXIDE/ALTO DO FACHO



Fig. 24 - Perspectiva do Alto do facho obtida de Este. As diversas plataformas visíveis, poderão indiciar cinturas de muralhas



Fig. 25 - Imagem do bloco granito com orifício central para sustentação do poste de um facho.



Fig. 26- Imagem do Marco de delimitação do antigo couto de Vila Boa do Bispo que se encontra firmado junto a um muro no topo do Alto do Facho

### **10.3. CASTRO MEXIDE / ALTO DO FACHO**

Descrição do sítio:

Embora este monte tenha todas as características, que se podem associar à existência de um povoado castrejo, não são conhecidos vestígios arqueológicos inequívocos de uma estação desta natureza, embora algumas plataformas reveladas pela topografia indiquem um sistema de defesa compreendido por pelo menos três cinturas de muralhas. O espólio arqueológico que se recolhe à superfície não permite, de momento, ir mais além da Idade Média, mas torna-se evidente a necessidade de realização de escavações de prospecção que podem revelar muitas surpresas.

A cartografia revela que este monte que se eleva a uma altitude máxima de 512 metros terá funcionado como facho, restando inda deste sistema um bloco granítico de 3,05 metros de comprimento, por cerca de 2,10 de largura, com as coordenadas geográficas Long. Oeste de 08°11'36,00"W e de Lat. Norte de 41°06'47,90", no topo do qual subsiste

um orifício circular de 10 centímetros de diâmetro, e aproximadamente 16 de profundidade, onde seria fincado um poste de madeira rematado no topo por uma “gaiola” de ferro onde haveria de dar lugar à colocação do facho.

A indiciar povoação antiga no topo do morro do Alto do Facho, a população local atribui o microtopónimo "Tapadas do Crasto", a alguns terrenos florestados situados a meia encosta.

No cume, junto a uma vedação de sorte, existe um marco de demarcação do antigo couto de Vila Boa do Bispo. Segundo referências documentais os limites deste couto passavam precisamente pelo “monte do Crasto”.

Deve referir-se que Mexide é um alargado lugar da freguesia de Vila Boa do Bispo, que teve no período medieval uma certa importância, sobretudo pelo seu enquadramento no antigo concelho de Benviver.

Trata-se da existência de uma área relativamente reduzida – menos de um quilómetro quadrado – onde subsistem diversos topónimos e microtopónimos relacionados com ocupações arcaicas de carácter defensivo, que contudo não deixaram indícios de vulto.

No centro do lugar há o “Castelo”, que na carta militar n.º 124, aparece referenciado como “Castelinho”, um simples casal implantado na suave encosta sul do referido vale, sem qualquer elevação que possa ter servido de assento a uma eventual construção defensiva.

Umhas centenas de metros para sul estão os lugares do Grilo, e um pouco a sudoeste os lugares do Facho e do Crasto.

O Alto do Facho, situado a uma altitude de 512 metros, é a maior elevação, coroada por um amontoado caótico de grande penedio, alguns dos quais fragmentados.

Um longo muro de tapada, construído com blocos enormes, corta toda a encosta sul, alongando-se no sentido oeste-este até ao alto do Grilo, nos seus 456 metros de altitude.

O Alto do Facho e o Crasto (a exemplo do que acontece com o Castro Boi), estão muito próximos um do outro. Na realidade e por curiosidade os dois cumes, são praticamente contíguos, ficando neste caso o Crasto um pouco a leste do Facho - cerca de cem metros.

A sudoeste estende-se um pequeno planalto, onde são possíveis de detectar pequenos montículos de pedras miúdas e toscas, que se encontram um pouco espalhadas

por aquele espaço. Contudo, são também facilmente detectáveis pequenos montículos de pedras miúdas e toscas - talvez - por impedirem o uso ou danificarem os instrumentos de corte, sobretudo de mato, estas pedras, terão sido arremessados para zonas onde possam estar visíveis, o que leva à pertinência da questão em torno da possível existência por ali, de vestígios de estruturas castrejas, e se estes há muito que não teriam sido desmantelados ou remexidos, pela necessidade de trabalho do campo.

Existem documentos, na posse da Biblioteca Municipal do Marco de Canaveses, de autoria do Dr. João de Vasconcelos, que fazem referência; «a uma “longa muralha” subsistente neste castro de Mexide (VASCONCELOS,s/d). Resta a dúvida se não estaria a referir-se ao já referido muro de divisão de propriedade, que em certos tramos é composto por enormes blocos de pedra naturais. Contudo, na costa oeste, vale a pena referenciar um amontoado de pedras que mereciam um estudo mais aprofundado, pois poderá tratar-se uma estrutura derrubada.

Seja como for, o Alto do Facho e o Castro possuem um excelente posicionamento defensivo, que abarcam em seu redor uma vasta área, que compreende a norte os diversos pontos altos da serra de Montedeiras (onde se identificam, o já referido Castro Boi e todo o planalto das “Casinhas”), a oeste, num pequeno outeiro, ergue-se a capela de S. Tiago (que poderá estar associado a um pequeno povoado arcaico. Bem mais distante, o “Monte do Castelo”, da freguesia de Penha Longa, a sudoeste o “Castro de Arados” e a sul, bem mais distantes alguns castros, para lá do Douro, na sua margem esquerda, implementados nos concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães.

Do Alto do Facho é possível avistar o homónimo, mas situado na freguesia de Maureles, na margem oposta (direita) do rio Tâmega.

Enquadrado por duas insignificantes linhas de água: Do lado este, como que estabelecendo uma separação com o alto do Grilo, mais não é que um pequeno fio de água que por ali nasce e daí desce a encosta sudoeste até desaguar na ribeira de Sande. Do lado norte está a ribeira das Lages, que nasce no lugar da Bouça Alta e corre monte abaixo em direcção ao Tâmega.

José Augusto Vieira, (1887, 501) no tomo II da sua obra “O Minho Pitoresco”, refere “este Castro”, tal como Emília Monteiro (1990, 223) na obra, “Vila Boa do Bispo, Tradição e Mudança”. Por seu lado Carlos Alberto Ferreira de Almeida, refere a

“existência de um castelo roqueiro medievo, designado por Gestaço, em documentação do séc. XI, perto de Mexide em Vila Boa do Bispo”. (ALMEIDA, 1978:37).

## 11. FICHA DE SÍTIO N.º 8 \_CASTRO DO ALTO DE PENEGOTAS

## Sítio /Designação

<b>Alto das Penegotas</b>			
Distrito	<input type="text" value="Porto"/>	Concelho	<input type="text" value="Marco de Canaveses"/>
Freguesia	<input type="text" value="Várzea do Douro /Alpendurada, Várzea e Torrão"/>	Lugar	<input type="text" value="Penegotas"/>
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	<input type="text" value="135"/>	Latitude N	<input type="text" value="41º04'01,57"/>
Longitude W (Greenwich)	<input type="text" value="08º16'03,96"/>	Altitude (m)	<input type="text" value="99m"/>
Tipo de sítio	<input type="text" value="Povoado Fortificado"/>	Período cronológico	<input type="text" value="Proto-História/Romano/Idade Média"/>

## Descrição do sítio

Monte cónico de propriedade privada (que dificulta o acesso), mencionado, nos documentos medievais, como *mons*; *castro*; *cathedra*, em clara alusão aos negativos de assentamento de uma muralha, que ainda hoje são visíveis, e que se assemelham a uma cadeira, conhecida entre a população por “cadeira do mouro”

Com um magnífico horizonte visual sobre o vale do Douro e o local onde a *carraria antiqua* desembocava no rio, trata-se de um povoado fortificado onde são abundantes diversos negativos de trabalhos no afloramento granítico, incluindo de construções de planta circular, lanços de escadas, bases de sustentação de muralhas, lagaretas e pias circulares, entre outros.

Deste monte são provenientes diversos materiais cerâmicos, essencialmente atribuíveis ao período romano, embora também seja provável a sua ocupação em época medieval. Dos trabalhos de prospecção ali efectuados em 1984, não foram divulgados os resultados.

## Bibliografia

BRANDÃO, 1960: 185-196; SILVA ACF, 1986: 178; SILVA JBP, 1990, I: 49 e 83; SILVA JBP, 1992: 165-172; CORREIA, 1993; LIMA, 1993; PINTO TMP, 1997; QUEIRÓS, 2000.

Classificação	<input type="text" value="Sem classificação"/>	Legislação	<input type="text" value="Não definida"/>
Estado de conservação	<input type="text" value="Regular"/>	Uso do solo	<input type="text" value="Florestal"/>
Ameaças	<input type="text" value="Vegetação/Construção civil"/>	Protecção/Vigilância	<input type="text" value="-----"/>

Acessos

## Espólio

Descrição
Local de depósito
Observações

### 11.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_ CASTRO DO ALTO DE PENEGOTAS



Fig. 27- Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 135 (Escala modificada)

## 11.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO DO ALTO DE PENEGOTAS



Fig. 28 - Vista de Este do Alto de Penegotas



Fig. 29 - Imagem de um lagar fixado entre duas casas de planta circular



Fig. 30 - Intra-muralhas, identifica-se um Lacus, muito próximo do topo do morro



Fig. 31 - Vista panorâmica sobre o rio Douro e a foz do rio Paiva a partir do topo do Alto das Penegotas

### 11.3. O CASTRO DE PENEGOTAS

Descrição do Sítio:

Situado num ponto que lhe permite desfrutar de um magnífico horizonte visual sobre o vale do Douro e o local onde a *carraria antiqua* desembocava no rio, trata-se de um povoado fortificado onde são abundantes diversos negativos de trabalhos no afloramento granítico, incluindo de construções de planta circular, lanços de escadas, bases de sustentação de muralhas, lagaretas e pias circulares, etc.

Monte cónico, denominado, nos documentos medievais, como *mon;* *castro;* *cathedra*, numa clara alusão aos negativos de assentamento de uma muralha, ainda hoje visíveis, e que se assemelham a uma cadeira.

Podemos mesmo estar na presença de um castro, que evoluiu para um povoado romano, com eventual porto “fluvial” no Douro.

Ocupando todo o espaço saliente numa curva do rio Douro, são imensos os vestígios romanos, numa área que vai desde a margem do rio, numa altitude de cerca de 45 metros, com boas condições de acostagem, até aos pontos de cota mais elevada.

Densamente arborizado, sobretudo por pinheiro bravo, são imensos os afloramentos graníticos detectados, assim como penedos soltos, onde é possível identificar diversos entalhes, pias e algo que é pouco comum, pode mesmo dizer-se raro, aquilo que parecem ser alguns “lagares” redondos, pelo menos assim designados pelas populações que vivem por ali perto. Contudo, estas “escavações” circulares e semi-circulares de altura variável, com cerca de dois metros de diâmetro e altura variável, parecem identificar-se mais com alicerces/provas de habitações castrejas. Aliás, estas existem com enormes semelhanças encontradas num afloramento granítico da zona habitacional em Tongobriga, com a diferença de que ali as plantas são rectangulares e quadrangulares.

O topónimo Penegotas é hoje o mais vulgarizado. No entanto este castro poderá ter sido conhecido por “castro Cadeira”, pelo menos durante o período medieval, simplesmente, porque numa eminência granítica bem no topo da elevação castreja, existe um entalhe que os residentes costumam designar por “cadeira do mouro”. Não se trata porém de uma situação virgem, pois são sobejamente conhecidos em outros lugares do concelho do Marco de Canaveses, de escavações em penedos com nomes em tudo idênticos: “cadeira” ou “cama” dos mouros, como acontece por exemplo no lugar de Outeiro - Tuías, no lugar de Poço em Soalhães, entre outros. Vale a pena referir a

importância que lhe é deferida pela população local, que a valoriza de sobremaneira, a ponto de nunca em momento algum se esquecer de a mencionar, e se poder mesmo afirmar como uma espécie de “ex-libris” do castro de Penegotas.

Deste monte são provenientes diversos materiais cerâmicos, todos eles atribuíveis ao período romano, embora também seja provável a sua ocupação em época medieval.

A “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira” ao abordar a freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada, cita um documento de 1108, em que confunde aquela paróquia (cujo orago é Santo André”, com a de Várzea do Douro (cujo orago é S. Martinho) e que diz o seguinte:

“Não apenas para a história propriamente dita desta freg. Na pré nacionalidade, mas para a sua arqueologia, é importante um documento de 1108, que é uma doação feita ao mosteiro de pendorada por Godinha Salamires e seus filhos (Alvito, Froilhe e Maiorina), constante de haveres nesta paróquia, isto é, mais propriamente, na villa de S. Martinho: “hereditatem mostram quam habemus in ripam Durio Sancto Martino de Varzena. Essa “herdade” comrar-a outrora, (sec. XI) seu marido Leovegildo Cendoniz aos irmãos Principio e Crescónio Ermegildes, e tinha, efectivamente, situação “In Sancto Martinho de villa Varzena” com estas confrontações: com partia pela Portela de Bragada, seguindo ao porto do Paiva”, abaixo do castro Cadeira, águas correntes do Douro (“et far in illo porto de Pavia subtus castro Catedra”, etc.)”.

(IN:GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA; VOL.34, p.248, S/D)

Daqui se pode inferir da existência de um castro já presumível de outras considerações topográficas e históricas, principalmente, mas a outra conclusão a retirar é que o seu nome caiu em desuso na actualidade. De acordo com as confrontações geográficas, facilmente se depreende o óbvio – Trata-se de um local junto ao rio Douro, razão pela qual jamais se poderia identificar com a freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada, que embora sendo também ela pertença administrativa do concelho do Marco de Canaveses, é porém uma das freguesias mais afastadas daquele rio. Para além deste facto um outro merece aqui ser referido, porque no texto é citado o “porto de Paiva”, rio cuja desembocadura se situa precisamente frente ao Alto das Penegotas, na margem oposta – a esquerda (ou sul) do Rio Douro.

Aparentemente o castro de Penegotas, foi intensamente romanizado. Nas suas proximidades registam-se importantes vestígios da presença romana. Na quinta da Rua de Várzea, a título de exemplo, e que dista do epicentro do castro, cerca de 400 metros, a oeste, um pouco abaixo na encosta, foram detectadas diversas estruturas, elementos de

colunas e uma grande quantidade de cerâmica e outros vestígios arqueológicos numa breve intervenção de uma única semana, realizada em 1984, coordenada pelo então Gabinete de Estudos da Área Arqueológica do Freixo. Antes porém, merece especial destaque terem sido ali “descobertas” uma avultada quantidade de estelas funerárias romanas epigrafadas e pelo menos uma ara votiva, também ela com inscrição, “que foram depositadas em diversos museus”. (BRANDÃO, 1960: 185-196)

Pelo seu posicionamento geográfico estratégico, dominando uma vertente do Douro com elevado índice de povoamento (sem esquecer a proximidade deste castro com o importante castro de Arados e o alto de Moirinte), o Alto das Penegotas oferecia ótimas condições de vigilância e defesa dessa via fluvial já, então, tudo o indica, intensamente utilizada para a deslocação do litoral para o interior e vice-versa.

Por estar localizado perto do rio Douro - eleva-se a 99 metros de altitude - entre duas ténues linhas de água – a oeste e a norte. A sul o rio Douro.

Ali próximo, a uma curta distância de cerca de 150 metros, encontram-se as sepulturas cavadas na rocha do Passal. Toda a área envolvente denuncia uma intensa cristianização, onde para além da antiga igreja paroquial, também ali existe a capela da “Nossa Senhora da Guia” e o cemitério paroquial.

Na quinta do Passal, tal como na quinta da Rua de Várzea, surgem abundantes vestígios romanos e pré-romanos. Para além de uma “ponta de lança” descoberta por Pinho Brandão e Fernando Lanhas, atribuída por Armando C.F. da Silva (1996, p.178) ao “Bronze Final (Baiões 1)”. São possíveis de detectar, à superfície, ainda hoje, de solos revolvidos pela lavoura inúmeros fragmentos de “tegulae” e “imbrex”, cerâmicas de diversos tipos, objectos de ferro, entre outros.

Em pelo menos dois pontos diferentes do castro de Penegotas, é possível detectar aparentes indícios de sondagens arqueológicas. No interior de uma das estruturas semicirculares escavadas no afloramento granítico na encosta norte, à entrada da qual se observa um montículo de terra que terá sido retirado do interior e pejado de fragmentos cerâmicos castrejos. Também na encosta norte, aquela que se encontra voltada para o Passal, precisamente perto do entalhe da “cadeira do mouro” junto ao talude superior defensivo que se ergue neste flanco da elevação, existem vestígios de potencial sondagem arqueológica.

Sabendo-se que a defesa era uma das principais preocupações das populações castrejas, a defesa de “Penegotas” estava garantida por pelo menos duas linhas de muralhas, ambas escavadas sob a forma de taludes na encosta norte - a de mais fácil acesso. O primeiro tem apenas uns dois metros de altura e o segundo, mais próximo do topo, com cerca de cinco metros de altura.

Os únicos vestígios de estrutura construída com pedras situam-se na encosta leste, já próximo da base da elevação, a poucos metros de um campo de cultivo. Fica a ideia de que se trata de um edifício circular de pequenas dimensões (cerca de 2,5 metros de diâmetro), contudo, desmoronado.

O “fácies” dominante deste castro de Penegotas, pelo menos de forma aparente, são as escavações nos penedos, muito abundantes. Outra nota de registo, pelo menos a olho nú, a ausência de outro tipo de estruturas, o que não deixa de ser um pouco estranho, tendo em consideração os fortes vestígios da romanização ali existentes.

**12. FICHA DE SÍTIO N.º 9 \_ CASTRO DO PINHEIRO****Sítio /Designação**

<b>Castro de Pinheiro</b>			
Distrito	<input type="text" value="Porto"/>	Concelho	<input type="text" value="Marco de Canaveses"/>
Freguesia	<input type="text" value="Várzea de Ovelha e Aliviada"/>	Lugar	<input type="text" value="Pinheiro"/>
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	<input type="text" value="125"/>	Latitude N	<input type="text" value="41°11'52,41''"/>
Longitude W (Greenwich)	<input type="text" value="08°05'09,32''"/>	Altitude (m)	<input type="text" value="444m"/>
Tipo de sítio	<input type="text" value="Povoado Fortificado"/>	Período cronológico	<input type="text" value="Idade do Ferro/Romano"/>

**Descrição do sítio**

Elevação que se destaca a meia encosta, no vale do rio Ovelha, de formato mais ou menos cónico, com encostas quase verticais, agora densamente revestidas de pinheiro-bravo. O local oferece uma panorâmica e uma visão que propiciam uma fácil defesa. Local ideal para a implantação de um povoado proto-histórico, com imensos recursos.

No topo há uma plataforma de contornos ovalizados no sentido Este-Oeste, embora com poucos vestígios.

**Bibliografia**

VIEIRA JA, 1887: II, 488; AGUIAR MV, 1947: 340; SILVA ACF, 1986: 114; SILVA JBP, 1992: 107-113; CARVALHO, 1993; PINTO, 1997; SILVA JBP, 2000a; MOTA, 2001.

Classificação	<input type="text" value="Sem classificação"/>	Legislação	<input type="text" value="Não definida"/>
Estado de conservação	<input type="text" value="Regular"/>	Uso do solo	<input type="text" value="Florestal"/>
Ameaças	<input type="text" value="Florestação"/>	Proteção/Vigilância	<input type="text" value="-----"/>

**Acessos**

Muito difícil.

**Espólio****Descrição:**

Não foram identificados quaisquer materiais arqueológicos. A necessitar de uma prospecção que possa confirmar a utilização do local como povoado,

**Local de depósito****Observações**

### 12.1. Ficha Cartográfica de Sítio CASTRO DO PINHEIRO

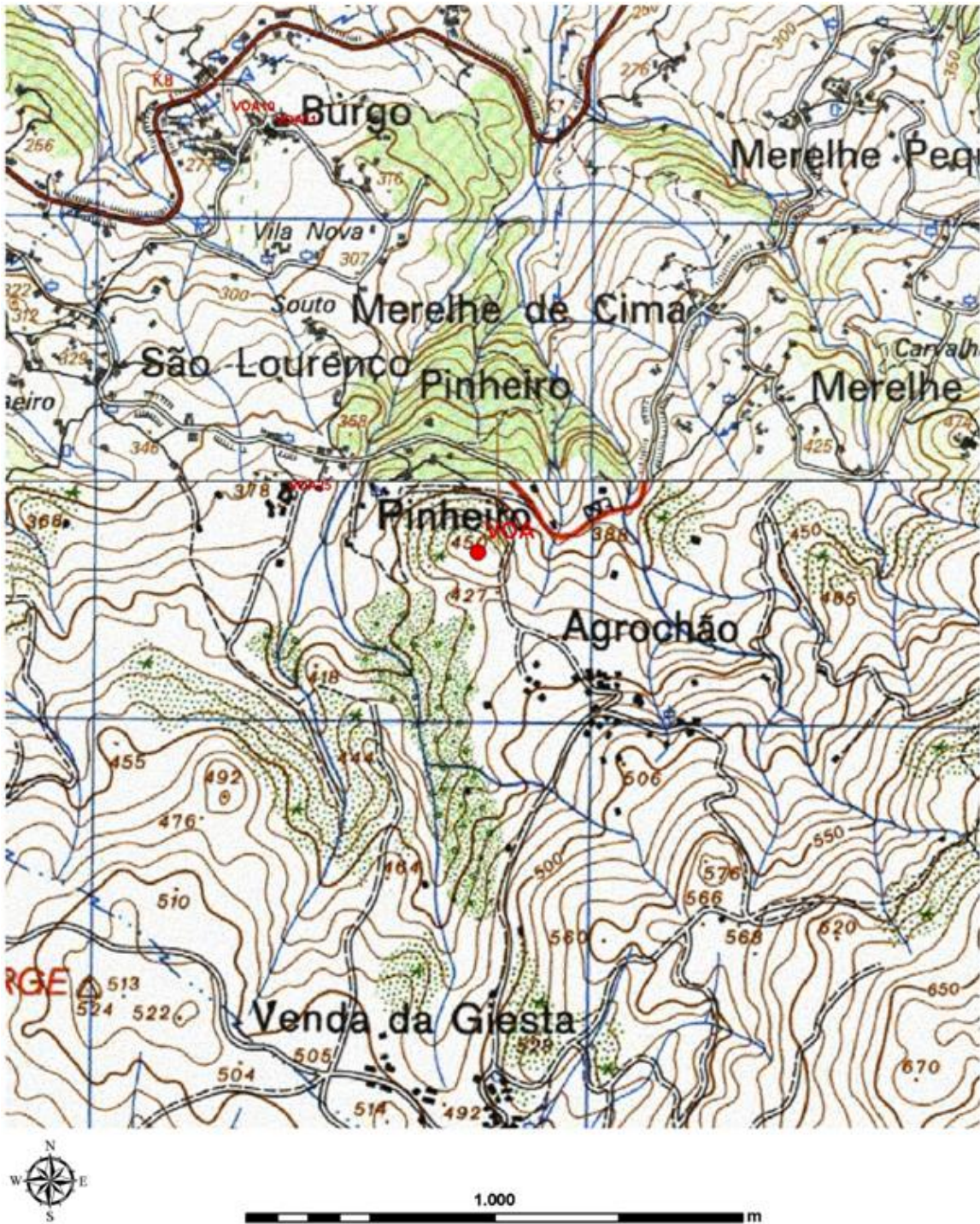


Fig. 32 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 125 (escala modificada)

## 12.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_CASTRO DO PINHEIRO



Fig. 33 - Vista panorâmica do Castro do Pinheiro

## 12.3. O CASTRO DO PINHEIRO

Descrição do sítio:

É uma elevação que se destaca a meia encosta, no vale do rio Ovelha, de formato mais ou menos cónico, com encostas quase verticais, densamente revestidas de pinheiro-bravo, que propicia uma fácil defesa, designado por castro do Pinheiro, precisamente por estar próximo do lugar que ostenta o mesmo nome, na freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada.

No topo há uma plataforma de contornos ovalizados no sentido Este-Oeste, embora com poucos vestígios da presença humana.

Uma pequena estrutura situada a sudoeste junto a uma enorme massa granítica emergente do solo, continha um pequeno bloco quadrangular, curiosamente trespassado por um orifício circular com cerca de três centímetros de diâmetro, que poderá tratar-se de um local que funcionaria como “prisão de gado”, em tudo semelhante a outros exemplos documentados em locais como Briteiros, Sabroso, Terroso, Santa Luzia, Âncora, entre

outros. Depois de encaixada na estrutura, a pedra com o orifício, serviria para amarrar os animais.

No topo do monte, existe uma pia oval em pleno afloramento rochoso. Os moradores afirmam que por ali existem outras “pias dos mouros”.

Sem que tenha sido possível detectar estruturas que pudessem ser destinadas a habitação, poderá compelir-se a ideia, que este castro teria como principal funcionalidade um objectivo de defesa, sobretudo considerando a topografia do terreno, seria, sem dúvida, um excelente baluarte para os guerreiros castrejos.

O acesso é feito por um caminho em terra batida, que em sucessivos lacetes, conquista o declive da encosta do monte, acabando por bifurcar-se, derivando sensivelmente a meio, com um ramal que segue a norte e um outro que segue precisamente no sentido oposto – a sul, sendo que, este último continua a sua subida, até atingir uma pequena área circular que parece ter sido circundada por uma estrutura de enormes blocos naturais, dispostos de forma mais ou menos circular e provavelmente intencional e artificial, no centro do qual se detecta a existência de um poço. O seu ponto mais alto situa-se nos 444 metros de altitude.

A principal via de acesso ao sopé do castro, deriva precisamente de um largo caminho municipal que faz a ligação entre os lugares de Gouveia (nome que ainda ostenta da sede do antigo concelho de Gouveia de Riba Tâmega, extinto e parte do qual integrado no actual concelho do Marco de Canaveses em 1855), da freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada e a Freguesia da Folhada, precisamente através do Pinheiro e que sobe em direcção a Agrochão. Estabelece a ligação com o caminho que circundava a base da elevação castreja de norte para oeste, onde um estreito carreiro fecha o círculo pelo sul, acompanhando numa centena de metros a vertente mais inclinada do castro, que se torna verdadeiramente inexpugnável, mercê do talude granítico que ali se ergue e que tudo leva a crer que será de talhe artificial. Na vertente norte é também possível detectar este tipo de taludes, mas neste caso escavados apenas na terra.

A elevação castreja é delimitada por duas ténues linhas de água, em sentidos opostos, uma a este e outra a oeste, ambas correndo no entanto no mesmo sentido, de sul para norte, que é precisamente o da inclinação da encosta.

Regista-se como curiosidade que a cerca de quinhentos metros, a sudoeste, se localiza o lugar de Agrochão, topónimo que bem se aplica e qualifica o pequeno planalto

agricultado, onde assenta a pequena aldeola e do outro lado, a cerca de trezentos e cinquenta metros noroeste situa-se o lugar de Pinheiro.

A paisagem em redor é dominada por vários cotos sucessivos conhecidos por “castelos” de um lugar da freguesia de Soalhães, a Venda da Giesta (localizada muito perto do castro de Santiago ou Bogalhos), orientados no sentido nordeste-sudoeste, a uma cota consideravelmente superior (na ordem dos 700 metros). Merece referência neste enquadramento geoestratégico, o alto do Castelo do Mouros, uma pequena elevação cónica de cento e cinquenta metros de altitude, situada precisamente junto da “Ponte do Arco”, e do rio Ovelha.

O castro do Pinheiro é referenciado por José Augusto Vieira (1887, 448), que põe em evidência os “cortes na terra”, numa clara alusão aos taludes artificiais já mencionados, “destinados a cumprir o papel de muralhas, embora sem quaisquer estruturas construídas com blocos de pedra” (VIEIRA, 1887). O Padre Manuel Vieira de Aguiar (1947:340) refere na sua Monografia, a existência de “sólidos vestígios deste castro”, sem contudo justificar a afirmação.

Na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, é feita referência ao castro do Pinheiro, mencionando também a existência na freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada, de um outro castro, neste caso no lugar de S. Jorge (ou Jurge), a cerca de um quilómetro a sudoeste do Pinheiro. De acordo com o artigo;

...Também foi um forte castro, por natureza, o alto, e declivoso monte que cobre a freg. logo ao sul, e ainda chamado de S. Jurge no séc. XIX. O hagiopónimo é antiquíssimo, bastando para isso atender a que não há ali qualquer ermida ou recordação do culto a S. Jorge, a que a devoção a este foi especialmente exercida antes da nacionalidade e nos primeiros séculos. desta, e que a forma jurge é o atestado fonético da antiguidade da designação, isto é, o culto local a S. Jorge (de que Jurge é a forma romance estereotipada). Implantado num alto monte castrejo, este culto pode ser sucessório de outro do paganismo.

(IN:GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, S/D; VOL.34, p.247)

## 13. FICHA DE SÍTIO.º 10\_CASTRO DE QUIRES/S. DOMINGOS

## Sítio/Designação

<b>Castro de Quires/São Domingos</b>			
Distrito	Porto	Concelho	Marco de Canaveses
Freguesia	Vila Boa de Quires e Maureles	Lugar	Crasto de Quires / Castro São Domingos
C.M.P. 1:25 000 folha nº	112	Latitude N	41°12'25,83"
Longitude W (Greenwich)	08°13'29,61"	Altitude (m)	512m
Tipo de sítio	Povoado Fortificado	Período cronológico	Calcolítico/Idade do Bronze/Idade do Ferro/Romanização/Idade Média

## Descrição do sítio

Povoado proto-histórico, envolvido por terrenos agrícolas com abundância de água, defendido com quatro linhas de muralha. Um vasto espaço cuja ocupação se prolongou provavelmente na Idade Média. A par do castro de Arados, o castro de Quires é um dos maiores povoados fortificados proto-históricos de todo o concelho, parecendo constituir, como aquele, um lugar central, com pequenos núcleos de povoamento no seu aro de influência. Os quatro panos de muralhas reforçavam a proteção das zonas menos defensáveis naturalmente, assim como de um fosso localizado a Norte, este parcialmente destruído pela abertura de um estradão em terra batida que circunda todo o povoado. O topo do castro, a que corresponderia, possivelmente, a acrópole, é coroado por um afloramento granítico, onde foi implantada em meados do século passado uma cruz da mesma matéria. A altitude do local é de 512 m. Do espólio recolhido e dado a conhecer merece referir a recolha de fragmentos de pasta bege escura e castanha, com paredes brunidas, de fabrico manual e um fragmento de braçal de arqueiro, que pode ser enquadrado no Calcolítico. Do período subsequente realce para uma asa de fabrico manual, de pasta avermelhada e decorada com incisões paralelas, deste mesmo período assim como uma pequena pedra de amolar de que se vêem vestígios de metal. Da Idade do Ferro destaca-se um pequeno fragmento de cerâmica pertencente a um pote de perfil em "S", decorado em bandas e paredes brunidas interior e exteriormente. Fragmentos de mós de cela e circulares afloram à superfície em grande número assim como fragmentos de tégula e ímbrice, indicadores da existência de construções tipicamente romanas, de que se vêem os topos dos muros principalmente ao nível da terceira plataforma. A localização deste reduto defensivo está seguramente relacionada com a passagem de uma importante via romana na base do monte, a mesma via que atravessava o vale de Croca, servia o castro, ligava à ponte de Canaveses e depois seguia por *Tongobriga*, tendo por destino final *Emerita Augusta*.

## Bibliografia

COSTA AC, 1706: 396; VIEIRA JA, 1887: II, 483; VASCONCELOS JL, 1897, I: 14; VASCONCELOS M, 1914-16; MIRANDA, 1927; SOEIRO, 1984: 44; SILVA JBP, 1992: 55 - 67; MENDES, 1993; SOUSA L, 1996; DIAS LAT, 1997: nº 85; DIAS LAT, 1998: nº 85; CARDOSO, 2003.

Classificação	Sem classificação	Legislação	Não definida
Estado de conservação	Razoável	Uso do solo	Florestal
Ameaças	Vandalismo	Proteção/Vigilância	-----

## Acessos

**Espólio**

## Descrição

Pequenos bronzes, cerâmica indígena e romana.

## Local de depósito

Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto e no Museu da Sociedade Martins Sarmento.

## Observações

13.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_CASTRO DE QUIRES/S. DOMINGOS

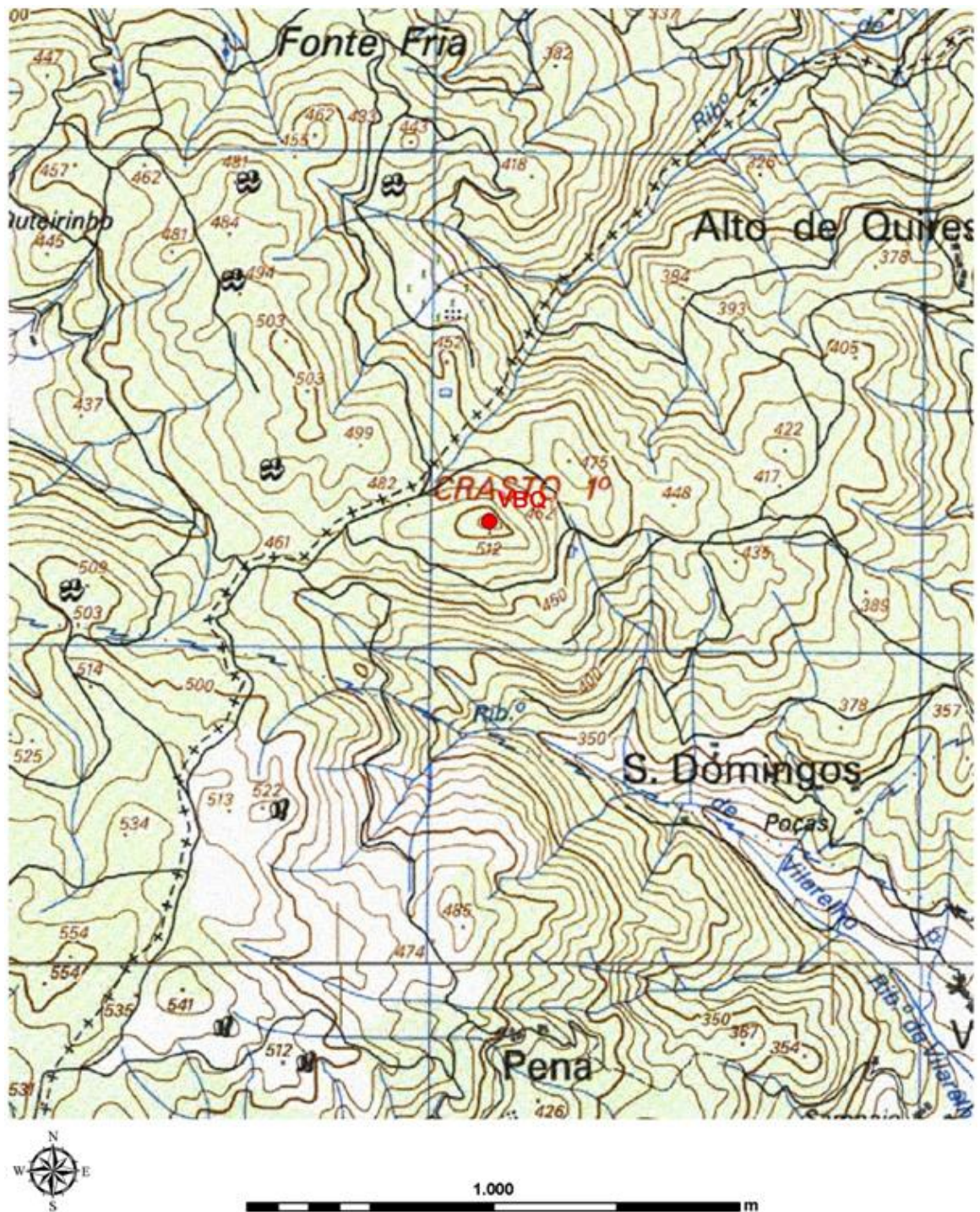


Fig. 34 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 112 (escala modificada)

### 13.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_CASTRO DE QUIRES/S. DOMINGOS



Fig. 35 - Castro de Quires visto de Sul. As morfologias do terreno revelam o complexo sistema defensivo



Fig. 36 - Derrubes da segunda cintura de muralha do castro de Quires



Fig. 37 - Derrubes do sistema defensivo – parte de muralhas e taludes artificiais do castro de Quires, na vertente Sul



Fig. 38 - Vestígios ainda visíveis da antiga via romana/medieval que atravessava o castro de Quires pela vertente sudoeste

### 13.3. O CASTRO DE QUIRES / S. DOMINGOS

Descrição do sítio:

Povoado fortificado, envolvido por terrenos agrícolas com abundância de água, com quatro linhas de muralha, o castro de Quires, é um espaço vasto, cuja ocupação se prolongou no tempo, muito provavelmente na Idade Média. Tem, pois, uma considerável envergadura, onde sobressaem, para além das tradicionais linhas de muralha, inúmeros vestígios de estruturas habitacionais ao nível da primeira e segunda plataforma, a partir do topo, coroado por um afloramento granítico, onde foi implantada, já durante o século passado uma cruz de pedra, a uma altitude de 512 metros.

O castro de Quires aparece, por vezes, também referenciado por “castro de S. Domingos”, devido à sua localização, na proximidade de um casal com este mesmo nome, e muito perto da partilha dos concelhos de Marco de Canaveses e Penafiel.

A par do castro de Arados - o castro de Quires é um dos maiores povoados fortificados proto-históricos de todo o concelho, parecendo constituir, como aquele, um lugar central, com pequenos núcleos de povoamento no seu aro de influência.

Os quatro panos de muralhas, parece indiciar que reforçavam a proteção das zonas menos defensáveis naturalmente, assim como de um fosso localizado a Norte, este parcialmente destruído pela abertura de um estradão em terra batida que circunda todo o povoado. O topo do castro, a que corresponderia, possivelmente, a acrópole, é coroado por um afloramento granítico.

Assente, como de resto é normal nos povoados castrejos, numa elevação natural de encostas bastante abruptas, sobretudo as que se encontram voltadas para sul e este. Nas restantes faces, voltadas para o planalto, tornou-se necessário criar taludes artificiais, sustentados por estruturas de pedra miúda, com cerca de 5 a 6 metros de altura.

Uma calçada provindo de leste, em alguns trechos muitíssimo bem conservada, sobe a encosta até ao sopé do castro, que acompanha no seu lado interno e durante cerca de 100 metros, naquela que é a terceira, mas também a mais larga linha de muralha, que se alarga bastante para o exterior, a sudoeste, para envolver uma crista rochosa que se ergue, quase a pique, sobre o vale de um pequeno curso de água, que os locais apelidam de “ribeiro do Castro”.

No planalto que se ergue para noroeste, mais concretamente num local designado por “Rechã do Chocal”, existe um importante conjunto de mamoas, algumas das quais

devidamente referenciadas. De igual modo, merece também referir, a existência de uma sepultura medieval, que dista cerca de um quilómetro a leste do crasto, em direcção ao lugar de Gaia, que está ligada à lenda dos “Quatro Irmãos”, que dá nome a um lugar da freguesia de Vila Boa de Quires.

A elevação onde se implanta o castro de Vila Boa de Quires, não apresenta muito arvoredos, sobretudo nas vertentes mais inclinadas e fragosas. A norte são visíveis eucaliptos e pinheiros-bravos de grande porte.

O estreito vale, tem uma acentuada inclinação, que representa um espaço até meia-encosta em socacos artificiais, que denotam já ter sido terrenos de cultivo. O primeiro e mais elevado dos socacos ali existentes, situa-se muito perto da terceira linha de muralhas do castro. Numa primeira impressão, tudo parece ter sido abandonado há muitos anos.

Parece que não existem dúvidas, de que o castro de Quires, terá assumido uma enorme importância na região, e que por isso mesmo avocou a meditação de diversos autores, desde logo o padre António Carvalho da Costa, (1706) na sua coreografia, refere; “que no outeiro do Crasto & no Pé do Corvo se vem ruínas de fortificação antiga que devia ser dos Romanos (...)”.

De igual modo Pinho Leal (1875) e Augusto Vieira (1887) em finais do século XIX, abordam o castro de Quires, com as suas ordens de muralhas e vestígios intensos de romanização. Augusto Vieira fala mesmo do “Banho” (resto de uma piscina de mosaico, de seixo preto e quartzo branco), perto da Fonte (resta saber se refere o lugar de Casal da Fonte, muito próximo do lugar de Buriz?) (VIEIRA, 1887)

Abílio Miranda, estudioso penafidense, que por diversas ocasiões versou temáticas relacionadas com assuntos históricos do Marco de Canaveses, abordou o castro de Quires, numa pequena dissertação publicada e intitulada “Penha Fidelis”

Este alto de onde se desfruta um exuberantíssimo panorama, por uma extorsão de conveniências políticas, pertence ao concelho do Marco de Canaveses, pois faz parte da freguesia de Vila Boa de Quires que com a de Maureles desmembraram deste concelho.

Foi um castro romano, e pelos vestígios ainda existentes se vê foi de certa importância. Pela gravura se verificam umas linhas, que são vestígios de edificações, talvez de muralhas.

(MIRANDA, 1927)

Teresa Soeiro, no âmbito de um estudo sobre a romanização, que foi alargado à região entre Sousa e Tâmega e na sequência de uma visita efectuada e que foi

acompanhada de algumas breves sondagens arqueológicas, faz a seguinte referência ao castro de Quires, no Boletim Cultural de Penafiel:

É um povoado importante, a 512 metros de altitude, num cabeço destacado. A sua defesa compreendia pelo menos quatro linhas de muralhas e um fosso, delimitando as três primeiras plataformas concêntricas no alto, e a quarta entendendo-se longamente para rodear um esporão baixo da base do castro. A área envolvida dentro desta última defesa é bastante grande e deveria em parte estar preenchida por construções de que se vêem as cristas dos muros. Muralhas e paredes são em pedra com faces bem picadas e interior cheio por pedras e saibro. A cobertura de muitas casas seria feita por telhas e ímbrices de que restam inúmeros fragmentos de superfície. Moinhos manuais circulares e muitos restos de vasos de cerâmica comum juncam o solo.

Numa visita realizada em 1933, o Professor Santos Júnior trouxe para o Museu de Antropologia fragmentos de cerâmica castreja tardia e galaico-romana, restos de objectos de ferro e três pequenos bronzes do século III dC. Também o Museu Martins Sarmiento expõe cerâmica galaico-romana e medieval proveniente deste castro. As ocupações podem datadas do século I, III-IV dC e Idade Média.

No sopé deste importante Castro passaria um caminho ligando a via que se dirige a Entre-os-Rios à que passa em direcção à ponte de Canaveses. Não muito longe deste trajecto temos a necrópole do lugar da Telha, relacionada possivelmente com um povoado aberto colocado na encosta à cota de 300 metros. Para além do aparecimento de vasos inteiros, cinquenta anos atrás, não temos outras referências a esta estação.”

(SOEIRO, 1984: 44)

Em todas as visitas efectuadas ao local do castro de Quires, tendo por objectivo elaborar esta dissertação, foi possível identificar diversos fragmentos de cerâmica grosseira de cor mais escura – pasta micácea. Fragmentos de telha e do que poderá ser um bojo de um recipiente, tipo “pote” de grandes dimensões, deixados propositadamente no local.

Temos conhecimento que nos últimos anos, alguns alunos da Escola Profissional de Arqueologia e do Gabinete de Estudos da Área Arqueológica do Freixo – Tongobriga, efectuaram algumas prospecções. Do espólio recolhido merece referência a recolha de fragmentos de pasta bege escura e castanha, com paredes brunidas, de fabrico manual e um fragmento de braçal de arqueiro, que tudo indica, enquadrados no Calcolítico.

Do período subsequente realce para uma asa de fabrico manual, de pasta avermelhada e decorada com incisões paralelas, deste mesmo período, que deverá pertencer ainda uma pequena pedra de amolar de que se veem vestígios de metal.

Da Idade do Ferro destaca-se um pequeno fragmento de cerâmica pertencente a um pote de perfil em “S”, decorado em bandas e paredes brunidas interior e exteriormente que,

Armando Coelho Ferreira da Silva, enquadra no séc. V a.C., ou seja, Fase II da Cultura Castreja. (SILVA, 1986). Fragmentos de mós de cela e circulares afloram à superfície em grande número assim como fragmentos de tégula e ímbrice, indicadores da existência de construções tipicamente romanas, de que se veem os topos dos muros principalmente ao nível da terceira plataforma.

No topo do castro de Quires, é possível desfrutar de uma vasta panorâmica em redor, ressaltando à vista no lado sudeste; o Alto do Facho, em Mexide, Vila Boa do Bispo e limites de S. Lourenço do Douro. Os diferentes picotos de Montedeiras, onde sobressai o “Castro Boi” e claro, o Freixo – Tongobriga. A Oeste, as alturas de Pedrantil. Com o alto de Cristelo e um pouco mais distante o castro de Santa Marta, todos no vizinho concelho de Penafiel. A sudoeste Vila Cova de Vez de Aviz e Abragão, com os altos do Picoto e do Crasto, respectivamente. A nordeste, os altos da Senhora da Graça em Amarante, e do Crasto Ladoeiro em Banho e Carvalhosa. E a leste toda a Serra da Aboboreira, onde se situam os castros de Pinheiro, Várzea de Ovelha e Aliviada e S. Tiago, Soalhães. Mais perto da sua confluência o Alto de Facho em Maureles.

Na “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, o castro de Quires aparece designado por “S. Domingos”, aonde pode ler-se toda uma série de situações que nada tem a ver com a realidade;

O castro é o de S. Domingos num monte (Alto do Crasto) ao poente da sede paroquial e que descai para esta: e este castro pode considerar-se talvez como a matriz de algumas das várias “villas” agrárias que existiram no seu sopé, devendo-se a sua designação a qualquer ermida que tivesse existido junto dele, dedicada ao santo mártir de Córdova, que viveu no séc. X e logo adquiriu por toda a Península Cristã a maior devoção. Não seria de surpreender ter-se erguido aqui ermida sobre os restos de algum templo pagão, mais ou menos humilde.

(IN:GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, S/D; VOL.35, p.361)

O texto prossegue com uma alusão ao dólmen da Portela e às sepulturas escavadas na rocha que lhe estão próximas. Só que neste caso em concreto o referido dólmen, está situado na Portela do Monte, que pertence à freguesia de Santa Marta, concelho de Penafiel, e não Vila Boa de Quires.

O casal de S. Domingos juntamente com o de Poças está situado no sopé do monte, a cerca de 500 metros do casal do Castro e a 800 metros do Alto do Crasto. Não existem indícios arqueológicos de qualquer capela de invocação a S. Domingos nem sequer dados sobre a sua existência, o que não significa que não possa ter existido. O padre Domingos

Moreira, na extensa documentação que recolheu e compulsou (1973) sobretudo do período medieval e moderno e referindo-se em concreto à Diocese do Porto, não encontrou qualquer referência a S. Domingos em Vila Boa de Quires.

A oeste do castro de Quires, logo após o profundo vale da ribeira do Castro, onde se integra uma antiga casa rural, eleva-se um extenso plateau que se prolonga a oeste por cerca de um quilómetro e meio. Do ponto de vista da paisagem, este é um local que se insere numa belíssima parcela do território concelhio detentora de características genuínas que será de todo o interesse preservar como testemunho de outras eras..

A localização deste reduto defensivo poderá estar relacionada com a passagem de uma importante via romana na base do monte, a mesma via que atravessava o vale de Croca, servia o castro, ligava à ponte de Canaveses e depois seguia por *Tongobriga*, tendo por destino final *Emerita Augusta*.

## 14. FICHA DE SÍTIO N.º 11\_CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS

## Sítio/ Designação

<b>Castro de Santiago ou Bogalhos</b>			
Distrito	<input type="text" value="Porto"/>	Concelho	<input type="text" value="Marco de Canaveses"/>
Freguesia	<input type="text" value="Soalhães"/>	Lugar	<input type="text" value="Santiago /S. Tiago / Bogalhos"/>
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	<input type="text" value="125"/>	Latitude N	<input type="text" value="41°10'49,06"/>
Longitude W (Greenwich)	<input type="text" value="08°04'56,09"/>	Altitude (m)	<input type="text" value="494m"/>
Tipo de sítio	<input type="text" value="Povoado Fortificado"/>	Período cronológico	<input type="text" value="Idade do Ferro/Época Romana"/>

## Descrição do sítio

Castro delimitado por três linhas de muralhas, em alguns locais ainda visíveis e em razoável estado. De acordo com alguns autores, que se debruçaram sobre este castro, aqui foram recolhidos fragmentos de ânforas, telhas e fusaiolas. Fora das muralhas mas em terrenos próximos, haveria um forno cerâmico romano. No seu topo, existe uma pequena capela, dedicada a Santiago, em cuja parede se encontra embutida uma inscrição de cronologia indeterminada. Arqueossítio inventariado na Base de Dados Endovélico-IGESPAR sob o n.º 135. No terreno é possível observar vários talhes nos penedos, bem como alguns alinhamentos de muros. As obras que foram feitas no final do século passado, como as casas de banho e a escadaria destruíram e descaracterizaram parte do sítio. O local encontra-se muito próximo da “Gruta das Coriscadas”.

## Bibliografia

VIEIRA JA, 1887: 492; SARMENTO M, 1901: 177-78; VASCONCELOS JL, 1901: 177-78; AGUIAR MV, 1947: 296; JORGE, 1990: 311; SILVA JBP, 1992: 83-93; DIAS LAT, 1997; n.º 76; DIAS LAT, 1998: n.º 76; MOTA, 2001; PEREIRA, 2002.

Classificação	<input type="text" value="Sem classificação"/>	Legislação	<input type="text" value="Não definida"/>
Estado de conservação	<input type="text" value="Regular"/>	Uso do solo	<input type="text" value="Florestal"/>
Ameaças	<input type="text" value="Vegetação/Incêndios"/>	Protecção/Vigilância	<input type="text" value="-----"/>

Acessos

## Espólio

## Descrição

Sobretudo fragmentos de materiais de construção romanos.

## Local de depósito

Não foram recolhidos os fragmentos identificados.

Observações

14. 1. Ficha Cartográfica de Sítio\_ CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS

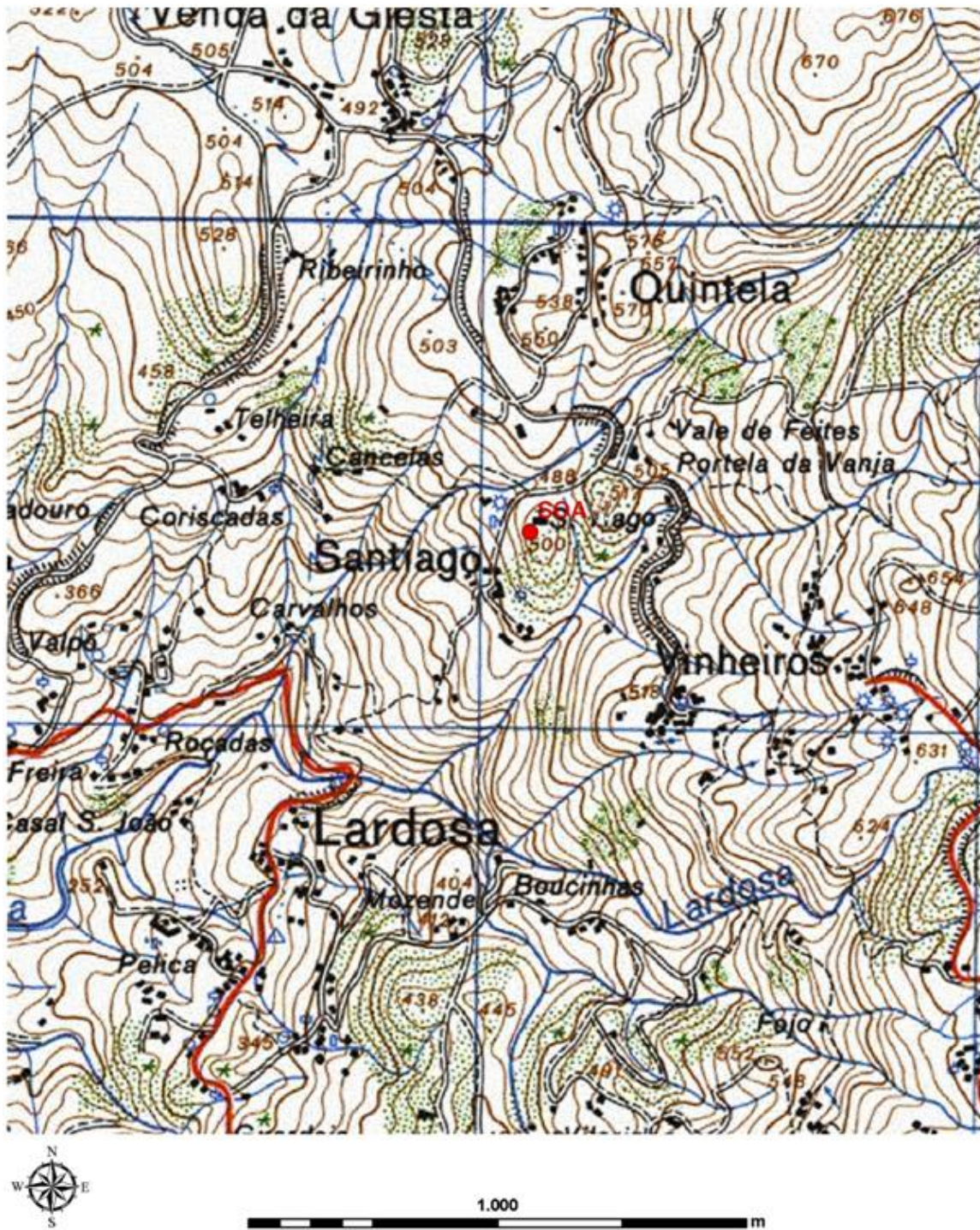


Fig. 39 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 125 (Escala modificada)

**14.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS**



Fig. 40 - Escadaria de acesso ao topo do outeiro do Castro de Santiago/Bogalhos e à capela aí implantada



Fig. 41 - Pia escavada na rocha presente no cume do castro de Santiago



Fig. 42 - Capela de Santiago que dá o nome ao povoado, que se encontrava abandonado e que foi alvo de várias obras no final do Séc. XX

### 14.3. CASTRO SANTIAGO / BOGALHOS

Descrição do sítio:

Na freguesia de Soalhães, entrecortadas entre os lugares de Quintela, a norte, e Vinheiros a sul, encontram-se duas elevações, de forma sensivelmente cónicas. Seguindo o sentido nordeste-sudoeste, sobressai num dos topos, uma pequena capela, dedicada a Santiago, em cuja parede se encontra embutida uma inscrição de cronologia indeterminada.

A primeira impressão que resulta da avaliação a todo o espaço envolvente não deixa qualquer dúvida de estarmos na presença de um antigo povoado – um “Castro” delimitado por três linhas de muralhas.

Ao longo do tempo, terão sido recolhidos fragmentos de ânforas, telhas e fusaiolas.

Fora das muralhas mas em terrenos próximos, existiria um forno cerâmico romano. A descoberta deste forno terá sido feita durante os trabalhos de alargamento do caminho municipal, que faz a ligação entre as freguesias de Tabuado e Soalhães. Depois de descoberto, terá sido destruído. (JORGE, 1990:311).

Na elevação contígua à da capela, onde apesar de não existirem vestígios de muralhas, nem cerâmicas, encontra-se uma casa em construção, que há muitos anos parada.

Ali bem perto, em linha de vista e apenas a cerca de quinhentos metros, no sentido oeste, separado por um pequeno vale, cortado por um regato de água, está situado o monte Entrudo, onde em finais do século XIX, foi descoberta na “Gruta das Coriscadas”, importante espólio em pedra polida, que se encontram depositados do Museu Martins Sarmiento, em Guimarães. (CARDOSO, 1950:478)

A nordeste e numa cota notavelmente superior, situam-se os planaltos da serra da Aboboreira, com o seu célebre e importante conjunto dolménico, que tem vindo a ser objecto de estudo desde a década de oitenta do século XX.

O Castro de Santiago está identificado: Arqueossítio inventariado na Base de Dados Endovélico-IGESPAR/DGPC sob o nº 135.

No terreno podemos observar vários talhes nos penedos, bem como alguns alinhamentos de muros. As obras que foram feitas como as casas de banho e a escadaria destruíram e descaracterizaram parte do sítio.

Apesar de não ser muito conhecido, localmente pelo usual topónimo “castro”, o que de alguma forma representa uma espécie de raridade, não deixa contudo de se assumir como um dos mais interessantes exemplares, encontrados na área geográfico/administrativa do concelho marcuense. As populações referem-se a este local, apenas pelo topónimo que adveio da cristianização – S. Tiago, e mesmo pelo diminutivo, S. Tiaguinho, o orago da capela que ali existe, cujas obras de recuperação e requalificação do espaço, realizadas entre os finais do séculos passado e o alvor do novo século, acabaram por destruir parte do espólio e das linhas de muralhas.

Duas linhas de água, delimitam o monte de S. Tiago, que correm orientadas de nordeste para sudoeste.

Em alguns locais, mantêm-se perfeitamente visíveis troços das três muralhas, que acabam por formar e delimitar outros tantos sucessos anéis, onde a espaços, se apresentam aproveitados os afloramentos e blocos graníticos naturais, que passam a integrar as estruturas. As três linhas de muralha, estruturas defensivas artificiais, apresentam-se construídas com recurso a pequenas pedras rudemente afeiçoadas, ora com enormes blocos em bruto, do aparelho ciclópico, merecendo especial referência a última e mais alargada, porque apresenta um vasto perímetro, com uma largura máxima que rondará os cento e cinquenta metros, para um comprimento de duzentos e cinquenta metros, situando-se na cota dos 440 metros de altitude.

A segunda estrutura defensiva, encontra-se cerca de vinte metros mais acima terá uma medida entre os cem metros, por cento e vinte.

No que diz respeito à primeira linha de muralha apresenta um perímetro mais curto, com cerca de sessenta metros por setenta, circundando a coroa, precisamente no local onde se encontra a já referida capela, orientada no sentido este/oeste, à altitude dos 500 metros.

Esta última plataforma é bastante regular, e mesmo apesar de todas as intervenções ali efetuadas, ainda hoje são possíveis de descobrir vestígios de habitações castrejas, talvez mesmo, uma dezena, esboçadas entre os vários montões circulares de pedras de aparelho miúdo, sobretudo nas traseiras da capela, à esquerda do caminho que a ela dá acesso. Aí, se encontra também uma pia quadrangular, num afloramento raso ao solo, bem conservada e quase perfeita. Nos afloramentos rochosos naturais, é possível também visualizar uma série de outras pias, redondas e ovais, sobretudo frente à fachada principal da capela.

O acesso à parte superior do castro é feito através de uma escadaria, cuja construção, e já, aquando da abertura de um caminho, que a antecedeu, contribuiu de sobremaneira para a destruição de algumas estruturas habitacionais. A sul existe também um outro caminho de acesso, que circunda a elevação ao longo da segunda linha defensiva, rodeando-a pela encosta do lado Este.

O solo da elevação onde assenta o castro é bastante pedregoso, com algumas massas graníticas de grandes dimensões, que se destacam no terreno. O granito de grão fino, surge nas estruturas ali detectadas. A vegetação, não sendo densa, é composta por pinheiros bravos, eucaliptos, pequenos carvalhos e em alguns locais, sobretudo um vasto giestal.

Este castro, a exemplo de todos os outros existentes no concelho do Marco de Canaveses, nunca foi alvo de escavações arqueológicas sistemáticas e científicas. O espólio nele existente foi sendo recolhido ao longo dos tempos e muito provavelmente depositado em mãos erradas, algum outro, contudo, estará na posse das famílias ou instituições, pelas breves visitas, que alguns estudiosos foram realizando ao longo dos tempos ao local, sobretudo desde finais do século XIX.

Fragmentos de cerâmica negra, pasta fina, pequenos pedaços de tegulae e imbrice são detectados à superfície. Uma certeza parece ressaltar, quando se examina o espaço: Uma metódica pesquisa arqueológica, permitiria certamente recolher um importante

manancial de informações, mesmo depois de todos os erros e atentados patrimoniais ali registados.

Uma carta de Martins Sarmiento (1882) publicada no “Archeologo Português” em 1901, dirigida a José de Barros, descreve interessantes referências sobre este castro:

Tenho em meu poder as duas cartas de V. Ex.<sup>a</sup> e a lata com os objectos encontrados no monte de S. Thiago (este castro fica perto da celebre gruta ou lapa das Coriscadas; tem ainda muralhas; e ahi há penedos ou covinhas, e tem-se encontrado resto de cerâmica romana e pré-romana) e proximidades. A lata não tardará a ser devolvida.

Entre os objectos de barro há um fragmento de asa de amphora. Isso e os pedaços de telha com rebordo indicam uma influencia romana – o que não quer dizer de modo algum que as povoações do typo de S. Thiago não sejam lusitanas ‘pur sang’; mas simplesmente que subsistiram ainda depois da conquista romana, e que a sua gente se romanizou mais ou menos. (...)

O planalto do monte de S. Thiago deve conter muita curiosidade. Pena tenho de o não poder trazer para as minhas vizinhanças. Hei-de porém visitá-lo. O que é indispensável é apanhar a pedra, hoje na parede, com o esboço de uma cara humana, e V. Ex.<sup>a</sup> tem de certo a bondade de me saber nas horas vagas, e em ocasião oportuna, por que canal a poderei obter, barata ou cara. Isso pode indemnizar a gente da perda da “cabeça de cavallo”, de que me fala também. Mas não existirão ainda fragmentos d’ella? Tudo isto são preciosidades. Eu tenho coligido algumas differentes partes e continuarei a colligi-las com a boa esperanza de ver aqui em Guimarães um pequeno “museu archeologico”, ao qual as darei.

Em todo o caso a descripção exacta da celebre cabeça, o modo por que estava encaixada no penedo, seria importante. (...)

O bocado de louça circular com um buraco no centro é cousa minha conhecida. É uma fusaiola económica. As perfeitas, que apparecem ás dúzias na Citania e Sabroso, como em Troia, na Suissa, Italia, etc., são esferas de barro achatadas, e algumas com signaes symboliccos. Na Citania, porém, apparecem as que eu chamo fusaiolas económicas, porque são aproveitadas de um caco qualquer, enquanto as outras são obra de um oleiro.”

(SARMENTO, 1882/1901: 177-178)

O castro de S. Tiago continuou a atrair as atenções de vários arqueólogos, historiadores ou simples curiosos. por exemplo, José Augusto Vieira (1887), referia em o Minho Pitoresco: “No crasto dos Bogalhos, onde está a capella de S. Thiago, notam-se também vestígios de muralhas, e teem aparecido fragmentos de cerâmica, fragmentos que o povo diz serem os cacos da louça que ahi veiu quebrar a cobra moura.” (VIEIRA, 1887)

É sem dúvida curioso como esta designação de “crasto dos Bogalhos”, parece ser desconhecida por ali, já que também, em finais do século XIX, João de Vasconcelos lhe faz referência:

“por cima de Lardosa, há a capela de S. Thiago no monte dos Bugalhos. He castro com restos de muralha, arruinada, parece que um resto de calçada, cavidades nos penedos, fossetas em várias pedras, cacos de barro cosido, restos de atalaias e dos muros defensivos, etc.”.

(VASCONCELOS, S/D)

Cerca de meio século depois, o Padre Manuel Vieira de Aguiar (1947), na monografia concelhia referia também: “Nos altos da Pena e dos Bogalhos a uma altitude de 505 m, onde foi edificada uma capela a SW. Tiago, ainda hoje se pode observar os restos das muralhas de antigos crastos” (AGUIAR, 1947).

Ali perto, e apenas por tentativa de esclarecer esta referência a Bogalhos, constatamos que existe um pequeno lugar, que dista cerca de 2 quilómetros, já localizado no concelho de Baião, uma pequena elevação com uma capela, que é a capela de S. Brás dos Bogalhos, lugarejo de Almofrela, freguesia de S. João de Ovil, Será que daqui resulta alguma possível confusão?

## 15. FICHA DE SÍTIO N.º 12\_ CASTRO SOALHÃO/SOLHÃO

## Sítio/ Designação:

<b>Castro Soalhão ou Alto do Castelo do Crasto</b>			
Distrito	<input type="text" value="Porto"/>	Concelho	<input type="text" value="Marco de Canaveses"/>
Freguesia	<input type="text" value="Soalhães"/>	Lugar	<input type="text" value="Crasto"/>
C.M.P. 1:25 000 folha n.º	<input type="text" value="125"/>	Latitude N	<input type="text" value="41°08'26,51"/>
Longitude W (Greenwich)	<input type="text" value="08°06'04,31"/>	Altitude (m)	<input type="text" value="444m"/>
Tipo de sítio	<input type="text" value="Povoado Fortificado"/>	Período cronológico	<input type="text" value="Idade do Ferro/Época Romana"/>

## Descrição do sítio

Designado por “Alto do Castelo do Crasto”, ou “Castro Soalhão”, como também é conhecido, é uma importante estação arqueológica, que abrange um conjunto de três cabeços contíguos, com inequívocos vestígios de ocupação romana e também medieval, dominando uma zona de vale – Vale Trajano - onde passava a via romana que ligava Braga a Mérida. A algumas centenas de metros, ainda junto da estrada, terá havido uma necrópole de incineração, de cujo espólio se desconhece o paradeiro.

Da ocupação de época romana, realçam-se três linhas de muralha e um fosso do lado Este, para além de vestígios de casas de planta circular (DIAs,1997;1998). Ainda hoje são observáveis muitas outras estruturas (e/ou os respectivos negativos), das quais se salientam alinhamentos de orifícios circulares parecendo formar bases de “paliçadas”; negativos de assentamento de silhares graníticos, negativos estes aparentemente associados às fundações de um espesso muro (muralha?), bases de construções de planta circular, quadrangular ou rectangular e encaixes para travejamento.

Em termos de materiais de superfície, regista-se a abundância de tégula em todo o sítio arqueológico, bem como cerâmica comum romana, à qual acresce, sobretudo no cabeço mais elevado, abundante cerâmica de cronologia claramente medieval. É possível que algumas das estruturas detectadas sejam de construção (ou reconstrução) medieval. Acresce que o Alto do Castelo de Crasto deverá corresponder ao *mons Genestazolo*, citado desde o ano de 875 na documentação medieval, e associado ao antigo mosteiro de São Martinho de Soalhães (LIMA, 1993).

## Bibliografia

VIEIRA JA, 1887, II: 495-496; VASCONCELOS M, 1914-1916: 327-29; FONSECA, 1930: 57-8; CRUZ, 1985: 107-108; SILVA. ACF, 1986: 86; SILVA JBP, 1992: 69-82; GOMES, 1993; LIMA, 1993; MOTA, 2001; PEREIRA, 2002.

Classificação	<input type="text" value="Sem classificação"/>	Legislação	<input type="text" value="Não definida"/>
Estado de conservação	<input type="text" value="Regular"/>	Uso do solo	<input type="text" value="Florestal"/>
Ameaças	<input type="text" value="Vegetação"/>	Protecção/Vigilância	<input type="text" value="-----"/>

Acessos

## Espólio

## Descrição

Fragmentos de cerâmica identificados com a Idade do Ferro, romano e medieval, além de materiais de construção romanos.

## Local de depósito

Não foi recolhido o espólio detetado, tendo sido deixado no local.

Observações

15.1. Ficha Cartográfica de Sítio\_ CASTRO SOALHÃO/SOLHÃO



Fig. 43 - Excerto da Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Folha nº 125 (Escala modificada)

## 15.2. Ficha Fotográfica de Sítio\_ CASTRO SOALHÃO/SOLHÃO



Fig. 44 - Panorâmica do Castro Soalhão

## 15.3. CASTRO SOALHÃO

Descrição do Sítio:

O “Castro Soalhão”, também conhecido e designado por “Alto do Castelo do Crasto”, é uma importante estação arqueológica, que abrange um conjunto de três cabeços contíguos, com inequívocos vestígios de ocupação romana e também medieval, dominando uma zona de vale – Vale Trajano - onde passava a via romana que ligava Braga a Mérida.

Situado numa crista da encosta oeste, naquele que pode ser considerado, como último prolongamento, a sul da Serra da Aboboreira, nos limites da divisão geográfica das freguesias de Soalhães, concelho do Marco de Canaveses, e Mesquinhata, no concelho de Baião.

No longo e estreito planalto que se ergue, um pouco mais acima, está o “Chã de Carvalhal”, local onde se encontram três mamoas, que foram objecto de escavação arqueológica. Relativamente próximo, encontram-se os povoados Lavra I e II.

Ao longo dos tempos, o castro Soalhão despertou o interesse de algumas figuras da historiografia marcuense, que legaram importantes notas sobre o mesmo, sem contudo ter sido alvo, alguma vez (pelo menos conhecido) de um estudo/escavação arqueológico, mesmo com todas as evidências que apresenta, com inúmeros fragmentos de materiais que afloram à superfície. Ali perto, a algumas centenas de metros, ainda junto da estrada, terá existido uma necrópole de incineração, de cujo espólio se desconhece o paradeiro.

Merece realçar três linhas de muralha e um fosso do lado Este, para além de vestígios de casas de planta circular (DIAS, 1997;1998). Ainda hoje são observáveis muitas outras estruturas (e/ou os respectivos negativos), das quais se salientam alinhamentos de orifícios circulares parecendo formar bases de “paliçadas”; negativos de assentamento de silhares graníticos, negativos estes aparentemente associados às fundações de um espesso muro ou muralha, bases de construções de planta circular, quadrangular ou rectangular e encaixes para travejamento.

Em termos de materiais de superfície, regista-se a abundância de tégula em todo o sítio arqueológico, bem como cerâmica comum romana, à qual acresce, sobretudo no cabeço mais elevado, abundante cerâmica de cronologia claramente medieval. É possível que algumas das estruturas detectadas sejam de construção (ou reconstrução) medieval.

O Alto do Castelo de Crasto poderá corresponder ao *mons Genestazolo*, citado desde o ano de 875 na documentação medieval, e associado ao antigo mosteiro de São Martinho de Soalhães (LIMA, 1993).

No sopé da crista onde se ergue o castro Soalhão, do lado sudoeste, encontram-se as ruínas de uma casa conhecida por “casa da quinta do Crasto”, que se degradou em poucos anos, uma vez que os moradores ali da zona confirmam que a mesma foi habitada, até à década de oitenta do século passado. A planta em “L” contém paredes dobradas, alpendre e colunas de fuste de secção hexagonal, e onde não faltam mesmos os característicos bancos de pedra no interior junto das janelas.

Os vestígios deste castro foram salvos “in-extremis”, no início da década de noventa, do século passado, quando decidiram proceder ao desbravamento e terraplanagem em socalcos, destinados à plantação de eucaliptos e só travado em devido tempo, pela

actuação da direcção dos Serviços de Arqueologia da Zona Norte, do então IPPC - Instituto Português do Património Cultural.

No caminho de acesso ao castro, partindo da EN 211, de difícil acesso, apresenta a partir de determinada altura uma calçada aparentemente de feição romana, com troços em alguns locais bem conservados, que deriva do lugar de Outeiro, descendo depois em sucessivos cotovelos até atingir um pequeno curso de água que se encontra contido por uma pequena represa, subindo a partir daí até ao Crasto, numa nova série de apertados lacetes, com a particularidade dos pontos inicial e final são coincidentes. A partir da represa o lajeado torna-se bastante irregular. Em dado momento torna-se possível detectar, incrustada no chão, a servir de laje, uma pedra de mó, onde os contornos e os orifícios se apresentam apenas esboçados. A apenas vinte metros pode também observar-se parte de um estrutura defensiva, provavelmente daquela que seria a segunda linha muralha, cujo formato, grosseiramente ovoide, se alarga no sentido este-oeste. Curiosamente a partir daqui, a calçada acompanha a estrutura defensiva, pelo lado exterior, inflectindo depois para a direita em direcção ao topo da crista.

No topo, também ele de formato ovoide, que se alarga no já referido sentido este-oeste, persiste ainda uma grande quantidade de blocos aparelhados, alguns esboçando ainda à superfície, o formato circular que corresponde aquilo que são as estruturas habitacionais e uma primeira linha de muralhas, onde são visíveis troços bem conservados. O aparelho é miúdo e tipicamente castrejos, onde são visíveis inúmeros entalhes nos afloramentos graníticos que se erguem e que “parecem” indiciar a existência de estruturas ali assentes. Também por ali abundam os típicos buracos de poste de formato circular, tal como pias com sulcos para escoamento das águas, e mesmo um entalhe semi-circular, que se encontra a oeste e em cota inferior, poderá ter servido de base para apoio de parte da estrutura de uma casa.

A largura máxima desta zona sobrelevada (sentido este-oeste) rondará os 50 metros, por 100 metros de comprimento, numa cota máxima de 422 metros. No extremo este, e com cerca de cinco metros de altura, está um afloramento granítico, que daria um excelente posto de observação.

Regista-se que toda a área geográfica deste castro, sobretudo a partir da segunda linha defensiva, se encontra florestada, e onde são possíveis de detectar; carvalhos e pinheiros bravos, alguns de porte considerável, mas onde é também evidente que as

consequências catastróficas dos incêndios florestais deixaram marca evidente na paisagem.

Fica a sensação que, pela sua posição estratégica e pela área envolvente, muito próxima dos padrões autóctones, os primeiros habitantes fizeram daquele local uma escolha privilegiada, com vista sobre todo o vale do Juncal, mas muito difícil de desbravar.

Como é hábito – nestes casos - as pias e buracos de poste escavados nos afloramentos graníticos foram descritos e efabulados pelas populações das redondezas como “sendo as pias onde os mouros davam de beber aos cavalos”.

As “Memórias Paroquiais de 1758” referem a existência, à época de uma capela na casa do Crasto, e que seria a capela de “Nossa Senhora da Conceição”. Por ali não há, pelo menos aparentemente rasto, mesmo entre as ruínas que ainda ali se detectam.

Entre os manuscritos de João de Vasconcellos, encontram-se algumas referências ao Crasto: “Na quinta do Crasto há um monte do Castelo, com vestígios de crasto, sendo visíveis restos de muralha e pedra solta de edificação. Aparecem cacos, tijolos, etc. Junta da casa da quinta há uma ou mais pias de pedra e grande muro.” (VASCONCELOS, S/D)

Um pouco mais detalhada é a descrição de Crispiniano da Fonseca, na sua obra, “Um Crime Atroz e Horrroso”:

N’este ponto (Castelo de Castro), no ano passado explorado por nós, família Serpa Pinto e o professor primário aposentado de Soalhães, A. Cerqueira, encontram-se tégulas, escomalha de ferro, silharia romana que devia pertencer ao castro, pias muito profundas e largas em grande quantidade e excavações nas lages, espécies de plantafórmãs, que deviam ser utilizadas como degraus de acesso e para assento das pilastras onde houvesse construcções.

O Castelo do Castro fica a meio caminho de Soalhães ao alto dos Encavalados, n’um outeiro conico, á margem do caminho. O sítio é agreste, mas imensamente pitoresco e de uma vegetação ubérrima.

Devido a esta circunstância, são difíceis quaesquer pesquisas, pois o mato de giestas seculares, os pinheiros e carvalhos espessos tornam o sitio impenetrável e desorientam por completo. O castelo pertence á casa solarenga que se encontra no sopé do monte, com o nome de casa do Castro, o qual foi, há cerca de um seculo comprado pela família Vasconcelos de Quintã. A casa do Castro, pela sua construcção, denota ter sido habitada por família ilustre abastada, posto se não encontre n’ela brazão. Em uma das paredes vê-se uma cruz de dois braços, que parece indicar ter sido pertença dos antigos abades prelaticos de Soalhães ou de qualquer ordem religiosa.

N’um penedo que se vê na mesma propriedade cerca do caminho encontra-se a seguinte misteriosa inscripção: J E E.”

Aquele caminho e antiga via romana, passando na base do monte do Castelo dirige-se pelo alto dos Encavalados para a povoação de Mesquinhata, do concelho de Beião. O nome de

Mesquinhata deve ser de origem arabe, significando o mesmo que povoa ou povoação insignificante.”

(FONSECA, 1930: 57-58)

Curiosamente os autores referem-se ao lugar em questão, como “Castelo de Crasto” (ou Castro), e nunca como “Crasto Soalhão” (ou Solhão).

Uma lenda que José Augusto Vieira (1887) publica em “O Minho Pitoresco”, pode ajudar a clarificar a questão da designação:

“Veja o leitor, por exemplo, o contraste que existe entre uma lenda que acebei de contar-lhe e est’outra que vou esboçar, referida ao lugar de Crasto-solhão, e que é verdadeiramente uma lenda lubrica que ali se conta com duas variantes.

“N’esse lugar viviam em uma torre duas irmãs – a outra variante diz uma senhora só – unicamente servidas por um preto. A sua formosura attrahia em todos os mancebos, que ellas acolhiam de maneira mais gentil. Convidavam-nos a dormir com elas, e depois, quando de todas esgotadas as suas forças, só os deixavam sahir, se por acaso apareciam outros que os substituíssem. Não havendo substitutos metiam-nos no soturno, lugar escuro da casa, que se não via dos caminhos, e ahi esperavam que eles recuperassam as forças para novas batalhas de amor. Séde vaccante o preto era encarregado de ... officiar, assim como também o mister de assassinar as creanças que ellas dessem á luz, enterrando-as no soturno, o que elle fazia, diz a lenda, debulhado em lagrimas, por serem muitas vezes os próprios filhos que tinha de enterrar.”

Não haverá n’esta lenda um vestígio do culto a Venus ou Saturno?”

(VIEIRA, 1887: 495-496)

Nos últimos anos, com o desaparecimento do denso carvalhal e toda a vegetação, permitiram colocar à vista desarmada, os vestígios das estruturas, entalhes e algum espólio do castro. Tornou igualmente possível detectar a existência de um edifício de planta circular ou ligeiramente ovalizado, em “opus quadratum”. Para além de uma infinidade de fragmentos de tegulae e imbrex que juncam o solo, de mistura com os silhares. Buracos de poste nos afloramentos graníticos. Pias circulares são também detectados por ali.

Os vestígios de construções são porém mais evidentes na plataforma superior (entre quatro a seis), a que se juntam mais duas na segunda plataforma, que se estende para oeste. Para além do trecho de muralha que ladeia a calçada de acesso ao castro pela encosta norte, existem vestígios de uma segunda e terceira muralha, enquanto do lado este, é possível identificar um fosso que faz a separação entre a crista castreja do alto da Ventosa, que se encontra a uma altitude de 568 metros, nessa mesma direcção. A cerâmica de superfície de pasta cinzenta escura grosseira e micácea encontra-se muito fragmentada. As paredes são

espessas. Igualmente é possível detectar pedaços de bordo e de fundo, que terão pertencido a recipientes de grandes dimensões e boca larga, que tudo indica, serão pedaços de cerâmica comum castreja, sem decoração e que contrasta com as evidências de romanização patentes em diversos vestígios.

A via romana, identificada por Crispiniano da Fonseca (1930), na obra “Um Crime Atroz e Horroroso”, poderá ser comprovada pelo aparecimento de um marco miliário, no lugar da Carreirinha, freguesia do Grilo, mas já no concelho de Baião.

Entre estas duas povoações, (Mesquinhata, que é contígua ao Castro Soalhão, e Gôve), na propriedade da Carreirinha, da freguesia do Grilo, foi há tempo tampo achada uma pedra de forma cilíndrica de 1n,50 de altura e 0m,50 de diâmetro, enterrado a prumo em um campo de milho, por baixo do dito caminho e á distância de 25 metros d’este. Foi uma enxurrada que a arrastou do sitio em que, durante seculos esteve escondida aos olhos dos arqueologos e dos amadores d’estas cousas. Foi o proprietário da casa da Ribeira e amigo, Diogo Fradique Beja, que nos deu noticia desta preciosa descoberta.

Examinada, encontremos n’ela a seguinte inscripção;

**CAES. PVBL.**

**CINIO. VALERIANO**

**GALLIENO GERMA**

**NICO. INVICTO. PIO**

**LICI.AVG.PONT.**

**MAXIMO. ...IRIB. POL**

**COS. PRO. CONS. P. P.**

Tudo faz crer que se trata de um marco miliário que primitivamente assentava à margem da via romana. Derrubado por qualquer circunstância, ficou soterrado até que a enxurrada o pôs a descoberto e o arrastou até ao campo adjacente até ao campo subjacente. Por sorte os trabalhadores que o encontraram e viram n’ele as letras, pouparam-nos, conjecturando que elle continha uma memoria, possivelmente religiosa que convinha guardar.

Remetida uma cópia da inscripção ao reitor de Baçal, ver. Francisco Manoel Alves, enviou-nos a tradução, quye reputamos exacta , atenta as observações que ela faz sobre a falta de letras e que veio corrigir aquela que nós lhe tínhamos enviado.

Eis a tradução:

Ao Caezer Publio Licinio Valeriano, germanico, invicto, pio, feliz, augusto, pontífice máximo, da tribunícia potestade, cônsul, procônsul, pai da Patria.

O granito em que se encontra a inscripção é do chamado de dente de cavalo com pedaços de sílex, pouco recomendado para trabalhos desta natureza. O canteiro realizou, pois, um milangre, conseguindo abrir as letras com tanta perícia e dar ás linhas a regularidade que apresenta. É possível, portanto, que antes da palavra CINIO, houvesse um LI; ante de LICI,

FE, que o I inicial de IRIB, seja um T e o L de POL um T, também. O penúltimo T foi-nos revelado na prova photographica.

A base da pedra foi devidamente examinada, não se encontrando mais nenhuma letra.

Trata-se, pois, de uma inscrição meramente honorifica, aliás frequente em marcos miliários, sem referência a distancias.

Atendendo, porém, á circunstância de se não notar no sítio nenhuma estação roamana, que explique a oportunidade de similhante consagração, faz-nos crer que a simples situação do marco, n'aquela lugar, representava de per si a indicação de uma distancia convencionada.

Marcaria, acaso, mil passos da visinha povoação que antecedeu á moderna Mesquinhata.

Seja como fôr, a descoberta deve ter muito valôr para os archeologos.”

(FONSECA, 1930: 57-58)

Apesar de todos os esforços efectuados, não foi possível identificar com a certeza necessária, do paradeiro deste marco miliário.



### ***CAPÍTULO III***

#### **1. OS CASTROS LUGARES E OUTROS LOCAIS**

No âmbito e concretização dos objectivos deste estudo, a problematização tende, quase sempre, partir do microtopónimo e avaliar o que os resultados da investigação podem confirmar. No concelho marcuense, sobressaem locais designados por Castro, Crasto; Crastos, Cristelo, Castelo, Castelinho... entre outros, retendo, contudo, e obviamente, que em alguns dos casos, possa não ter nada a ver com povoados castrejos.

Para além das estações castrejas – propriamente ditas – com resistentes vestígios de povoamento, existem na área geográfica objecto deste estudo, outros locais que recebem o nome de “castros”, ou topónimos semelhantes, sem que se vislumbrem no seu espaço de influência, ou nas imediações, estruturas habitacionais castrejas, qualquer outro tipo de vestígio que testemunhe a presença humana em época recuada. O topónimo “crasto”, “castro” ou “castros”, que em resultado do seu estudo, pode confirmar a existência de vestígios, também pode demonstrar a não existência de qualquer indício, que vá para além do topónimo.

Partindo do estudo de todos os indicadores, que testemunhem ou evidenciem a existência de indícios, procurando todas as fontes, existem questões que sobrevivem do próprio motivo da pesquisa e evidenciam a necessidade de um trabalho de investigação o mais profundo possível, com o objectivo de encontrar respostas para as dúvidas que sucessivamente se emaranham e que tantas vezes poderão surgir com o avançar do estudo, averiguando paralelamente os períodos em que estes indícios se integram e avaliando do próprio interesse dos mesmos.

Aprofundando o estudo do nome de lugares, arrastando sempre em consideração a influência, a importância da origem e do processo de evolução, os estudos efectuados estão intimamente ligados às pesquisas históricas, antropológicas e geográficas. O termo e o seu eventual significado, tantas vezes sem razão aparente para o nome do lugar, sem nunca perder de vista o instinto destruidor do ser humano, e não são raros os casos em que o “Homem”, se encarregou de modificar, adulterar a paisagem, “reconstruindo” o lugar onde escolheu habitar. O mesmo Homem que venera os seus antepassados é precisamente o mesmo que arrasa e destrói os vestígios, os legados dos seus antepassados, tantas vezes em nome de interesses económicos.

A história deste espaço geográfico que é o Marco de Canaveses constrói-se a partir do contexto geral da evolução do espaço - períodos de relativa calma e períodos conturbados. Depois da Proto-história, a Romanização encarregou-se de produzir novos dados, assentes na dominação e na aculturação. Depois dos Romanos, as invasões bárbaras trouxeram novas destruições e novas indispensabilidades em torno da protecção e da própria sobrevivência. A necessidade de protecção contra ataques perpetrados por “povos estrangeiros”, ou mesmo dos próprios vizinhos, trouxe de volta a cerca, a muralha, a necessidade de refundar e reformular o espaço, para o primeiro plano das preocupações, que não foram apenas exclusivas das comunidades castrejas, mas também das próprias comunidades medievais. Posteriormente, recorde-se, em Portugal criou-se o "direito senhorial de fossadeira", que exigia dos homens livres (os denominados peões), a obrigação de escavar o fosso protetor dos acampamentos e de os defender, em substituição ao serviço militar efetivo (MATTOSO, 1993: 485). Isso para o período que compreende os séculos VIII-XI. Seguidos de séculos de mudanças e transformações, que podem ter influenciado e motivado profundas alterações em antigos povoados proto-históricos.

Mas toda essa preocupação, induz, possivelmente a necessidade de ter acarreado os antigos “castros” de volta, quer pelas suas possibilidades de concentração numa área mais alta e, portanto, privilegiada para resistir a um cerco ou razia bárbara e depois muçulmana, quer pela simples utilização e reaproveitamento de habitações abandonadas. Alguns podem ter dado origem a povoados que se sobrepuseram a outros, derruindo e exterminando por completo os vestígios predecessores.

Existem vários indícios que apontam para uma reutilização social dos castros, o Freixo, transformado em Tongobriga, é claramente um desses casos, Os vestígios castrejos são reduzidos, pode dizer-se mesmo raros nos estudos efectuados, mas é de todo, impossível ignorar o balneário castrejo tipo “*Pedra Formosa*”, ali existente. Em plena área termal, às portas do fórum.

É um dado comprovado por todos os estudos efectuados que a reutilização do espaço castrejo já se dá no início da ocupação romana, quando novas áreas, mais baixas em relação ao antigo núcleo defensivo castrejo, começam a ser ocupadas, sob o domínio de Roma.

Em Marco de Canaveses e em toda a região em que este se integra, o povoamento durante o I milénio a.C. foi comprovadamente intenso, porque para além dos povoados

identificados e mencionados, no espaço regional existem muitos mais, caracterizando-se por ser uma das regiões do noroeste com uma densidade de povoados destacável. Tendo em conta esta intensidade, indubitavelmente percebemos porque razão *Tongobriga* avocou enorme importância no período romano, assumindo-se como um espaço marcante no próprio contexto urbano da romanização do noroeste peninsular. Para além deste facto, juntamos também as suas riquezas naturais, já evocadas e descritas e que são apenas algumas, pois seria muitíssimo interessante um estudo sobre a mineração, porventura mais detalhada, de toda esta região e que terão contribuído para o crescimento de um imenso espaço físico a partir da ocupação romana.

Seguindo o percurso do espaço geográfico em estudo, lembra-se que esta investigação teve somente em conta os “castros” que estão situados dentro do espaço administrativo concelhio marcuense, que do seu estudo e das suas revelações poderão ser consideravelmente importantes para a compreensão do domínio do território. Mas, porque existem outros lugares onde é utilizado o topónimo “Craсто” “Castro”; Castelo... e outros locais, que embora correspondendo à coroa de um monte mais ou menos cónico, não se faz acompanhar de vestígios de povoamento, mas que merecem referência de diversos autores.

Esta é pois a razão pela qual foi elaborada uma inventariação de locais, encimada por uma pequena ficha de identificação e respectiva descrição de sítio, porque não podemos ignorar que o nome e o significado dos lugares são essenciais para a cristalização da identidade de um grupo, pois “reforçam fortemente as sugestões de identidade ou de estrutura que podem estar latentes na própria forma física” (LYNCH, 1997:120). Nesse sentido, os topónimos podem traduzir o simbolismo, a história, a memória, a identidade e as peculiaridades naturais de uma dada comunidade, região, país, continente. Mas também podem induzir ao erro, e alguns castros, podem ter servido de redutos defensivos, apenas em tão curto espaço de tempo, sem permanência de “habitat”, que os vestígios acabaram diluídos no tempo.

Castros e/ou outros lugares identificados:

### 1.1. “OS CRASTOS” - TABUADO

**Sítio/Designação:** Crastos **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Tabuado **Lugar:** Crastos / Leira do Cemitério

**C.M.P. 1: 25.000 / folha nº: 125**

**Latitude:** 41°10'31,64" **Longitude:** 08°06'31,31" **Altitude:** 191 m

**Tipo de Sítio:** Povoado foritficado / Casal Rústico? **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição do sítio:

Na freguesia de Tabuado, salta à vista o lugar uma pequena elevação cónica, totalmente coberto de mimosas. O nome do lugar – “CRASTOS”. Apresenta no topo uma plataforma artificial, com inúmeros, demasiado mesmo, vestígios de extracção de pedra. Uma casa em pedra, mas de aspecto muito rudimentar, ostenta na padieira principal a data de 1829.

O lugar encontra-se muito perto da partilha de freguesia com Soalhães, um pouco a leste do lugar de Chouriçal, com apenas duas ou três construções rústicas de pedra, erguidas na encosta norte de uma pequena crista granítica, que emerge das profundezas de um pequeno vale.

Numa análise ao local e após todas as perscrutações superficiais ali realizadas, sem qualquer resultado digno de validação, merece contudo referir, que a cerca de 150 metros, num ponto contíguo, a leste e um pouco mais acima da encosta, existe uma bouça, conhecida por “Chão de Igreja”, e um pequeno campo designado por “Leira do Cemitério”. Trata-se de um campo cultivado com cerca de quinhentos metros quadrados, onde de acordo com o testemunho oral da população, são descobertas pelos “lavradores” pedaços de tegulae e pequenos blocos aparelhados, numa ou mesmo em várias faces, lançando-as para as bordas. Ali perto um terreno inculto, mas na direcção sul, encontra-se um grande penedo, de coroa aplanada artificialmente. Muito perto da leira, um outro penedo, com um orifício cilíndrico, também artificial, com cerca de 30 cm de profundidade e 20 cm de diâmetro. Um pequeno canal de secção semicircular, com um comprimento de cerca de 65 cm, por 10 cm de largura, atravessa a superfície superior do penedo ligando-o à borda do penedo, aparentemente, também, com vestígios de talhe semicircular côncavo.

Toda a leira do cemitério foi criada com um aterro superficial, sustentado por um muro de socalco que se ergue a oeste e no qual se encontram algumas pedras talhadas, algumas com as faces bem polidas.

Nos estudos bibliográficos, merece referir um antigo médico e estudioso marcuense, Dr. João Vasconcelos, quando afirma; “... O archeologo Martins Sarmiento que comigo visitou e examinou este local supõe que os vestígios que ainda restam sejam de um templo romano que aqui houvesse” (VASCONCELOS, 1892).

## 1.2. O ALTO DO MOIRINTE

**Sítio/Designação:** Alto do Moirinte

**Distrito:** Porto **Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Torrão **Lugar:** Moirinte -  
**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha n°:** 135

**Latitude:** 41° 05' 17,69" **Longitude:** 08°16'15,50" **Altitude:** 279 m

**Tipo de Sítio:** Povoado Fortificado/Atalaia **Período Cronológico:** Proto-História / Idade Média?

Descrição do sítio:

Destacando-se na paisagem, apesar da sua relativa baixa altitude – 279 metros, apresenta-se como uma espécie de promontório justificado pela topografia e pelo relevo no extremo da porção de território concelhio marcuense que os rios Douro e Tâmega delimitam. O Alto do Moirinte, divide administrativamente os territórios das freguesias do Torrão, Várzea do Douro e Alpendorada e Matos, curiosamente desde 2012, unidas numa única, como resultado da reforma administrativa imposta.

Tudo parece apontar para a “eventual” existência de um antigo povoado, sem que contudo se verifiquem no local vestígios que o confirmem. O topónimo aparece referido na documentação medieval, “surge-nos como mons maurenti em documento de 1080 e 1086” (AZEVEDO, 1898: 204), num contexto que parece indicar a existência de algum tipo de fortificação, mas não passa disso mesmo, referências, porque não se registam indícios de materiais que o confirmem.

A crista de formato arredondado estende-se por algumas dezenas de metros, formando uma espécie de plateau, com um extenso eucaliptal que se estende por grande parte da zona planáltica. O vandalismo é evidente pelas marcas deixadas num marco geodésico, dos Serviços Cartográficos do Exército, localizado no ponto mais elevado.

Um pormenor ressalta à vista - sem grandes condições naturais do ponto de vista defensivo, porque ocupa uma ampla zona planáltica de penetração relativamente fácil, o Alto do Moirinte precisaria, para ter um papel defensivo, necessariamente que recorrer a estruturas artificiais, do tipo muralhas, fossos ou taludes, que contudo, não são, pelo menos aparentemente visíveis.

Como ficou anteriormente esclarecido, sem registo de vestígios e muito menos de espólio

### 1.3. O CASTRO DE ALVIM

**Sítio/Designação:** Castro de Alvim **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Santo Isidoro **Lugar:** Alvim

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha nº:** 112

**Latitude:** 41°13'03,54" **Longitude:** 08°08'55,37" **Altitude:** 192 m

**Tipo de Sítio:** Povoado Fortificado/Casal/Necrópole? **Período Cronológico:** Proto-História / Romano?

Descrição do sítio:

Alvim, o lugar da freguesia de Santo Isidoro, também é conhecido por "Castro". Compreende três elevações consecutivas de formato mais ou menos cónico, num alinhamento de nordeste para sudoeste. A primeira é conhecida entre os populares como “a plaina do Castro”, completamente adulterada por diversos aterros visíveis e por construção.

A cerca de uma centena de metros de distância, de acordo com testemunhos orais ali recolhidos, na encosta do monte contíguo, “foram descobertas algumas louças de barro”, quando um “indivíduo” residente naquela área desenterrou um toco de pinheiro para aproveitar a lenha. Ficou o registo que nessa pequena elevação saliente na paisagem, foram recolhidos por populares materiais que poderiam ser de cerâmica eventualmente romana.

A terceira das elevações recebeu o nome de Picoto. Trata-se de uma crista granítica, onde é visível a extracção de granito e no cume aparece plantado um poste de alta tensão. È contudo evidente que ali não subsistem mais indícios que possam confirmar a existência de estruturas ou outros vestígios. Mas segundo a tradição oral e os testemunhos recolhidos, na zona de meia encosta, para oeste, num casal que ali se encontra abandonado, concretamente junto da eira, na demolição de umas cortes de gado, foram encontrados alguns objectos que estarão na posse de particulares.

No local e apesar dos evidentes revolvimentos recentes do subsolo, não foi possível detectar materiais de superfície. Há quem aponte que é precisamente deste local que será procedente uma estela romana, que foi encontrada já no século XIX e que se encontra recolhida na Casa da Pena, freguesia de Vila Caiz, concelho de Amarante.

De referir que onde não existe habitação, todo o restante local está coberto de vegetação variada - carvalhos, pinheiros, silvas, giestas, fetos, entre outros tipos de flora.

Na vertente norte da elevação existem uns edifícios abandonados e em ruína e na vertente Este passa o caminho com o mesmo nome do sítio.

Não são identificados quaisquer vestígios à superfície.

#### **1.4. CASTRO MOZENDE – SOALHÃES**

**Sítio/Designação:** Castro Mozende **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Soalhães **Lugar:** Bouça Baixa

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha n°:** 125

**Latitude:** 41°10'33,00" **Longitude:** 08°05'12,30" **Altitude:** 287 m

**Tipo de Sítio:** Indeterminado **Período Cronológico:** Indeterminado

Descrição do sítio:

Na microtoponímia da freguesia de Soalhães encontramos um local designado por “Castro Mozende”, contudo, no local, verificamos que este monte não apresenta nenhum tipo de vestígios que justifique o microtopónimo.

No local apenas se identificam um conjunto de 3 moinhos (dois dos quais, não passam de um amontoado de ruínas cobertos pela vegetação), situados na margem da Ribeira de Lardosa.

#### **1.5. ALTO DO LADÁRIO– PENHA LONGA**

**Sítio/Designação:** Alto do Ladário **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Penha Longa **Lugar:** Alto do Ladário

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha n°:** 135

**Latitude:** 41°07'26,19" **Longitude:** 08°08'44,32" **Altitude:** 603 m

**Tipo de Sítio:** Povoado Fortificado **Período Cronológico:** Idade do Ferro/Romanização

Descrição do sítio

No Alto do Ladário na freguesia de Penha Longa, existe um monte de formato cónico e imensa penedia. No local podemos constatar que são visíveis alguns vestígios materiais e estruturais.

Considerando as dimensões do espaço “poderá” tratar-se de um pequeno povoado, eventualmente com uma única linha de muralhas. Sem referências bibliográficas, este

espaço encontra-se a exemplo de outros locais vizinhos sujeitos a uma ameaça relacionada com a prática de desportos motorizados, ali testemunhados de forma clara e evidente.

### **1.6. ALTO DO CASTELO – PENHA LONGA**

**Sítio/Designação:** Alto do Castelo **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Penha Longa **Lugar:** Castelo

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha n.º:** 135

**Latitude:** 41°06'26,46" **Longitude:** 08°08'20,17" **Altitude:** 593 m

**Tipo de Sítio:** Povoado Fortificado/ Castelo Roqueiro? **Período Cronológico:** Indeterminado

#### Descrição do sítio

Numa qualquer visita à Serra de Montedeiras, sobressai a eminência de um monte de notável horizonte visual, especialmente para o vale do Douro e onde ressalta à vista a área onde se fazia a travessia do rio para uma importante via romana e medieval.

Na toponímia, o local é designado por Alto do Castelo ou mais simplesmente por Castelo, associado na tradição local a lendas e mitos. Contudo quem o visita, constata de imediato, que não existem por ali quaisquer indícios de que possa ter sido um povoado castrejo. Aparentemente e pela morfologia do espaço, é uma elevação que termina em conjunto rochoso de granito, constituído por blocos irregulares fragmentados - Não reúne condições adequadas para funcionar como um povoado. Ali poderá ter existido um castelo roqueiro, que só uma escavação arqueológica pode confirmar.

O espaço em si levanta muitas dúvidas sobre a existência de um possível povoado, porque o perímetro da porção rochosa não é grande, como também não é muito grande a elevação ou montículo donde emerge. Contudo, porque se encontra situado na parte mais elevada da serra, na zona da meia encosta do lugar, o Alto do Castelo, regista em todo o redor uma significativa aglomeração de pedra não trabalhada, resultante, talvez, ou não, do derrube de uma muralha. O eventual traçado desta muralha é ainda perceptível em planta na vertente Norte. Em todo o monte, mas em especial nas pequenas plataformas existentes no seu topo, é possível recolher alguns fragmentos cerâmicos.

### 1.7. CASTELINHO – AVESSADAS

**Sítio/Designação:** Santuário da Nossa Senhora do Castelinho **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Aarrassadas **Lugar:** Castelinho

**C.M.P. 1:** 25.000/ folha nº: 125

**Latitude:** 41°09'25,49" **Longitude:** 08°10'17,00" **Altitude:** 323 m

**Tipo de Sítio:** Castelo? Indeterminado **Período Cronológico:** Indeterminado

Descrição do sítio:

É um dos locais mais visitados do concelho do Marco de Canaveses. Hoje, local de culto, torna evidente que o espaço foi sucessivamente, profundamente alterado e adulterado com o decorrer dos anos. O topónimo – Castelinho – mereceu sempre um olhar atento por parte dos investigadores e estudiosos. Mas não apenas. Sobressai a estratégica implantação topográfica, com um excelso horizonte visual, que inclui *Tongobriga*, aliás está mesmo de frente. Contudo, por ali, as distinções arqueológicas circunscrevem-se ao registo do aparecimento de uma ara anepígrafa. Hoje, não são perceptíveis vestígios de alguma espécie, à superfície neste local, mas o errado era pressupor o contrário, pois todo o espaço já foi sujeito a tantas alterações, que qualquer espécie por mais duradoura e resistente que fosse, se tornaria impossível de subsistir ao “afazer” do Homem.

Imensamente procurado, poderá questionar-se se o espaço não terá evoluído de um culto pagão. O sítio mantém a tradição de santuário. Ali se comemora todos os anos, a 8 de Setembro uma festa religiosa em honra de “Nossa Senhora do Castelinho”, que de tal forma enraizada na tradição popular na década de 80 do século XX, alterou o feriado municipal do concelho de Marco de Canaveses, desde então comemorado nessa data.

Manoel Roiz de Oliveira, abade memorialista, a quem coube dar resposta aos quesitos das Memórias Paroquiais de Aarrassadas em 1758, a propósito da capela situada no lugar do Castelinho, diz;

“(…) que em hum monte que fica eminente ao em que está edeficada a parochia, cujo hé o mais alto da freguezia, está a ermida da milagroza imagem da Senhora do Castelinho, edeficada de novo com esmolos dos fieis das freguezias vezinhas, que experimentam nas enfermidades e necessidades remedios para suas tribulaçoins, alivio, concorrendo com mão tão liberal para aquellas obra, que exceda em grandeza e architectura a mesma parochia e outras muitas desta Provinca”.

(OLIVEIRA, 1758)

Assim podemos concluir que datará desta época a arquitetura que a capela evidencia, lembrando contudo que este fala em “*edificada de novo*”. Aparentemente o espaço da sacristia terá sido acrescentado no séc. XIX. A juntar as obras de reconstrução e melhoramentos efectuados.

Merece ainda referir, que a capela está orientada de Poente para Nascente, de forma perfeita e evidente, com nave rectangular e capela-mor.

Apensa à capela-mor, no alçado norte, juntou-se a sacristia.

Na zona de acção e a cerca de uma centena de metros, do lado norte está um esplendoroso batólito, designado pelo Penedo do Cramol ou do Clamor. É assim conhecido, porque até às suas imediações, subindo mesmo por um caminho sobranceiro, acorriam antigamente as procissões de penitência das freguesias vizinhas, tradição que ainda hoje se mantém e que pode ser comprovada, nos dias 8 de Setembro, uma vez que, praticamente, todas as paróquias do concelho do Marco de Canaveses se fazem representar na procissão, e a missa é celebrada a partir dali, onde foi implantado um altar, outrora itinerante, hoje ali fixado de forma manifesta.

### **1.8. ALTO DA POUPA - CONSTANCE**

**Sítio/Designação:** Alto da Poupa **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Constance **Lugar:** Ladário

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha n.º:** 112

**Latitude:** 41°12'48,14" **Longitude:** 08°10'18,17" **Altitude:** 236 m

**Tipo de Sítio:** Posto de Vigia? **Período Cronológico:** Indeterminado

Descrição do sítio:

Localizado no topo de um pequeno morro, na freguesia de Constance, no lugar do Ladário, sobressai o microtopónimo de “Alto da Poupa”. No seu topo foi implantado um marco geodésico dos Serviços Cartográficos do Exército, precisamente na cota máxima de 236 metros. De acordo com alguns testemunhos orais recolhidos no local ali foram detectados alguns pedaços de material cerâmico e eventualmente tegulae, sobretudo aquando das aberturas de alicerces para a construção de algumas casas que ali estão agora implantadas. razão pela qual todo o espaço adjacente se encontra significativamente alterado, relativamente aquilo que seria o original, especialmente na zona mais alta. O local

não facilita a detecção de alguma espécie de disposições ou estruturas, até pelos mais que evidentes revolvimentos executados, Porém, poderá ainda hoje conter alguns dados extremamente interessantes, se considerarmos a existência de vestígios nas vertentes menos remexidas.

Este local não será de todo descartável, se levarmos em consideração que o espaço em que o mesmo se integra conflui com a passagem da via romana proveniente de São Mamede de Recezinhos no concelho de Penafiel, e se dirigia à ponte em Canaveses, Sobretâmega, cursando toda a zona de crista granítica que divide as fracturas encaixadas por onde correm os ribeiros de Odres e Bufa, respectivamente a nordeste e a sudoeste, ambos afluentes do Tâmega.

### **1.9. CRISTELO - FORNOS**

**Sítio/Designação:** Cristelo **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Fornos **Lugar:** Cristelo

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha n°:** 124

**Latitude:** 41°11'24,80" **Longitude:** 08°08'17,00" **Altitude:** 110 m

**Tipo de Sítio:** Povoado Fortificado **Período Cronológico:** Idade do Ferro?

Descrição do sítio:

O topónimo chama de imediato a atenção. O local situado a periferia do espaço urbano citadino do Marco de Canaveses, sobressai sobretudo a partir da vertente norte e este, é muito mais evidente quando avistado da EN 210.

Este morro está situado num rodeio fluvial, com excelentes condições naturais de defesa. Contudo, ali nasceu um importante empreendimento industrial – uma fábrica de papel (agora inactiva), que deu emprego a um número significativo de pessoas, alguns dos quais, construíram ali as suas habitações, e que poderão ter destruído todas as evidências que pudessem existir.

O monte situado na margem esquerda do Rio de Galinhas encontra-se praticamente de frente a um local designado por Quinta da Carvalheira, na margem direita do rio, onde se registou uma recolha de pesos de tear em barro e de tijolos, curiosamente numa zona ligeiramente mais alta, situada entre os 200 e os 250m, em terrenos debruçados também sobre o vale do rio de Galinhas, num local com excelentes capacidades agrícolas.

A construção da variante EN 211 acabou por destruir parte significativa do local, que de acordo com as informações obtidas, apesar de ter sido precedido de sondagens que, contudo não terão divulgado quaisquer dados dignos de relevo.

Em nenhum dos locais são observáveis vestígios de superfície.

Como última nota referimos ainda para o lugar correspondente a Cristelo poder corresponder a um dos montes citados na documentação medieval como provável fortificação roqueira.

### **1.10. CASTELINHO – ALTO DO GRILO – S. LOURENÇO DO DOURO**

**Sítio/Designação:** Castelinho / Alto do Grilo **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** S. Lourenço do Douro **Lugar:** Mexide

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha nº:** 124

**Latitude:** 41°06'49,87" **Longitude:** 08°11'11,42" **Altitude:** 454 m

**Tipo de Sítio:** Atalaia **Período Cronológico:** Indeterminado

#### Descrição do sítio

O monte de formato cónico, cujo topónimo chama a atenção e se divide entre “Castelinho” e “Alto do Grilo”, está situado num local a pouca distância de Mexide, concretamente o sítio onde poderá ter existido um povoado fortificado. No ponto é possível observar níveis seguidos de aterro/desaterro, que deixam a ideia que podem ter sido destinados a conceber plataformas artificiais eventualmente com fins defensivos.

Não é possível detectar material arqueológico, pelo menos à superfície. Observando a documentação e os dados bibliográficos, ressai a ideia, que este monte em concreto se refira ao microtopónimo "Castelinho", tal como abundantes alusões medievalistas, a um “*mons Genestazolo*”, uma fortificação que se destinava a assegurar o controlo de uma importante via medieval que atravessava a portela de Mexide. Não será contudo de descartar que o sítio já fosse de uso na proto-história e depois reutilizado no período da Idade Média, considerando a reutilização de alguns locais defensivos.

### **1.11. ALTO DA PENA – SOALHÃES**

**Sítio/Designação:** Alto da Pena **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Soalhães **Lugar:** Alto da Pena

**C.M.P. 1: 25.000 / folha n°: 125**

**Latitude:** 41°10'03,56" **Longitude:** 08°07'26,77" **Altitude:** 287 m

**Tipo de Sítio:** Atalaia/Castelo Roqueiro? **Período Cronológico:** Indeterminado

Descrição do sítio;

Localizado numa crista granítica, que se ergue na margem da estrada que estabelece a ligação entre o Marco de Canaveses e Baião, o microtopónimo Alto da Pena, nas imediações do lugar de Bouças, ressalta de imediato, pelo espaço de ocupação no horizonte visual, mas imediatamente sobressai a dificuldade de acesso, pode considerar-se mesmo de extremamente difícil. Possui uma plataforma artificial que o encima, e que poderá estar relacionado com extrações de pedra, que deverão ter sido efetuadas recentemente. O espaço poderá corresponder, pelo menos assemelha-se muito, provavelmente, a um sítio utilizado como atalaia ou eventualmente como um pequeno castelo roqueiro.

Numa observação local, a vegetação assume especial relevância, porque cobre e impede a visualização do solo, tornando impossível referenciar a existência de eventuais materiais de superfície.

Mais a sul deste ermo é possível identificar algo semelhante a um possível fosso que no entanto se encontra entulhado com sedimentos, e que terão resultado da abertura do caminho que contorna o acesso ao topo do cabeço. A abertura deste caminho acabou por mascarar por completo o morro, com uma evidência particular. Numa observação da estratigrafia resultante deste caminho torna possível a detecção de significativo número de fragmentos de cerâmica.

## **1.12. CASTELO DE COTOS – VÁRZEA DE OVELHA E ALIVIADA**

**Sítio/Designação:** Castelo de Cotos **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Várzea de Ovelha e Aliviada **Lugar:** Cotos

**C.M.P. 1: 25.000 / folha n°: 125**

**Latitude:** 41°11'40,49" **Longitude:** 08°04'03,59" **Altitude:** 723 m

**Tipo de Sítio:** Atalaia/Castelo Roqueiro? **Período Cronológico:** Indeterminado

Descrição do sítio;

De formato mais ou menos cónico, este local que se evidencia pelo microtopónimo, mas também pela sua elevação que sobressai entre os restantes espaços que o rodeiam,

apresenta-se coroado por uma magnificente penedia, sobressaindo sobretudo pelas grandes dimensões.

A encosta noroeste de acentuado declive, prolonga-se a grande altitude, tornando permissível, ver o castro do Pinheiro. Contudo a encosta do castelo é de menor inclinação e altitude, quando se aborda a vertente contrária, onde facilmente se observa um caminho de carreiro abandonado e que liga à via "dos almocreves", rodeando a encosta sudeste do Castelo.

Para se atingir o topo do Castelo, existe uma passagem estreita entre os gigantescos penedos, que revela ter sido “ajeitada” com uns degraus, que acusam o seu carácter artificial.

Um contexto de curiosidade é oferecido pelo espaço de meia encosta, onde se torna possível observar, em alguns locais, determinadas aglomerações de pedra não aparelhada, que poderão resultar de uma eventual muralha que servia para a enclausurar os espaços entre penedos, sendo que neste caso estes assumiam a parte integrante da própria muralha.

No local é possível visualizar à superfície alguns fragmentos de cerâmica.

### **1.13 CASTELO DOS MOUROS – FOLHADA**

**Sítio/Designação:** Castelo dos Mouros **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Folhada **Lugar:** Castelo

**C.M.P. 1:** 25.000 / **folha n.º:** 113

**Latitude:** 41°13'16,47" **Longitude:** 08°05'18,76" **Altitude:** 163 m

**Tipo de Sítio:** Local de Atalaia/Castelo Roqueiro? **Período Cronológico:** Indeterminado

Descrição do sítio:

Se o microtopónimo se destaca desde logo como “Castelo” conjugado com “Mouros”, garante a criação de mitos e lendas em torno do lugar. Contudo, estes não são apenas os meros aspectos e razões pelos quais o lugar chama a atenção. O monte cónico que se eleva a partir da Ponte do Arco, na margem esquerda do Rio Ovelha, era o garante de um excelente controlo, não apenas da ponte, mas do próprio rio.

Um orifício circular, com 22cm de diâmetro e 7 cm de profundidade, escavado no afloramento granítico, predomina no topo. A cerca de 20 metros a Oeste, existe um outro

entalhe, mas desta feita de formato rectangular, com 1,2m de comprimento, 0,3m de largura e 0,08m de profundidade média.

Para se conseguir aceder ao topo, tem que se utilizar um caminho, situado a sul, e que liga os lugares da Boavista ao Arco, que depois sobe a encosta oeste, circundando o castelo. Já do lado norte, existe um penedo com uma pia circular, situado à margem do caminho. O caminho bifurca-se a partir dali e o ramal da esquerda leva a uma espécie de estrada relativamente espaçosa, que mais parece ter sido arranjado artificialmente. Aí como igualmente no topo existem sinais de grande atividade na extração de granito, designadamente inúmeras marcas de guilhos e cortes de pedra.

Aqui e ali são visíveis à superfície alguns, ainda que muito pequenos fragmentos de cerâmica. O local sempre mereceu a curiosidade das pessoas e é, por isso, muito procurado. Nas proximidades, a poucos metros, existe um grupo de sepulturas antropomórficas, em local de fácil acesso e a ponte sobre o Ovelha, agora integrada na Rota do Românico, hoje de arco medieval, possui ainda como testemunho visível, um arranque de um antigo arco, muito provavelmente romano.

No Marco de Canaveses identificamos, ainda três locais característicos, que têm necessariamente que ser distinguidos dos restantes. Em Vila Boa do Bispo e Manhuncelos surgem as “Casinhas”, curiosamente situações muito semelhantes e que poderão ser mesmo simétricas e a razão que justificam a sua existência. Tem ainda a particularidade, de se encontrarem ambos os casos na Serra de Montedeiras, embora em vertentes diferentes. O terceiro caso resulta de um local que não se consegue identificar no terreno.

#### **1.14. CASINHAS – VILA BOA DO BISPO**

**Sítio/Designação:** Casinhas **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Vila Boa do Bispo **Lugar:** Bouça Baixa -  
**C.M.P. 1: 25.000 / folha nº:** 112

**Latitude:** 41°07'03,54" **Longitude:** 08°11'55,07" **Altitude:** 460 m

**Tipo de Sítio:** Povoado Indeterminado **Período Cronológico:** Proto-História?

Descrição do sítio:

Na Vertente oeste da Serra de Montedeiras, numa zona planáltica designado por Bouça Baixa, da freguesia de Vila Boa do Bispo, é possível identificar um local que a microtoponímia e a tradição local remetem para um possível antigo povoamento desta

zona. São as “Casinhas” - assim mesmo designadas. Localizadas no eixo de quatro caminhos, que tem a particular curiosidade de para elas convergirem a partir dos 4 pontos cardiais.

A sul destas “casinhas” estende-se uma planície fértil e bem irrigada e aqui uma vez mais merece referir a designação microtoponímica do espaço; “Campo do Pão”, sem que nos surjam quaisquer indícios das razões que lhe estão subjacente, que possam ir para além da possibilidade de cultivo da área.

Alguns vestígios deste tipo de construções denotam uma espécie de agrupamento, o que de alguma forma poderá denunciar uma espécie de vida comunitária.

O caminho alarga de forma significativa, apesar de se manter delimitado por muros, onde a partir de um certo momento, surge um trecho de calçada muito irregular, mas ajustado e enquadrado com o contexto de construção das referidas casinhas.

No terreno onde são possíveis de identificar estas construções que a tradição popular designa pelas “casinhas”, em formato quadrangular e ovoide, são mais que evidentes a abertura de rotas com recursos mecânicos, quase certamente para captação e exploração de água. Algumas evidentemente mais antigas e sem preocupação alguma de as voltar a tapar, enquanto outras são bem mais recentes. Aproveitando estas aberturas uma prospecção atenta e pormenorizada às camadas estratigráficas, não revelam nada de significativo. Se aqui existiu um povoamento, poderá indiciar que este possa ter sido de curta duração e muito pouco significativo. De alguma forma muito arcaico, mas certamente que não se pode deixar de referir, que numa área de sucessivos planaltos da serra de Montedeiras, coroados de picotos graníticos, onde proliferam as pedras soltas, com tamanhos e formas variadíssimos, de tal forma que por ali não crescem mais que simples giestas ou fetos.

Quanto aos vestígios das ditas casinhas, mesmo apesar de todas as ameaças, com uma enorme pedreira, ali a escassos duzentos metros, permanecem os sinais das construções feitas com blocos mais ou menos irregulares talvez arrancados às encostas.

Habitadas e em que período cronológico é a dúvida que persiste. As “casinhas” podem ter sido destruídas para aproveitar as pedras da sua construção para encimar os muros divisórios.

Ali perto, a menos de um quilómetro, a norte, estão identificadas um núcleo de mamoas, junto ao Alto do Confurco e um outro núcleo um pouco mais a este.

### 1.15. CASINHAS - MANHUNCELOS

**Sítio/Designação:** Casinhas **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Manhuncelos **Lugar:** Casinhas

**C.M.P.** 1:25 000 **folha nº** 124

Latitude N 41°08'25,17" Longitude W 08°09'51,02" Altitude: 464m

**Tipo de sítio:** *Villa* ou Casal Rústico? **Período cronológico:** Indeterminado

Descrição do sítio:

Lino Tavares Dias (1997,1998), descreve este local como provável “*villa* ou casal romano”, em zona de prado irrigado pela ribeira de Manhuncelos.

Os vestígios ali visíveis tornam possível, considerando a situação topográfica, que este local possa corresponder a uma eventual branda, que se preceptuou no tempo, ou reutilizada como tal. As Brandas - Um tipo de povoamento muito típico e muito utilizados em áreas de serra, porque eram basicamente núcleos habitacionais de carácter temporário cujo princípio assenta na necessidade das populações usarem os pastos que se localizam na área da serra para alimentar o gado. Este processo de transumância tem sobretudo a ver como fórmula de garantir alimentos e, naturalmente, com a própria sobrevivência humana. Eram as Brandas e as Inverneiras, assim designadas.

A Inverneira, por seu lado, como o nome indica, era considerada a aldeia onde a família passava o Inverno, uma vez que estes processos hoje e pelo menos por estes lados caíram em total desuso. Estas localizavam-se em vales, ou seja, em altitudes baixas, como não podia deixar de ser. No início do Outono, e já depois das colheitas feitas as pessoas desciam para a Inverneira permanecendo aí normalmente até Março. Depois da Páscoa, normalmente, subiam de novo para a Branda, local onde eram feitas as sementeiras e onde passavam a maior parte do ano. Nos dias de hoje, ainda parecem existir algumas, muito poucas mesmo, nas aldeias que ainda mantêm esta tradição, mas, agora as pessoas levam consigo apenas os animais e alguns haveres, ao contrário de antigamente, em que as pessoas carregavam mesmo a própria mobília, num processo de itinerância incrível. As Brandas e Inverneiras, assumem-se sem dúvida, como um elemento importante da cultura da população de Portugal, sobretudo da região da Beira Interior e do Norte do Território.

Actualmente e por muito que se propecte o local, não são observáveis quaisquer tipos de materiais de superfície, mas apenas os alinhamentos pétreos pertencentes a edifícios, cuja forma e cronologia não são possíveis de determinar. Uma resposta que só a Arqueologia pode fornecer.

Um terceiro caso identificado surge, como de um potencial erro de localização do “Portal do Arqueólogo”. Este faz referência ao lugar de “Monte do Castelos”, na freguesia de Paredes de Viadores. O local não faz parte da toponímia da freguesia, confirmado mesmo junto dos elementos da Junta de Freguesia que alegam total desconhecimento. As coordenadas geográficas apontam para uma das vertentes da serra de Montedeiras.

Regista-se a ficha de local.

### **1.16. MONTE DOS CASTELOS – PAREDES DE VIADORES**

**Sítio/Designação:** Monte dos Castelos **Distrito:** Porto

**Concelho:** Marco de Canaveses **Freguesia:** Paredes de Viadores **Lugar:** Monte dos Castelos - **C.M.P. 1: 25.000 / folha nº:** 112

**Latitude:** 41°, 11, 92,63 **Longitude:** 08°; 12'; 89,48'' **Altitude:** 192 m

**Tipo de Sítio:** Povoado Fortificado **Período Cronológico:** Idade do Ferro

Descrição do sítio:

Na Base de Dados do Portal do Arqueólogo (CNS 3755) refere-se a existência de um provável povoado fortificado, denominado "Monte dos Castelos", na freguesia de Paredes de Viadores.

Desconhece-se em absoluto a localização ou mesmo a existência deste sítio arqueológico.

No local correspondente às coordenadas disponíveis nada se regista de relevante do ponto de vista arqueológico, nem mesmo o topónimo, já que os habitantes locais, quando questionados sobre o topónimo "Castelos" apontam imediatamente para um único sítio com tal designação existente em toda a região.

No local preciso das coordenadas fornecidas, não existem vestígios de alguma espécie, para além de mato. Confrontados os responsáveis pela Junta de Freguesia local, desconhecem aquela designação para a área pretendida, que se situa no caminho que liga os lugares de Passinhos e Fandinhães, este já na freguesia de Paços de Gaiolo. Por ali perto, apenas um microtopónimo “castelo”. Neste caso “Alto do Castelo”, também

conhecido como “Monte do Castelo”, mas com coordenadas e numa freguesia distinta – Penha Longa.

## 2. CASTELOS ROQUEIROS

A estruturação de fortificações é uma actividade com milhares de anos que resulta, em última análise, da necessidade do homem se defender, assim como os seus bens e a própria vida. Torna-se, por isso normal, serem encontrados, sistemas fortificados construídos de acordo com o local de implantação e as necessidades de defesa.

A arte de construir fortificações é uma actividade que existe desde os primórdios dos nossos tempos e que constitui a instintiva necessidade do homem se proteger, com o objectivo de preservar a sua própria vida assim como os seus bens. Tudo indica que a evolução das fortificações terá seguido os próprios avanços no poder de ataque dos sitiados. Os processos de fortificação são, predominantemente, a manifestação corporalizada do receio do homem de ser atacado, de perder a vida, a liberdade ou as suas propriedades. A partir de um determinado momento, seguindo a evolução humana, sempre que era exigida protecção construíam-se fortificações.

De acordo com os estudos efectuados, os primeiros sistemas defensivos terão surgido com as civilizações pristinas do Próximo Oriente, por volta do 3º milénio a.C. A actividade arqueológica permitiu documentar a existência nas antigas cidades da Suméria as primeiras muralhas existentes, que remontam ao 3º milénio a.C.. Assim, as muralhas parecem ser uma característica intrínseca ao fenómeno urbano. Desde as famosas muralhas da antiga Babilónia, na Mesopotâmia, até às das cidades da Ásia Menor e da Grécia, são inúmeros os restos dos primeiros sistemas defensivos da humanidade.

No território Português encontram-se comprovadas a existência dos povoados fortificados, os acampamentos militares, e os castelos. Os castelos, tal como nós os conhecemos, tudo o indica, terão surgido no nosso país por volta do século X, com o alargamento do território cristão, e eram constituídos por uma estrutura erguida no alto de um monte, destinada ao refúgio temporário – os Castelos Roqueiros, assim designados, desaparecidos no fim da Idade Média para dar lugar à fortaleza moderna. (BARROCA, 2003).

A partir do Neolítico, a construção de cercas foi usada para proteger os núcleos pré-urbanos. Contudo, é especialmente com as exigências defensivas dos primeiros

aglomerados urbanos que, desde muito cedo, a arte da poliorcética alcança um importante desenvolvimento com a construção de complexos recintos de muralhas. Na verdade, a arte de fortificar consiste na habilidade e no engenho em combinar o terreno com os materiais e as técnicas disponíveis para formar defesas (FIELDS, 2004).

As comunidades humanas adoptaram, por diversas vezes e, sobretudo quando ameaçadas, por habitats fortificados. A Península Ibérica e em particular Portugal, é um território rico em sistemas militares defensivos.

Do objectivo deste trabalho - estudar os castros no actual território do Marco de Canaveses, confirmamos que os povoados fortificados são um tipo de habitat concentrado, circunscrito e delimitado fisicamente por uma ou mais muralhas que surgem em períodos muito recuados da nossa história. As características geográficas do Noroeste Peninsular no qual o Marco de Canaveses se integra, o relevo desempenha um papel predominante, terão sido determinantes para o aparecimento de povoados fortificados em posições elevadas, os castros, que por sua vez estarão na origem da designação tradicional de cultura castreja. Com maior destaque a partir do final da Idade do Bronze - os castros, como já anteriormente referido encontram-se em zonas elevadas que observavam sobretudo critérios estratégicos de defesa. Mas não apenas, outros factores terão contribuído para selecção do local a habitar.

Aparentemente e numa análise às diversas estações castrejas, regista-se uma maior densidade em colinas de altitude média, entre os 200 e os 500 metros, em proximidade da costa atlântica, mas sobretudo ao longo das bacias dos rios e das linhas de água, demonstrando um certo ordenamento geral da ocupação do espaço, mas parece que ponderando sempre os meios favoráveis à prática de actividades ligadas à agricultura e pesca, revelando que a selecção dos locais para o seu estabelecimento estaria inteiramente relacionada com a economia de subsistência de cada povoado. Saindo do espaço geográfico do Marco de Canaveses e subindo um pouco no mapa, seguindo o traço do Rio ‘Tâmega, parece igualmente notória a relação de algumas comunidades com a exploração mineira, sobretudo na área de Vila Pouca de Aguiar, mas essencialmente já no período da Romanização, sem esquecer a própria imposição do novo dominador.

Os cursos de água, precisamente, também parecem funcionar como um elemento decisivo do sistema estratégico de defesa do território e das vias comerciais que eles próprios constituíam. De facto, os rios distinguem-se como elementos de defesa de alguns

povoados traçando-lhes assim um fosso natural, patenteando bem a importância estrutural da rede hidrográfica.

Para além destes factores, existiriam outros, como razões de ordem política ou religiosa, que devem ser consideradas na hora de estudar a preferência para a escolha de determinado lugar a ocupar pelos povoados fortificados (SILVA, 1983:84).

Tudo parece apontar para que nos primeiros tempos, uma diferença de funções, eventualmente de carácter residencial, defensiva, político-administrativa, económica ou ritual, eram disseminadas por cada pequeno castro, sendo que, já sob os estímulos e por motivo da romanização, todas as funções possíveis eram concentradas num só povoado ao qual anda normalmente associado o topónimo de Citânia (SILVA, 1983:84).

A construção artificial dos sistemas defensivos, levada a cabo pela insuficiência das condições naturais de defesa, terá sido realizada de acordo com a morfologia do terreno e das próprias necessidades e possibilidades das populações. Esse tipo de construção poderia ser isolada ou combinada, sendo que combinada era mais frequente em grandes povoados, onde as muralhas representavam o principal elemento do sistema defensivo. Os sistemas de muralhas, por vezes reforçadas com fossos, estão normalmente dispostas concêntricamente e encontram-se presentes em todos os castros conhecidos (SILVA, 1983:84).

Tudo parece indicar que um dos grandes problemas no estudo da Castelologia, estará em definir sobre o momento em que surgem os primeiros castelos, porque a designação “castelo roqueiro”, serve precisamente para estabelecer as evidentes diferenças entre um espaço/abrigo de defesa de carácter temporário e o castelo condal. A principal diferença consiste, desde logo, na segurança do espaço, realizada igualmente a partir da construção de um castelo, mas com a ajuda de outras construções, designadamente das torres (CORREIA, 2010).

Com o aparecimento desta nova estrutura houve também uma reestruturação do espaço, originando as *civitates* que eram controladas a partir de um local central. Apesar de controladas por um castelo governado por um nobre, as *civitates* incluíam no seu interior outras construções militares, destacando-se os “castelos roqueiros”, que eram edificados por iniciativa local (CORREIA, 2010).

Depois da abordagem aos povoados castrejos, não é difícil de concluir, que durante muito tempo as necessidades de defesa foram suplantadas pelo recurso à fortificação dos povoados. Assim aconteceu, sobretudo desde a Idade do Bronze e do Ferro, quando os

povoados se rodearam de espessos sistemas muralhados, mas, tudo parece indicar que esta opção vigorou pelo menos até à Alta Idade Média.

Se investigarmos a Crónica de Idácio de Chaves, e a validarmos como um grandioso testemunho dos conturbados tempos vividos nos Séc. IV-V, ficamos com a ideia, que a opção pelos fortificados era sistemática e mais que isso frequente. Na referida Crónica, onde são descritos alguns eventos ocorridos entre os anos de 379 e 469, são diversas as menções a povoados defendidos por muralhas, ali designados genericamente por oppida. Na mesma Crónica são feitas referências a cidades, legadas na romanização. A leitura indicia, ainda, uma sociedade etnicamente aparentemente dividida, e com uma fixação territorial distinta, e onde as populações hispânicas terão conseguido segurar em seu poder cidades mais importantes porquanto os povos germânicos invasores se viram obrigados a optar por uma implantação principalmente rural.

Na referida Cronica, Idácio é bem explícito quando se refere aos; “... hispânicos, espalhados pelas cidades e ópidos ...” e aos “... Bárbaros, dominadores das províncias...”(HYDACE: I, § 49:117-119). Importante observância; Da leitura da crónica em momento algum é possível encontrar uma única referência explícita a um “castelo”.

Tudo parece indiciar, que as relações entre invasores e invadidos foram quase sempre contingentes. De uma forma periódica, ao longo da crónica, surgem relatos que rompem conflitos entre suevos e hispano-romanos, e onde os Suevos são os primeiros a assaltar e devastar as cidades ou os povoados fortificados detidos pelos segundos. Contudo, ao longo destes noventa anos, tão conturbados e tão ricos em eventos militares, não encontramos nenhuma referência explícita a um castelo. Mas encontramos o oppida, e entre esses poderiam estar os conhecidos castelos roqueiros que nada tem a ver com o Castelo Condal que hoje conhecemos. Certo é que do estudo feito por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na área do actual concelho de Marco de Canaveses concentrar-se-iam no período situado entre 875 e 1123 os seguintes castelos:

Genestazo (Gestaço, Soalhães, Marco de Canaveses), , Aradrus (Monte Aradros ou Monte de Santiago, Alpendorada, Marco de Canaveses), Eiras (Montedeiras, Marco de Canaveses), Castro de Boi (Castro de Boi, Manhuncelos, Marco de Canaveses), Maurenti (Moirinte, Torrão, Marco de Canaveses); Castro Malo (Castro Mau, Marco de Canaveses).

(ALMEIDA, 1978).

Abandonados os castros com a romanização, alguns “castelos roqueiros” portugueses poderão ter origem nos antigos castros - É, precisamente no Douro Litoral e na

região de Entre-Douro-e-Minho onde é possível encontrar as estruturas mais antigas, talvez como consequência de estas terem sido zonas de conflito eminente. A zona de Entre-Douro-e-Minho possuía nos finais do século X e no século XI uma rede bastante densa de castelos, construídos, na sua maioria, por iniciativa das populações locais (BARROCA, 1991), que asseguravam a edificação e a vigilância do espaço/território. Esta situação verificava-se numa região que se estendia desde a área noroeste do país até às margens do rio Douro, espaço de fronteira fundamental até meados do século XI, prolongando-se mesmo a algumas zonas a Sul deste rio (CORREIA, 2010).

A estrutura original da maioria dos primeiros castelos, edificados nos finais do século X e no século XI, é extremamente difícil de reconstituir, tendo dela apenas sobrevivido poucos vestígios. Desses vestígios é possível concluir que os castelos seriam estruturas rudimentares de espaços reduzidos, implantadas em locais altaneiros usufruindo da morfologia do terreno para a defesa, cujas muralhas se aproveitavam da presença dos batólitos graníticos de forma a facilitar o esforço de construção, facilitar a defesa do reduto e diminuir os custos de construção. Estes tipos de castelos são designados por castelos roqueiros (BARROCA, 1991).

Assim, depois de identificarmos e avaliarmos todos os potenciais locais, torna-se possível uma abordagem de classificação, partindo de um princípio da evolução ou não para este fenómeno medieval, relacionados com as invasões que se sucederam à queda do Império Romano do Ocidente, de povos provenientes do Norte e Leste da Europa, e, um pouco mais tarde, oriundos do Norte de África. No espaço geográfico do Marco de Canaveses, torna-se possível identificar um número significativo de cristas, que aproveitando as condições naturais, encimadas por enormes penedias, onde a própria toponímia parece, ainda hoje preservar, esses tempos de defesa.

## 2.1. ALTO DO CASTELO

O “**Alto do Castelo**”, situado na freguesia de Penha Longa, parece ser um desses casos. Todos os indícios aqui parecem apontar no sentido do período medieval. Independentemente da sua continuidade como consequência de um “habitat castrejo”, só possível de comprovar por escavação do local, a sua funcionalidade como castelo roqueiro, serviria sobretudo como local de refúgio dos assaltos inopinados dos bandos invasores, num território em permanente clima de instabilidade marcial. A importância da toponímia, desde logo pela designação de “castelo” e da consideração do próprio espaço

geomorfológico. E este poderia ser o tal “*Castelo de Eiras*”, por se encontrar num dos pontos mais altos da Serra de Montedeiras.

## **2.2. CASTELO DOS MOUROS**

O “**Castelo dos Mouros**”. Este local, situado na margem esquerda do Rio Ovelha, é uma elevação, que quase forma um cone perfeito, designado pela população também só por “Castelo”, reúne todas as condições para ter funcionado com um local de defesa do qual restam apenas poucos vestígios arqueológicos. A sua localização estratégica, permite visionar todas as passagens da ponte sobre o Rio Ovelha, cujo arco parcialmente destruído aponta para a construção ao tempo da romanização. Para além das excelentes condições de vigilância, é um local que apresenta excelentes condições de defesa. Todo o espaço envolvente possui todas as condições para o desenvolvimento da agricultura. Ali bem perto do local estão devidamente identificadas e visíveis, um conjunto de sepulturas medievais, abertas na rocha, de formato já esboçando o antropomórfico.

## **2.3. CASTELO DE COTOS**

O “**Castelo de Cotos**”. Situado na vertente oeste da Serra da Aboboreira, voltado para o vale do Rio Ovelha, concentra-se precisamente entre as povoações da Venda da Giesta, na freguesia de Soalhães e a aldeia da Aboboreira na freguesia da Folhada. De um conjunto de pequenas elevações, que surgem orientadas em linha recta, a que as populações locais designam por “Cotos”. O ponto que se situa relativamente próximo da aldeia, recebe a designação de “Castelo”. Como resultado de uma avaliação ao local ressalta a existência de alguns vestígios arqueológicos com interesse que contudo, não são manifestamente suficientes elucidativos da natureza e cronologia do povoamento que ali terá existido.

A natureza geomorfológica do local apresenta-se como um local de imponente penedia de formato mais ou menos cónico, de dimensão relativamente abundante. No lado noroeste impressiona a acentuada inclinação, de onde é possível avistar, a cerca de um quilómetro, o Castro do Pinheiro. Já, na encosta contrária, a inclinação é de menor altitude, porque vai de encontro a um planalto cortado por um pequeno regato, que por ali nasce, e que é precisamente a Ribeira de Lardosa.

Para atingir o topo do Castelo dos Cotos, existe uma estreita passagem entre os gigantescos batólitos, que tudo o indica terá sido preparada artificialmente, através de uns

rudimentares degraus. Já na coroa, bastante irregular pelas fendas e diferenças de nível entre os diversos blocos, existe um espaço mais ou menos circular com uns quatro ou cinco metros de diâmetro. Cerca de uma dezena de pias, na sua maioria grosseiramente circulares, encontram-se escavadas na rocha, que pelas características da sua irregularidade poderão ser consequência dos efeitos da própria erosão.

As similitudes morfológicas da elevação a juntar à microtoponímia, parecem apontar para o aproveitamento do espaço como castelo roqueiro, que no entanto só uma intervenção arqueológica poderá confirmar.

#### **2.4. ALTO DA PENA**

O “**Alto da Pena**”. Situado na freguesia de Soalhães, o local identificado é uma crista granítica que se ergue à margem da estrada que estabelece a ligação entre os concelhos de Marco de Canaveses e Baião.

A sua imponência ressalta à vista e são evidentes as dificuldades de acesso ao cume. O esporão granítico de grandes dimensões tem entre três a quatro metros de altura e afigura-se como um local privilegiado para vigiar todos os passos de um potencial inimigo.

Há pelo menos um autor, o estudioso marcuense, Dr. João de Vasconcelos, que se refere a este local, como “castro”, que ali existiu. Contudo o espaço não apresenta estruturas visíveis, merecendo apenas referir que a poucos metros do seu cume é possível de definir uma plataforma artificial, que poderá estar relacionada com a extração de granito.

O espaço tem enormes semelhanças com um outro local já referido – o Alto do Castelo em Penha Longa.

O monte e todo o espaço das imediações terão sido alienados pelo seu anterior proprietário e a construção de um caminho muito perto do cume poderá colocar em causa a continuidade deste espaço, assim como de todos os indícios que o mesmo poderá ainda conter.

#### **2.5. PENA CORDEIRA**

Apresenta-se com nome de lugar, na freguesia de Vila Boa de Quires, a Pena Cordeira é um morro rochoso, que está situado a 485 metros de altitude.

A sua composição chama a atenção e é impossível mesmo passar despercebido, porque é formado por grandes batólitos graníticos. Numa análise detalhada ao local,

ressaltam alguns dados importantes ao olho do investigador, logo, a identificação um conjunto de entalhes que poderão ter uma relação directa com a existência de uma torre de menagem, um castelo roqueiro, erigido precisamente no topo de um dos batólitos mais elevados e de maiores dimensões que se encontra a encimar o outeiro. Considerando estes dados, sobressai a ideia que esta seria constituída, à partida, apenas por materiais perecíveis, pois da análise resulta que apenas se vislumbram entalhes para esse efeito. Um dos aspectos que chama particular atenção tem a ver com a visibilidade do espaço. Daqui, a evidência directa para com diversos castros identificados, mas muito especialmente, ressalta a visibilidade para o castro de Quires e para *Tongobriga*.

A confirmação da sua existência poderá levar a concluir que este castelo roqueiro teria como primordial função a dominação visual do espaço territorial, com particular incidência sobre a via que lhe passa precisamente no sopé, do lado Oeste.

## **2.6. O CASTELINHO DE AVESSADAS**

Se o topónimo não deixa margem para grandes dúvidas, este local de referência, que é mais que um simples lugar da freguesia de Aarrassadas, pela importância que sempre assumiu junto das populações marcuenses desde tempos imemoriais, sobretudo pela ligação aos actos de fé e à religiosidade, sobressai o esplendoroso batólito, denominado por Penedo do Cramol ou do Clamor, associado a culto religioso, que poderá vir já desde os tempos pagãos.

É precisamente em nome desse mesmo culto, que as evidências aqui existentes terão sido sucessivamente alteradas e adulteradas. Apesar de tudo, existem ainda hoje nas partes cimeiras, alguns indicadores que ali poderá ter existido uma pequena torre, que serviria precisamente de atalaia e defesa.

A sua posição estratégica seria essencial não apenas para a defesa de proximidade, mas também pela abrangência do horizonte visual, com *Tongobriga* mesmo em frente, e com outros castros, sem esquecer da própria proximidade do castro do Esmoriz.

## **2.7. GENESTAZO - GESTAÇÃO, SOALHÃES**

Assim apresentado, mas Gestação é na realidade uma freguesia que pertence ao concelho de Baião, que se encontra muito perto dos limites geográficos do concelho de Mesão Frio (distante de Marco de Canaveses). O microtopónimo mais próximo em Soalhões será Giesta, que neste caso composto por Venda da Giesta. Aqui perto existe o

castro de Santiago, também conhecido por Bogalhos, mas também a gruta das Coriscadas. Este batólito oferece todas as condições, incluindo a localização, para a implementação de uma torre roqueira. O espaço foi ao longo dos anos muito remexido e poderá ser esta a referência. Merece referir, que este local de Venda da Giesta tem uma enorme extensão e possui outros batólitos que poderiam fornecer excelentes locais de defesa.

Há, no entanto, estudiosos que relacionam *Genestazo* com outros locais.

## **2.8. ARADRUS - MONTE DE ARADRUS OU SANTIAGO**

Classificado o Castro de Arados, desde 1910, possui todas as condições e características para se ter prolongado no tempo e existem mesmo muitos indicadores de batalhas ali travadas na Idade Média. O local está devidamente identificado no espaço destinado à identificação e discriminação de sítio desta dissertação.

## **2.9. EIRAS - MONTEDEIRAS**

Na microtoponímia o lugar de Eiras não existe. Existe a Serra de Montedeiras, onde está identificado o “Alto do Castelo”, na freguesia de Penha Longa. Poderá ser este o local referenciado. Mas de igual modo poderão ser outros locais, uma vez que a serra possui imensas zonas de penedia e locais que se inscrevem nas características necessárias do ponto de vista da vigilância territorial e defesa espacial.

Contudo o Alto do Castelo ou Monte do Castelo poderá ser mesmo o local em referência.

## **2.10. CASTRO DE BOI - CASTRO BOI**

Também ele situado em plena serra de Montedeiras, encontra-se devidamente identificado nesta dissertação em local próprio. As suas características inserem-se na possibilidade de reutilização como “castelo roqueiro”, pelas excelentes condições de domínio espacial e de defesa.

## **2.11. MAURENTI (MOIRINTE, TORRÃO)**

O Alto de Moirinte, no Torrão, também se encontra devidamente referenciado no espaço “Castros e outros lugares”, integrando-se precisamente na perspetiva de um possível castelo roqueiro. Como também foi referido anteriormente, o local foi

sucessivamente mexido e remexido e apesar de todas as prospecções efectuadas no local, não foram detectados vestígios que pudessem garantir todas as referências feitas ao sítio.

## **2.12. CASTRO MALO - CASTRO MAU, MARCO DE CANAVESES**

O castro Mau é sem dúvida a grande incógnita com que nos deparamos, apesar de todas os estudos efectuados em torno deste microtopónimo não foi possível de confirmar a existência do mesmo dentro dos limites geográficos do Marco de Canaveses. Assim referido, não existe no Marco de Canaveses. Tão pouco foi possível de confirmar o topónimo “Mau”. No Marco de Canaveses existe uma freguesia de Maureles. Será que estamos perante uma possibilidade de um microtopónimo que resulta desta freguesia?

Em Maureles foi possível identificar o “Alto do Facho”. Um castro não muito conhecido e divulgado, localizado num espaço com excelente horizonte visual e com uma função de aviso, e que poderia muito bem ter sido utilizado numa fase posterior como castelo roqueiro. Contudo, estamos em crer que o local em referência não será este, mas sim uma elevação sobranceira ao Rio Tâmega, designado pelo “Craсто” Só com estudos mais profundos será eventualmente possível localizar com precisão este local mencionado.

## **CONCLUSÃO**

A história do Marco de Canaveses deverá ser entendida como percurso de uma comunidade de gente que por aqui se fixou há milhares de anos. Objectivamente pouco sabemos acerca do seu viver, do seu “habitat”, das suas crenças, dos costumes, do labor do folgar. Mas, temos marcas na paisagem milenar de um património deixadas pelo Homem, que por aqui se radicou depois de ultrapassar o nomadismo evoluindo para uma vida comunitária em povoados, numa clara e evidente transformação ligada à introdução de uma vivência em “habitat” sedentário e agrícola nos planaltos, tirando partido e explorando as excelentes condições geomorfológicas que o espaço oferece. As coroas dos montes passaram a ser usadas como redutos defensivos, defendidos por sistemas de muralhas e fossos – os chamados “castros”.

O concelho do Marco de Canaveses inscreve-se, pois, dentro da área de influência da designada “cultura castreja”, mostrando uma grande densidade de povoamento castrejo. Dos diversos povoados identificados e com marcas na paisagem, apenas dois foram classificados em 1910. O Castro de Arados nunca foi sistematicamente estudado e apesar da imensa e importante informação que pode conter, aumenta os riscos de destruição a cada dia que passa e o Freixo, que como é sabido evoluiu para a “civitas” de Tongobriga, que tem sido objecto de estudo sistemático desde 1980.

Ora, o resultado deste trabalho permitiu retirar conclusões que justificam a importância histórica que este espaço geográfico, assumiu a partir sobretudo do final da Idade do Bronze, no decurso do I milénio a. C., já que encaramos como certa a vitalidade dos excelentes recursos, nomeadamente geoestratégicos, que deram a esta área uma visibilidade extra, criando assim um pólo atractivo que se terá desenvolvido muito a partir da fase II da cultura castreja e que poderá ter tido o seu auge na fase III, no momento em que os romanos atingem esta área para o domínio territorial da região.

À luz dos factos que foram possíveis de estabelecer, poderá, talvez, assumir-se, que as riquezas naturais da região situada entre os rios Douro e Tâmega, propiciaram não apenas o seu povoamento, mas também o próprio desenvolvimento, ajudando a manter intacto no seu registo arqueológico os testemunhos que ilustram o seu substrato indígena e que complementam a inegável importância da cultura castreja, não apenas circunscrita a este espaço geográfico mas de uma forma geral a todo o noroeste da Península Ibérica.

Embora sejam já numerosos, e alguns muito importantes, todos os vestígios são insuficientes para podermos caracterizar, com segurança, as comunidades proto-históricas do concelho marcuense. Se é certo que em alguns deles têm decorrido achados casuísticos e talvez inesperados às mãos de particulares, a verdade é que só com a realização de escavações cientificamente conduzidas poderá fundamentar-se e construir-se um quadro substancial e globalmente coerente do povoamento proto-histórico. Por exemplo, dados conducentes à reconstituição paleoambiental só se obtêm mediante escavações.

A boa preservação, que ainda se verificará em alguns castros, faz com que os povoados estejam repletos de informação, que desde que fosse devidamente analisada ajudaria ainda mais no conhecimento da região, sobretudo durante o I milénio a.C., a diversos níveis, como por exemplo o tipo de funcionalidade de cada povoado, esclarecendo-se as questões relacionadas com eventuais dúvidas da função metalúrgica de alguns deles; bem como tipo de ocupação do território que auxiliaria a compreensão da hierarquização do território e conseqüentemente da sociedade, entre outros aspectos, incluindo as razões da evolução do castro do Freixo para Tongobriga.

No entanto toda essa imensa informação tem necessariamente de ser sistematizada e trabalhada, sendo fundamental um trabalho científico que valorize todos os dados que a região foi oferecendo, ao longo destes anos de trabalhos arqueológicos.

Por último não podemos descuidar uma potencial proposta de análise conjunta com a toda a vasta área vizinha, mais concretamente a dos concelhos limítrofes; Amarante, Baião, Penafiel, Cinfães, Castelo de Paiva, considerando as serras da Aboboreira, Montemuro, Castelo, bem como os percursos dos rios, nomeadamente o Douro e o Tâmega, uma vez que seria interessante conjugar esforços para adquirir um conhecimento mais generalizado da história do povoamento de toda a região.

As populações que habitavam, então, a região onde, muito tempo depois, se formará o concelho do Marco de Canaveses, deixaram uma imensidão de testemunhos materiais relativos aos sítios onde viviam, como viviam, o que faziam e produziam, com quem tinham contactos, etc. Esses vestígios, que são alvo do estudo da Arqueologia, encontram-se espalhados por todo o concelho, merecem um estudo científico, que poderá confirmar e atestar da importância dos mesmos, bastando para já e numa primeira fase uma proposta de classificação patrimonial, pois foi essa uma das premissas deste trabalho. No seu conjunto são locais de notável enquadramento paisagístico, fixados geralmente em

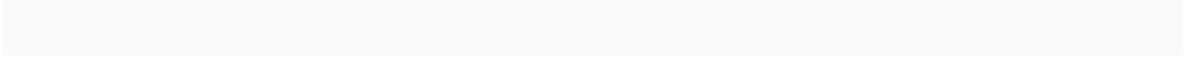
cabeços de média altitude mas com uma implantação estratégica que lhes permite dominar visualmente o extenso território envolvente, muitas vezes bacias hidrográficas ou zonas litorais, e lhes confere uma posição central no quadro do respetivo ordenamento territorial, que podem ser explorados do ponto de vista turístico.

A região do Douro, do Tâmega e Sousa ao longo do I milénio a.C. evidenciou ser uma das áreas geográficas do noroeste peninsular, com maior concentração de povoamento Proto- Histórico. Esta consistência deixou diversos testemunhos, entre eles os povoados e a sua cultura material, que conservou muitos dados do substrato indígena que a região preservou após a aculturação romana.

Depois de identificados, importará talvez classificar e preservar este Património.

Em geral todas as sociedades contam com uma série de elementos que configuram em essência a base sobre a qual se desenvolve a sua verdadeira identidade.

A preservação do património cultural é uma atitude que diz respeito a todos os cidadãos de acordo com a sua sensibilidade e formação. Conservar e restaurar implica investigar, analisar, decidir e mais importante, investir em meios financeiros e humanos.



**BIBLIOGRAFIA**

- AGUIAR, Padre Manuel Vieira de - *Descrição Histórica e Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto: 1947;
- ALARCÃO, Jorge – A dimensão antropológica da Arqueologia. “Biblos”. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1983;
- ALARCÃO, J. – Ainda sobre a localização dos Populi do Conventus Bracaragustanus, Córdoba: Anales de Arqueologia Cordobesa, 1998;
- ALARCÃO, Jorge – As cidades captais do norte de Portugal na época Romana. Actas de “Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico”. Lugo, 1998;
- ALARCÃO, Jorge – *Introdução ao estudo da História e do Património. Reimpressão.* “Cadernos de Arqueologia e Arte”. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra, n.º2,1988;
- ALARCÃO, Jorge – O domínio romano em Portugal: das origens à romanização. in “Nova História de Portugal”. MARQUES, Oliveira A. H. (dir) Lisboa: Presença, 1990;
- ALARCÃO, Jorge - Os problemas da origem e da sobrevivência das villae romanas do norte do país. “Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular”. Guimarães, 1980;
- ALARCÃO, J. – Populi, Castela e Gentilitates. Guimarães: Revista de Guimarães, 1999;
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a 1220*, diss. complementar de doutoramento, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.1978;
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; CASTROVIEJO, Fernando Acuña – *A cultura castreja – Ontem e hoje: “Portugália”*, Nova Série. Porto: Faculdade de Letras, n.º XVII-XVIII, 1997;
- Arqueologia e História (Associação dos Arqueólogos Portugueses), 10 volumes, Lisboa, 1922-1932. Atlas Histórico — edição especial para Encyclopædia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Barcelona: Editorial Marin, S.A. 1986;
- AZEVEDO, P. A. - Ponte do Arco, Arados, Aliviada. “Arqueólogo Português”. Lisboa, n.º2 1896;
- AZEVEDO, Padre Agostinho Antunes de - *Viagem à Volta do Marco*: in “Marcoense”, 1941;

- AZEVEDO, Pedro A. – O Território de Anegia, in “O Arqueólogo Português”, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1898;
- BARRETO, M. - Turismo e legado cultural: as possibilidades do planeamento. Campinas S. Paulo: Papyrus, 2002;
- BARROCA, M. J. - “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)”, Portugália, Nova Série, vol. XI-XXI, Porto, 1990/91;
- BARROCA, M. J. - “Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, Portugália, Nova Série, Vol. XXV, pp. 181-204. 2004;
- BETTENCOURT, Ana M.S. (1995) - Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, In A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1995;
- BIROT. P. – Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1950;
- BOWDER, Diana. Quem foi quem na Roma Antiga. São Paulo: Art Editora, 1980;
- BOWDER, Diana. Quem foi quem na Grécia Antiga. São Paulo: Art Editora, 1988;
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; LANHAS, Fernando – Inventário de Locais de Interesse Arqueológico, in Revista de Etnografia, n.º8, 1967;
- BRANDÃO, Domingos de Pinho – Insculturas do Monte Eiró – Penhalonga (Marco de Canaveses). Porto: Lucerna, 1961;
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1961) – Inscrição lusitana-romana inédita de Várzea do Douro (Marco de Canaveses): Guimarães. Guimarães N.º 61, 1961;
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – “O ‘Alto’ ou ‘Monte do Castelo’ (Penha Longa, Marco de Canaveses), Separata dos Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: Porto, 1973;
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1960) – Novas estelas funerárias de Várzea do Douro (Marco de Canaveses): Guimarães. Guimarães. N.º 70, 1960;
- BROWN, Peter – The world of late antiquity. London. Thames and Hudson, 1971.
- CARDOSO, João Luís – Pré-história de Portugal, Lisboa: Editorial Verbo, 2002;
- CARDOZO, Mário, Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento, Revista de Guimarães n.º 60, Guimarães, 1950;
- CARDOZO Mário – La culture des Castros du Nord de Portugal. In: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. XXII. Porto, 1973;

- CARDOZO, Mário de ; NUNES, Henrique Barreto, 1947- ; ALARCAO, Jorge de, 1934; MARTINS, Manuela ; ARREPIA, João - Obras de Mário Cardozo. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999;
- CLETO, Joel; FARO Susana - A Escavação da mamoa de Igrejinhas. Arqueologia: Porto, 1988;
- CLETO, J.A.; COSTA S.F.; JORGE, S.O.; JORGE, V.O.. – As mamoas das Furnas (Serra da Aboboreira): Arqueologia 16, Porto, 1987;
- COFFYN, André, “La fin de l’Âge du Bronze dans le centre-Portugal”, O Arqueólogo Português, 4ª série, 1, Lisboa, 1983;
- CORREIA, L. M. - Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010;
- COSTA, Padre António Carvalho da – Corografia Portuguesa, Vol I, tomo I, 1706;
- CRUZ, Domingos – Mamoa Chã do Carvalhal, in “Informação Arqueológica” n.5, Lisboa: IPPC, 1985;
- CRUZ, Domingos Jesus – A Ocupação Pré-histórica da Serra da Aboboreira, in NUNES. M (Coord.) – A Serra da Aboboreira – a Terra, os Homens e o Lobo. Amarante: Câmara Municipal, 2004;
- DAVEAU, Suzanne - in: Geografia de Portugal IV. RIBEIRO, O; LAUTENSACH, Hermann; Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1987;
- DIAS, Jorge – Os arados portugueses e as suas prováveis origens. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982;
- DIAS, Lino Augusto Tavares – Área Arqueológica do Freixo, Marco de Canaveses – Escavações 1980, Marco de Canaveses: 1980;
- DIAS, Lino Augusto Tavares, e SOARES, Rosa Maria – Área Arqueológica do Freixo – Contributo documental (1758-1984): Marco de Canaveses, G.E.A.A.F., Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1985;
- DIAS, Lino Tavares – A urbanização do Noroeste Peninsular: o caso de Tongobriga. Actas de “Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica”. Porto: IPPAR e EPA, 1999;
- DIAS, Lino Tavares – Necrópoles do Território Tongobriga. “Conímbriga”. Coimbra: Faculdade de Letras, 1994;

- DIAS, Lino A.T. –Tongobriga. Lisboa: IPPAR – Ministério da Cultura, 1997;
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos. 1980. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- ENCARNAÇÃO, José – O domínio romano: a religião. In MARQUES, Oliveira A. H. (Dir.) - “Nova História de Portugal”. Lisboa: Presença, 1990;
- ESTRABÓN – Geografia, libro III-IV, Madrid: Editorial Gredos, 1992;
- FABIÃO, Carlos. "O passado proto-histórico e romano - A II Idade do Ferro". In: MATTOSO, José (org.). História de Portugal - Antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1993;
- FERNANDES, A. Almeida – A toponímia da Beira-Alta no Dicionário Onomástico. Viseu: Revista da Beira Alta, 1989;
- FERNANDES, Francisco R. C.; SOUSA, Luís, - Carta Patrimonial do Marco de Canaveses, P.D.M. Plano Director Municipal do Marco de Canaveses, Revisão 2015, Marco de Canaveses, Câmara Municipal, 2015;
- FERREIRA, D. B.; FERREIRA, A. B. - Aspectos gerais. In Daveau S e Feio M (Org) O Relevo de Portugal: Grandes Unidades Regionais. Associação Portuguesa de Geomorfólogos, Coimbra, p. 9-20, 2004.
- FIELDS Nic - Mycenaean Citadels c. 1350-1200 BC. G.B.: Osprey Publishing, 2004;
- FINLEY, M. I. - Ancient slavery and modern ideology. New York: Viking Press, 1980;
- FINLEY, M. I. - Atlas os Classical Archaeology. London: Chatto e Windus, cop. 1977;
- FONSECA, Crispiniano – Panorama histórico da antiga Vila e Couto de Tabuado. “Douro Litoral”. Porto, Douro Litoral, 1957;
- FONSECA, Crispiniano da – Um Crime Atroz e Horrroso, Lisboa: 1930;
- FONTE, JOÃO M. – Sistemas Defensivos Proto-Históricos de Trás-os Montes Ocidental (Norte de Portugal): Cuadernos de Estudos Gelegos: SJR, 2008;
- FRADE, Helena – As termas medicinais da Época Romana em Portugal. Actas do “II Congresso Peninsular de História Antiga”. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993;
- GEOGRAFIA ILUSTRADA: Europa. S. Paulo: Abril Cultural, 1972;
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (Vários), Lisboa / Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia; Lisboa, Edições Zairol, 1ª actualização, 1981-1988, 10 volumes, 2ª actualização, 6 volumes, 1998-1999, 1936/1999;

- HYDACE - Chronique, ed. de Alain Tranoy, 2 vols., Paris, Les Éditions du Cerf, (col. Sources Chrétiennes, n° 218), 1974;
- JORGE, Susana – Das origens à romanização. In MARQUES, Oliveira A. H. (Dir.) - “Nova História de Portugal”. Vol. I, Lisboa: Presença, 1990;
- JORGE, Susana – Datas de Carbono 14 para a Pré-história recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas. “Arqueologia”. Porto, n.º12 , 1985;
- JORGE, Susana O. – Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em em território português. Trajectos Portugueses. Lisboa: Gradiva, 1999;
- JORGE, Vítor – Alguns problemas em foco, após duas décadas de estudo do megalitismo português. “Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular”. Porto: ADECAP, 2000;
- JORGE, Vítor O. – Arqueologia em Construção. Lisboa: Editorial Presença, 1990;
- JORGE, Vítor O. - Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais. Porto: Revista da Faculdade de Letras, 1989;
- JORGE, Vítor O. – Importância do núcleo megalítico de Outeiro dos Gregos (Serra da Aboboreira, Baião). Porto: Arqueologia 3, 1981;
- JORGE, Vítor de Oliveira – Arqueologia em Construção, Lisboa: Editorial Presença, 1947;
- JORGE, Vítor – Megalitismo do Norte de Portugal: O distrito do Porto, os monumentos e a sua problemática no contexto europeu. Faculdade de Letras, 1982;
- JORGE, Vítor; JORGE, Susana – A monumentalização das paisagens durante a Pré-história: alguns contributos para um debate. Lisboa: Colibri, 2000;
- JORGE, V.O.; JORGE, S.O.-Incursões na Pré-história. Porto: Fundação. Engenheiro António de Almeida, 1991;
- JÚNIOR, J. R. dos Santos - O castro de Carvalhelhos. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, Imprensa Portuguesa, 1957;
- LE ROUX Patrick – La villa romaine em Hispanie. Actas de “Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Norte da Península Ibérica”. Porto: IPPAR e EPA, 1999;
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. - Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Oueste hispanique sous domination romaine. “Portugália”. Porto, n.º 4-5 1984;
- LEAL, António Joaquim M. da Cunha – O Megalitismo no concelho de Penafiel, in Penafiel. Boletim Municipal da Cultura, 3.ª Série, n.ºs 4 e 5, Penafiel: 1987/1988;
- LEAL, Augusto dos Santos Pinho, – Portugal Antigo e Moderno, Lisboa: 1875;

- LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto - Portugal Antigo e Moderno: dictionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. 12. Vol. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira. 1873-1890;
- LEMONS, F. Sande, – Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal, Actas do III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior; 2008;
- LIMA, António – Mosaicos da Basílica de Tongóbriga. Actas de “Arquitectura, mosaicos e sociedade de Antiguidade Tardia e Bizantina a Ocidente e Oriente”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008;
- LIMA, António M. Carvalho - Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII), diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1993;
- LOT, Ferdinand. O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1985;
- LYNCH, Kevin. - A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997;
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 1988;
- MARQUES, A. H. de Oliveira. História de Portugal: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 12. ed. Lisboa: Palas Editores, 1985;
- MARQUES, Oliveira A. H. (dir) - “Nova História de Portugal”. Lisboa: Presença, 1990;
- MARTINS, Manuela - A urbanização do Noroeste Peninsular. O caso de Bracara Augusta. Actas de “Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no Noroeste de Península Ibérica”. Porto: IPPAR e EPA, 1999;
- MARTINS, Manuela – O povoamento proto-histórico e a romanização da Bacia do Curso Médio do Cavado. Braga: Universidade do Minho, 1990;
- MATTOSO, José (org.) - História de Portugal - antes de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1993;
- MATTOSO, José - L'Abbaye de Pendorada des origines à 1160, Separata da Revista de História, Vol. VII, Coimbra: 1962;
- MATTOSO, José - Identificação de um País - ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325). Lisboa: Editorial Estampa, 1985;

- MENÉNDEZ PIDAL, Ramon. Orígenes del español: estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI. 3. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1950.
- MIRANDA, Abílio de – Freguesia de Croca, in “Penha-Fidelis”, Nº 4, Biblioteca Municipal de Penafiel, Penafiel: 1927;
- MOBERG, Carl-Axel. Introdução à Arqueologia. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MONTEIRO, Emília – Vila Boa do Bispo, Tradição e Mudança; Marco de Canaveses, Câmara Municipal, 1990;
- MOREIRA, Padre Domingos A. – Freguesias da Diocese do Porto, Elementos Onomásticos Alti-Medievais, 1.ª parte, Porto: 1973
- MUMFORD, Lewis. A cidade na História - suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1965;
- PEREIRA, João Manuel Esteves; RODRIGUES, Guilherme - Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico, Lisboa: João Romano Torres, 1904-1915;
- PEREIRO, X. - Turismo Cultural: Leituras da Antropologia, em Actas do I Congresso Internacional de Turismo Cultural. Buenos Aires: Noticias de Antropología y Arqueología (NAYA) (cd-rom), 2002;
- PESEZ, Jean-Marie. "História da cultura material". In: LE GOFF, Jacques (org.). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1993;
- PIEL, Joseph-Maria. Estudos de linguística histórica galego-portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989;
- PINTO, Fernando Maia, De que tempo é a Aldeia do Freixo, comunicação apresentada nas 1.ªs Jornadas de Estudo do Marco de Canaveses, CMMC: 1988;
- PIRENNE, Henri. As cidades da Idade Média - ensaio de história econômica e social. Lisboa: Publicações Europa-América, 1962;
- RAPOSO, Luís. Paleolítico. In: SILVA, Armando Coelho da. Pré-História de Portugal. Lisboa: Universidade Aberta, 1993;
- RIBEIRO, Orlando - Ensaios de Geografia Humana e Regional, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1970;
- RIBEIRO, Orlando - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1986;

- RIBEIRO, O. - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas, 3ª ed., Livraria Sá da Costa Editores. Lisboa, 1967;
- RIBEIRO Orlando (1987) - Introdução ao Estudo da Geografia Regional, Edições João Sá da Costa: Lisboa, 1987;
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – Geografia de Portugal. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1987;
- RICHARDS, Greg – El desarrollo del Turismo cultural en Europa. Madrid: Estudios Turísticos, 2001.
- SANCHES, M. J. - O povoado da Lavra (Marco de Canaveses). “Arqueologia”. Porto: 1988;
- SARAIVA, José Hermano - História de Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1993;
- SARAIVA, José Hermano, História de Portugal, Lisboa: Publicações Alfa
- SARAIVA, José Hermano. História concisa de Portugal. Lisboa: Edições Europa-América, 1991;
- SARMENTO, Francisco Martins – Cartas de Francisco Martins Sarmento, in “Arqueólogo Português, Lisboa: Imprensa Nacional 1901;
- SCHNAPP, Alain. "Arqueologia". In: BURGUIÈRE, André. Dicionário das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993;
- SERRÃO, Joel. Dicionário de História de Portugal e do Brasil. Vol. II, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1961-1971;
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal, Lisboa: Editorial Verbo, 2001;
- SILVA, A.C. F. - A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C. “Revista da Faculdade de Letras”, 2ª Série. Porto, n.º XI, 1995;
- SILVA, A.C.F. - Pedra Formosa – Arqueologia Experimental. Lisboa: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Museu Nacional de Arqueologia, 2007;
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da – A Cultura Castreja do Noroeste Peninsular, Paços de Ferreira: CMPF-MACS, 1986;
- SILVA, A.C.F. – Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular. Estudos Orientais 1: Lisboa, Instituto Oriental, 1990;
- SILVA, A.C.F. – A cultura castreja do noroeste de Portugal: habitat e cronologias. Porto, FLUP, 1983;

- SILVA, A.C.F. – Ourivesaria Pré Romana do Norte de Portugal. Ourivesaria do Norte de Portugal, Porto: ARPPA-AIORN, 1988;
- SILVA A.C.F.; MACIEL T.D.P. – Balneários Castrejos dos Noroeste Peninsular, Notícia de um novo monumento do castro de Roques. Porto: Portugália, 2004;
- SILVA, João Belmiro Pinto – Marco de Canaveses – Um olhar sobre o património. Paços de Ferreira: Anégia Editores, 2000;
- SILVA, João Belmiro Pinto – Os castros; Marco de Canaveses; Edição de autor: 1992;
- SILVA, João Belmiro Pinto – Sepulturas Medievais Concelhias, V, Edição de autor: 1990;
- SILVA, Maria de Fátima Matos da, Subsídios para o Estudo da Arte Castreja – A Cultura dos Berrões, Porto: Universidade Portucalense, Vol. III, 1988;
- SOARES, Gama Barros - Ricos Homens, Infanções e Cavaleiros, Lisboa: Guimarães e C<sup>a</sup>, Editores, 1982;
- SOARES, Torquato de Sousa – Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos, 1962;
- SOEIRO, Teresa – Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, in Penafiel, Bolentim Municipal da Cultura, 3.<sup>a</sup> série, n.º1, Penafiel: 1984;
- SOUSA, Rigaud – Lucernas de Penafiel. “Revista de Etnografia”. [Porto]: Junta Distrital do Porto, 1966;
- STOCKLER, Carla – O Megalitismo na Serra da Aboboreira, in NUNES. M (Cord.) – A Serra da Aboboreira – A Terra, os Homens e o Lobo. Amarante: Câmara Municipal, 2004;
- TRANOY, Alain – La Galice Romaine. “Recherches sur le Nord-ouest de la Península Ibérique des L’Antiquité”. Paris: Diffusion de Bocard, 1981;
- UNTERMANN, Jürgen. Áreas e movimentos linguísticos na Hispânia pré-romana. Revista de Guimarães, n. 72 (1-2) Jan.-Jun. 1962, p. 5-41;
- VASCONCELLOS, José Leite - As Religiões da Lusitânia, vol. II e III, Lisboa: Imprensa Nacional, 1905;
- VASCONCELOS, José Leite de – O Arqueólogo Português, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1901;
- VASONCELOS, José Leite de – Opúsculos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931;
- VASCONCELOS, João – Apontamentos Arqueológicos do Concelho do Marco de Canaveses, Documentos Inéditos, Depósito na Biblioteca Municipal Poeta Joaquim Monteiro, Marco de Canaveses, S/D;

VASCONCELOS, Manuel de – Apontamentos Arqueológicos do Concelho do Marco de Canaveses, in “O Arqueólogo Português”, Vol. XIX; 1914;

VAZ, João L.I. - Organização espacial castreja na civitas de Viseu. Viseu: Máthesis, 1998;

VELOZO, Francisco José; CARDOSO, José – Estrabão – Livro III da Geografia. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1965;

VIEIRA, José Augusto – O Minho Pitoresco, Tomo II, Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1887;

VILAÇA. R. – Hierarquização e conflito no Bronze final da Beira Interior, Existe uma Idade do Bronze Atlântico?. Lisboa: IPA, 1998;

VITORINO, Pedro – Insculturas do Monte de Eiró. Lisboa: “Archeologo Português”. 1924.